Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Profissionais da saúde e militantes na *Cracolândia*
paulistana: uma etnografia**

Paulo Victor de Figueredo Nogueira

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-graduação em
Saúde Pública para obtenção do título
de Mestre em Ciências

Área de Concentração: Saúde
Pública

Orientador: Prof. Dr. Rubens de
Camargo Ferreira Adorno

Versão Revisada

SÃO PAULO

2021

Profissionais da saúde e militantes na *Cracolândia* paulistana: uma etnografia

Paulo Victor de Figueredo Nogueira

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Saúde
Pública para obtenção do título de Mestre
em Ciências

Área de Concentração: Saúde Pública

Orientador: Prof. Dr. Rubens de Camargo
Ferreira Adorno

Versão Revisada

SÃO PAULO

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Biblioteca

Faculdade de Saúde Pública

Nogueira, Paulo Victor de Figueredo

Profissionais da saúde e militantes na *Cracolândia* paulistana: uma etnografia / Paulo Victor de Figueredo Nogueira; orientador Rubens de Camargo Ferreira Adorno. -- São Paulo, 2021.

134 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Cracolândia. 2. Consultório na Rua. 3. Redenção na Rua. 4. Militância. 5. Etnografia. 6. Antropologia Urbana 7. Arena Pública 8. Problema Público. 9. Saúde Pública 10. Ativismo. I. Adorno, Rubens de Camargo Ferreira, orient. II. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. III. Profissionais da saúde e militantes na *Cracolândia* paulistana: uma etnografia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que a vida me presenteou.

Agradeço a minha mãe e a minha avó, professoras primeiras que sem canudos quaisquer me ensinaram a valorizar a sabedoria e a justiça sem abrir mão da sensibilidade.

A Renildo, meu primeiro professor nas ruas e que em seu nome agradeço todos os muitos e tantos que encontrei nas encruzilhadas.

A Wilson, meu professor de história na infância, que me ensinou que por trás da grande História, há histórias aos milhares, pois há sempre gente.

A Rubens Adorno, meu professor e orientador, que me ensinou que a revolta contra as injustiças e assujeitamentos não caduca e me permitiu enorme liberdade na realização desse mestrado.

A Maria Cristina Marques, primeira professora na Faculdade de Saúde Pública, pelo apoio de seguir com minhas dúvidas e inquietações.

A Antônio Flávio Pierucci, *in memoriam*, por me ensinar a enxergar a beleza e a vida por trás dos conceitos.

A Heitor Frúgoli Jr., Guilherme Aderaldo e Enrico Spaggiari por me ensinarem a potência da Antropologia Urbana.

A Bruna Gisi, por recuperar minha paixão pela Sociologia, agora renovada em mim por meio de suas aulas.

A Paulo Malvasi e Gabriella Lotta que teceram comentários pertinentes durante a qualificação, provocando-me a repensar e aprofundar os caminhos dessa pesquisa.

A Luciane Marques Raupp e Cleide Lavieri Martins, por aceitarem generosamente o convite de participar de minha banca e me honrarem com a leitura e comentários que certamente levarei comigo.

A Altieres Frei, por escrever o que escreve e como escreve, desafinando o coro dos contentes.

A Tais, minha companheira Binuta, que me ensina todos os dias, tanto. Que compartilha diariamente todas as agruras e delícias de uma vida a dois e sem a qual essa dissertação jamais teria sido finalizada e que me faz entender profundamente que o amor é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura.

Agradeço a Marina, com quem dividi e divido tanto, que me ensinou que o amor não morre, mas se transforma. Se hoje sou melhor que antes, foi por você ter me ensinado por meio de todas as coisinhas, apesar de meus protestos e grande rabugice.

Ao meu grande amigo Marcola, que me ensina diariamente a importância da liberdade de pensamento por meio de nossas conversas sobre todas e quaisquer coisas.

A Ana Luiza, por me ensinar a rir dos meus defeitos, por crescermos juntos e mantermos essa amizade apesar dos continentes, oceanos, cidades e tempos a nos separar.

A Raquelzita, amiga querida que me ensina a seriedade nos fins sem perder a candura dos meios.

A Daniel Cobucci que me ensina que realizar é possível, desde que haja paixão e compromisso.

A Tavinhus que me ensinou a olhar o céu e que me lembrou de como o horizonte e o mar são essenciais.

A Soninha e Chu, que dividiram a casa e tanto mais da vida cotidiana durante o primeiro ano da pandemia. O carinho, as conversas, os jantares e o partilhar foram essenciais para manter alguma sanidade.

A Kikowski, por responder e estar presente quando a chamei, mostrando que a busca pela justiça transcende somente o direito.

A Raphael Escobar, que me ensina a potência imensa da arte e com quem compartilho os êxtases e as decepções palestras.

A Carlota, por ensinar que a luta é sempre.

A Thiago, esse homem gigante, que me ensina que a ética só se realiza no viver e não em devaneios intelectuais. Também por me fazer reencontrar nossa grande amiga Maria, a quem agradeço por inserir algo de Dionísio numa mente tão apolínea.

A Rafael Mantovani, por toda a generosidade.

A Douglas Pantera, que me ensina a jamais perder o encanto pela Antropologia, por todos os papos que me fazem ir além.

A Jessica, essa futura mestra que me lembra que lutar nos meandros é importante demais.

A Agostinha, por me ensinar a ternura no cuidado.

A Átila, uno na arte de poetificar ao umidificar o concreto.

A Fábio, que me ensina que a poesia dessa cidade tem os pés no chão.

A Carmem, que me ensinou a inevitabilidade do casamento entre controle e cuidado. E a todas as mulheres do Coletivo Tem Sentimento, pela confiança.

A Bea, pelo convite que em certo momento me devolveu ao caminho e por trocarmos tão abertamente.

A José, pela coragem de se fazer pastor em meio a tanta barbaridade.

A Tamara, por abrir as portas.

A João, que opera a luz para revelar a Luz, outras luzes e trevas.

A Thika, que me ensina a generosidade e a importância da partilha no ambiente acadêmico.

A Daniel, por bater quando precisava e por trocar quando nos permitimos.

A Evelyn, Raul e Erico, pelas diferentes visões de mundo na mesma jornada.

A Flavio, por mostrar que um nariz de palhaço, no nariz dele, vale mais que um jaleco.

A meu xará Paulo, que se esforça por realizar a utopia da dramaturgia e de encontro.

A Paola, Robertinha, Ariel, Robs, Bea, Aluizio, Ju, Osama, Pedro, Ananda, Rica, Tiago e toda essa gente lutadora, que me ensina que resistir é também um modo de provocar outras existências.

A Lucas, Marquinhos, Pedrinho e toda a galera do Mugunzá, um porto seguro de anarquia criativa em meio a tanto controle.

A Índio Badarós, por jorrar arte.

A Montanha e Kawex, *in memoriam*.

A todos os pesquisadores que estiveram na *Cracolândia* antes de mim, àqueles que lá estão (Ingrid, arrasa!) e aos que virão.

A todos que me concederam seu tempo e atenção durante a realização dessa pesquisa, desde aqueles que me ofereceram entrevistas até aqueles que por um breve momento cruzaram meu caminho.

A todos os profissionais do cuidado que permitiram minha aproximação, apesar de todas as pressões em contrário.

A todos os trabalhadores da Faculdade de Saúde Pública da USP, em especial à Carolina, da Secretaria de Pós-Graduação, que com rara leveza sempre tornou mais fácil atravessar a jornada burocrática.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, uma vez que o presente trabalho foi realizado com seu apoio. Em tempos como os quais vivemos, todo apoio à pesquisa e à Ciência é de fundamental importância.

EPÍGRAFES

Aqueles faziam São Paulo àquela hora.

Era a hora muito safada dos viradores.

(João Antônio)

Em torno do consumo de crack e do que fazer diante dele, é possível observar embates internos e externos que envolvem as secretarias de saúde e de segurança, a autonomia das profissões, as atribuições policiais e as incumbências médicas. É possível ainda observar fatores simbólicos situados em polos radicalmente opostos: de um lado, o gosto pela demonstração da violência; de outro, o bel-prazer pelo aprendizado da medicina. Embates habituais que nos indicam que o Estado, na sua ponta, é algo bem mais complicado.

(Taniele Rui)

RESUMO

NOGUEIRA, P. V. de F. **Profissionais de saúde e militantes na *Cracolândia* paulistana**: uma etnografia. 2021. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2021.

Essa dissertação é resultado de uma pesquisa realizada no território conhecido como *Cracolândia*, entre 2018 e 2021. A dissertação repousa sobre dois eixos principais. O primeiro é uma etnografia baseada em observação participante junto a uma equipe de profissionais de saúde estruturada nos moldes dos Consultórios na Rua, no contexto do programa municipal Redenção, em efetividade desde 2017. O segundo diz respeito à análise das ações e táticas empregadas por coletivos de militantes e ativistas e as suas consequências para uma “arena pública” que se forma em torno do “problema público” da *Cracolândia*. Ao escavar fragmentos por meio de uma etnografia que busca o diálogo com uma agenda de pesquisa cada vez mais profícua e que se instituiu nas últimas duas décadas em torno de estudos sobre a *Cracolândia* paulistana no bairro da Luz, esse trabalho almeja ser mais uma peça para a formação de uma bricolagem genealógica, notadamente em relação aos temas do cuidado em saúde e militância.

Descritores: 1. Cracolândia. 2. Consultório na Rua. 3. Redenção na Rua. 4. Militância. 5. Etnografia. 6. Antropologia Urbana 7. Arena Pública 8. Problema Público. 9. Saúde Pública 10. Ativismo.

ABSTRACT

NOGUEIRA, P. V. de F. **Health professionals and activists in São Paulo's Crackland**: an ethnography. 2021. Master's Dissertation - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2021.

This master's thesis is the result of a research carried out in the territory known as *Cracolândia*, between 2018 and 2021. The dissertation rests on two main axes. The first is an ethnography based on participant observation with a team of health professionals structured along the lines of the Street Clinics, in the context of the municipal program Redenção, in effect since 2017. The second concerns the analysis of the actions and tactics employed by groups of activists and activists and their consequences for a “public arena” that is formed around the “public problem” of *Cracolândia*. By excavating fragments through an ethnography that seeks to dialogue with an increasingly fruitful research agenda and which has been established in the last two decades around studies on Cracolândia in São Paulo in the Luz neighborhood, this work aims to be another piece for the formation of a genealogical bricolage, notably in relation to the themes of health care and militancy.

Descriptors: 1. *Cracolândia*. 2. Street Clinics. 3.Redenção na Rua. 4. Militance. 5. Ethnography. 6. Urban Anthropology 7. Public Arena 8. Public Problem. 9. Public Health. 10. Activism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	MÉTODOS	23
3	PRIMEIROS CONTATOS	29
3.1.	PRIMEIRO CONTATO: LUSCO-FUSCO	29
3.2.	SEGUNDO CONTATO: AS ARTES DO FOGO	30
4	OBSERVAÇÃO FLUTUANTE NO <i>FLUXO</i> (2017-2018)	35
5	A CRACO RESISTE, PARTICIPAÇÃO OBSERVANTE EM AÇÕES DIRETAS DE UM COLETIVO MILITANTE	39
6	REDENÇÃO NA RUA	46
6.1.	CONSULTÓRIO NA RUA NA ESTRUTURA DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE (SUS)	46
6.2.	INCURSÕES JUNTO À EQUIPE DO CONSULTÓRIO NA RUA (REDENÇÃO NA RUA)	48
6.3.	FIM DO CAMPO: PORTA CERRADA	59
6.4.	CONSIDERAÇÕES	67
7	BLOCOLÂNDIA, O CARNAVAL NA CRACOLÂNDIA (2020)	85
7.1.	SAI OU NÃO SAI?	85
7.2.	CONSIDERAÇÕES	91
8	ENTREGA DE MARMITAS NO TEATRO DE CONTÊINER: A CHEGADA DA PANDEMIA	93
9	O DOSSIÊ “NÃO É CONFRONTO, É MASSACRE” D’A CRACO RESISTE	99
9.1.	CONTEXTO PRÉVIO À PUBLICAÇÃO DO DOSSIÊ	99
9.2.	APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ	107
9.3.	TÁTICAS MILITANTES	114
9.4.	REPERCUSSÃO NA ARENA PÚBLICA	117
10	CONCLUSÃO	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação de um Diagrama de Venn das intersecções de coletivos no território 409

Figura 2 – Painel de lambe-lambe homenageando MC Kawex, no prédio anexo ao terreno ocupado pelo Teatro de Container Mugunzá, onde ficava a “base” da Vigília Molhada. 43

Figura 3 – Foto da Militante Carlota e o carro de madeira com galões de água do coletivo Craco Resiste. 45

Figura 4 – Porcentagem dos estabelecimentos e serviços da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo sob gestão de Organizações Sociais (OS) ou entidades conveniadas OS similares (no conjunto da rede e por setores selecionados) em 2010 81

Figura 5 – destaque do Diário Oficial de São Paulo, comunicando o cancelamento da autorização do desfile do bloco Blocolândia. 90

Figura 6 – MC Kawex cantando. 92

Figura 7 –Foliões do Blocolândia em 2020. 93

Figura 8 –Foliões do Blocolândia em 2020 e imprensa. 93

Figura 9 – Retrato deste pesquisador com equipamentos de EPI improvisados durante a distribuição de marmitas no Teatro Mugunzá. 100

Figura 10 – Homem de chapéu sobre barris. Um dos companheiros de distribuição com equipamentos de EPI improvisados durante a distribuição de marmitas no Teatro Mugunzá. 100

Figura 11 – Trabalho de Raphael Escobar, tinta sobre pano, exposta na fachada de um prédio adjunto ao Teatro de Contêiner Mugunzá. 103

Figura 12 – Frame do vídeo publicado em 05/04/2021 pelo coletivo A Craco Resiste. 112

LISTA DE SIGLAS

AB	Atenção Básica
ACR	A Craco Resiste
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
APS	Atenção Primária à Saúde
CnR	Consultório na Rua
Coopercar	Cooperativa dos Prestadores de Serviços na Área de Transportes em Geral
DBA	De Braços Abertos
DIVERSITAS-USP	Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GCM	Guarda Civil Metropolitana
IABAS	Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (Organização Social)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOREDES	Instituto Fomentando Redes e Empreendedorismo Social (Organização Social)
LAPS	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial
NASF	Núcleos de Apoio à Saúde da Família
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações não Governamentais
OS	Organização Social
PCC	Primeiro Comando da Capital
PHC	<i>Primary Health Care</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PM/SP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PS	Pronto Socorro

SAE	Serviço de Assistência Especializada
SAE - DST/Aids	Serviço de Assistência Especializada em HIV/Aids
SIAT	Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica
SMS	Secretaria Municipal Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

1 INTRODUÇÃO

Sobre Violência

Ao riacho impetuoso denominam violento

Mas o leito que o comprime

Violento ninguém o denomina.

A tempestade que dobra as árvores de bétulas

É considerada violenta

Mas e a tempestade

Que dobra as costas dos trabalhadores na estrada?

(BRECHT, 1967, p. 276, minha tradução)

Há 30 anos existe e resiste no centro de São Paulo um local, formado por pessoas, chamado socialmente de “Cracolândia”¹. Esse ambiente não é estritamente fixo, uma vez que as pessoas que o formam sempre² tiveram a capacidade de se mover. Por esse e outros movimentos, esse local também ganha o nome de *Fluxo* para aqueles que dele se aproximam.

Émile Durkheim, considerado um dos fundadores da sociologia, lança o livro “O Suicídio” em 1897 (DURKHEIM, 1978). Neste trabalho tornado clássico, ele aplica os métodos da sociologia que vinha propondo até então, muito marcado pelo positivismo da ciência à época. Era necessário provar que os “fatos sociais” (os objetos da ciência sociológica) tinham tanta objetividade quanto os fatos de outras disciplinas como a Biologia ou a Física. À primeira vista,

1 Há debate intenso entre os especialistas a respeito da adequação ou não de utilizar a palavra “Cracolândia”, por todo o significado pejorativo que o nome carrega. Neste trabalho, optarei por utilizar o termo, seguindo RUI (2012b), para quem o não uso “trata-se de procedimento inviável. Não só porque os usuários de crack que ali estão assim se referem ao espaço, nem apenas porque esse nome tem consequências e efeitos que estão para além dessa localidade, mas também, e sobretudo, porque nas ruas mais circunscritas a esse consumo, constituídas pelo trânsito dos usuários e suas interações com uma série de outros atores sociais, também uma sociabilidade é criada.”. Para fluidez da leitura, demarcarei o termo sem aspas e em itálico nas próximas ocorrências.

2 Sempre talvez seja um exagero, uma vez que muitas dessas pessoas tiveram ao longo da vida, de várias formas, mais ou menos institucionalizadas, reprimida a sua capacidade de ir aonde bem entendessem.

não parece claro como o suicídio se configura enquanto fato social, uma vez que este poderia ser considerado o mais individual e íntimo dos atos: a decisão de pôr fim à própria vida. Sem desconsiderar os aspectos psicológicos envolvidos, Durkheim observa o fenômeno do suicídio pelo viés de sua regularidade estatística:

De facto, para uma mesma sociedade e desde que a observação não se estenda por um período demasiado longo, este número é pouco mais ou menos invariável, como o prova o quadro 1 [tabela estatística demonstrando a pouca variação na taxa de mortes por suicídio em 6 Estados europeus, de 1841 a 1872]. É que, de um ano para o outro, as circunstâncias no meio das quais a vida dos povos se desenvolvem são sensivelmente as mesmas. (DURKHEIM, 1978, p. 13)

Parto dessa lição básica da sociologia para pensar a permanência do que se convencionou chamar de *Cracolândia* por pelo menos três décadas, no bairro da Luz, no centro da cidade de São Paulo. Esta cidade, sua sociedade e suas circunstâncias, produziu constantemente durante esse período um contingente de pessoas (entre mil e três mil) que formam a *Cracolândia*. Nenhuma das gestões públicas municipais (mas também estaduais e federais) conseguiu extinguir esse “problema público”.

Como um fenômeno tal qual a *Cracolândia* resiste por tanto tempo com a importância simbólica e política que ganhou, apesar de todas as promessas eleitorais e de todos os projetos com objetivos declarados de “acabar” com ele? Uma possível resposta foi trazida por Débora Fromm:

Pretendemos demonstrar que atrelada à construção da Cracolândia como um “problema social” está a produção de uma aporia urbana, ou seja, a produção de algo insolúvel, que parece sem saída. Isto é, quanto mais o constructo da Cracolândia como algo que precisa ser resolvido é alimentado, mais recursos, entidades, atores e esferas sociais são mobilizados em torno da suposta necessidade de acabar com tal territorialização. A manutenção da Cracolândia alimenta e sustenta a própria existência desses atores e instituições engajados no seu fim. O impasse em torno da busca pelo “fim da Cracolândia” alimenta e é retroalimentado por esta aporia, a qual, por sua vez, alimenta um lucrativo mercado de ONGs, Comunidades Terapêuticas e uma miríade de entidades engajadas em “resolver” o problema da Cracolândia. O fato é que quanto mais não se resolve, mais se deseja resolver e mais esse mercado se expande. Portanto, mais disputas são produzidas, mais impasses, mais entraves. Por sua vez, maior magnitude essa aporia assume. (FROMM, 2017, p. 124)

Para além do mercado de “ONGs, Comunidades Terapêuticas e uma miríade de entidades engajadas em ‘resolver’ o problema da Cracolândia” descrito por Fromm, várias

pesquisas de caráter etnográfico (ver, por exemplo, FRÚGOLI JR., 2000; FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009; FROMM, 2017) demonstram como pelo menos desde os anos 90 a lógica da “requalificação” e “revitalização” são usados em projetos de intervenção urbanística que envolvem a parceria do poder público com entes privados (associações e, principalmente, empresas) no bairro da Luz e na região da *Cracolândia*. Esses projetos “de intervenção em áreas marcadas pela estigmatização, quando ocupadas predominantemente pelas classes populares” (FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009, p. 119) são possíveis pelo fato da existência de classes populares estigmatizadas e não apesar dela. Pesquisas mais recentes como a do LabCidade, *Região da Luz em Disputa* (ROLNIK; SANTORO, 2017) e de Ariel Machado Godinho, *Mobilização do espaço e violência juridificada na área central de São Paulo: a incidência da PPP Habitacional sobre a região da Luz a partir da chamada Cracolândia* (GODINHO, 2020) exploram a lógica e o sentido das macro-ações estatais em detrimento da dignidade das pessoas de carne e osso que vivem nesse ambiente.

Mais do que envolta por um caráter peculiar de tolerância, a permanência do agrupamento de pessoas homogeneamente tipificadas como usuários de crack passou a ser cercada permanentemente pelo aparato policial e enquadrada por uma extensa rede de câmeras e bases de videomonitoramento, ao mesmo tempo em que era coordenada por uma infraestrutura de programas e serviços socioassistenciais a fomentar o trânsito de novos pacientes, assistidos ou beneficiários. Tudo isso teve lugar enquanto era ansiada a capitalização dos rendimentos projetados no âmbito da parceria público-privada, atribuindo certa previsibilidade ao desmantelamento da infraestrutura socioassistencial ali concentrada e à obstinação em restringir, tirar de circulação e remanejar aqueles que ainda assim permanecerem. [...] A tentativa de desvencilhar a chamada Cracolândia do perímetro expansivo de intervenção da PPP Habitacional, visando garantir que os novos moradores-mutuários adentrem os empreendimentos já entregues, repercutiu sobremaneira nos meios de gerir e administrar aqueles externos à demanda solvável pressuposta e cuja presença é indesejável e lesiva aos critérios de segurança instituídos. [...] Na medida em que frações do tecido urbano devem ser tornadas financiáveis visando sua mobilização, a violência extra-econômica centralizada pelo Estado e autonomizada em seu aparato policial coloca-se como último recurso contra aqueles indesejáveis, descartáveis e supérfluos à obsoleta forma de socialização pelo trabalho (GODINHO, 2020, pp. 82–3)

Ou seja, a *Cracolândia* produz dinâmicas de intervenção ensejadas por sua classificação enquanto “problema público”, ao mesmo tempo que é também constantemente produzida em suas particularidades por essas intervenções. Há de se notar que esses projetos raramente levam

em consideração as reflexões e desejos dessas mesmas classes populares mobilizadas enquanto “problema urbano”.

A persistência mesma de um ambiente como esse nas últimas três décadas é digna de nota, ao levarmos em conta todas as mudanças pelas quais o mundo e a cidade de São Paulo passaram nesse mesmo período. Desde 1990, ao menos dez países nasceram (em quatro diferentes continentes); e a *Cracolândia* permanece. O que é um país senão um conjunto de pessoas que se reconhece partilhando, ainda que às vezes de forma muito desigual, um passado, um presente e um futuro? Certamente a *Cracolândia* não é um país. Seria então um território contra o Estado (CLASTRES, 2003a)? Um gueto (WACQUANT, 2008)? Uma zona autônoma temporária (BEY, 2013) (ainda que permanente)? Um território itinerante (FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010; PERLONGHER, 1987)? Um quilombo (AMPARO, 2020; MELLO, 2020)? Um campo de refugiados (AGIER, 2002; FASSIN, 2011, 2015a)?

Ao pesquisador que como eu decidi pela etnografia como método, essas e outras abstrações teóricas e analíticas que possamos trazer de antemão podem ser guias do pensamento, enquanto possíveis analogias alegóricas, mas não categorias reificantes que acabem por limitar a observação (AGIER, 2002, 2011).

Como é possível que todos esses lugares sejam o mesmo lugar? É o *Fluxo*, que flui como um regato, mas também pode “virar” braviamente, como após uma enchente. Em uma cidade de rios canalizados e enterrados por mãos humanas, o poema de Brecht (na epígrafe dessa introdução) acompanhou as reflexões dessa dissertação. Talvez a *Cracolândia* seja um rio. Assim como o antropólogo francês Marcel Mauss, atentei-me aos modos do nadar (MAUSS, 2003).

Interessou-me, em uma primeira etapa, descrever os fenômenos que eu via sendo produzidos em minha experiência de campo. Em momentos que guardo com alegria, esse local foi uma feira de festa junina, um lugar de encontro de gente que se fez querida, até mesmo uma

avenida de desfile de carnaval. Por vezes, em momentos que me causaram mais angústia, foi um campo de concentração com poucas grades físicas e muito mais grades simbólicas e violentas, um lugar de humilhação, indignidade e injustiça. Em uma segunda etapa, essas experiências suscitaram análises e reflexões teóricas. Importa dizer que fiz um esforço para que fosse esse o caminho traçado: a experiência de campo suscitando a análise e não o contrário. Em outro local já refleti sobre as dificuldades inerentes a esse movimento (NOGUEIRA, 2019), espero que nessa dissertação tenha conseguido traçar esse caminho.

Entre *Fluxo* e *Cracolândia*, utilizarei a primeira denominação, melhor descritora da experiência sensorial e cognitiva da presença no ambiente de maior concentração de pessoas, usualmente no quadrilátero encapsulado entre as Ruas Cleveland, Alameda Glete, Avenida Duque de Caxias e Avenida Rio Branco. No entanto, não posso ignorar seu nome mais famigerado e a relação que esse guarda com fenômeno do uso do crack (cocaína fumada)³, em geral, além de seu uso em espaços públicos, em especial, que ganhou relevância política central além de amplitude nacional nas duas últimas décadas. Ao utilizar o termo *Cracolândia* neste texto, estou me referindo a uma área maior que aquela do *Fluxo* que, no entanto, é influenciada por ele. Imagino um território num raio de aproximadamente um quilômetro a partir do centro do *Fluxo*, espalhando-se pelos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos.

Pelo menos desde 2016, nas eleições da maior cidade da América Latina e quarta maior do mundo (UNITED NATIONS, 2018, p. 29), o tema do uso do crack e da *Cracolândia* vem à tona como tópico obrigatório nos debates transmitidos pelas redes de rádio e televisão, além de virtualmente todos os candidatos serem instados pela imprensa a tecerem comentários ou opiniões a respeito do assunto. No âmbito estatal, há programas governamentais em todas as

³ “O crack é uma mistura a base de cocaína e que resulta em substância sólida”. (SILVA; SOUZA; MELO, 2014, p. 47)

esferas do poder executivo: municipal, estadual e federal, que reagem a uma epidemia que deve ser combatida.⁴ O período que estive em campo foi marcado pela desarticulação de um programa municipal (De Braços Abertos, gestão Haddad) e pela instituição de um outro (Redenção, gestões Doria/Covas/Nunes).

Segundo levantamentos de epidemiologia descritiva com abrangência nacional a respeito do uso de drogas, a prevalência de uso de crack no total da população brasileira⁵ varia entre 0,29% (BASTOS et al., 2017, p. 243) e 0,62% (LARANJEIRA et al., 2014, p. 56). A prevalência para o uso de álcool encontrados nestes mesmos estudos, foram de 43,1% e 50%, respectivamente. Ou seja, a quantidade de pessoas que usou álcool no período recortado pelas pesquisas é pelo menos 81 vezes maior⁶ que a quantidade de pessoas que usou crack no mesmo período. No entanto, é extremamente raro a questão do uso de álcool ser tema de debate na arena pública, política e social brasileira.

Quanto ao impacto no sistema público de saúde, um indicador pode ser relacionado às internações psiquiátricas devido ao uso de drogas: o álcool sozinho responde por 58% enquanto todas as outras drogas juntas respondem por 42% (RODRIGUES et al., 2019, p. 75).

Ao estendermos essa comparação para o âmbito econômico, encontraremos as mesmas discrepâncias de magnitude. Senão, vejamos: a indústria de bebidas alcoólicas faturou R\$ 137 bilhões em 2019, o que representou 1,9% do PIB brasileiro naquele ano (VIANA, 2020, p. 2). A estimativa de movimentação financeira em relação ao crack foi da ordem de R\$ 2,95 bilhões em 2016 (TEIXEIRA, 2016, p. 19), o que representaria 0,047% do PIB daquele ano (IBGE, 2018). Se tomarmos os faturamentos em relação ao PIB nacional, a indústria de bebidas

⁴ A atuação da mídia impressa na construção da percepção social de uma epidemia de crack é aprofundada nos seguintes estudos, nos contextos americano e brasileiro, respectivamente: (HARTMAN; GOLUB, 1999; LOPES, 2013)

⁵ Pelo menos um episódio de uso nos 12 meses anteriores em relação à data da realização da pesquisa.

⁶ Chegando a 149 vezes maior em uma das pesquisas (BASTOS et al., 2017).

alcoólicas é cerca de 40 vezes maior que a “indústria do crack”, com base nessas estimativas. Ainda assim, a arena pública não se vê às voltas com o problema da epidemia de álcool. No entanto, a pesquisa da Fiocruz, citada acima, também avalia a percepção dos brasileiros sobre o uso de drogas: 44,5% das pessoas pensam que o crack é o maior responsável pelas mortes no país, e não o álcool (26,7%) (BASTOS et al., 2017, p. 294)

Algumas perguntas então começam a se delinear de forma mais clara: se não a prevalência de uso, nem o impacto na saúde pública ou tampouco o montante econômico, quais são as razões relacionadas à “questão do crack” em geral, e da *Cracolândia* em particular, que tornam esses temas relevantes na arena pública? Quais características estão contidas nesse fenômeno, capazes de formar uma agenda de intervenções e investimentos públicos, de pesquisas acadêmicas, de discussões em debates políticos, de posicionamentos de editoriais de grandes jornais e cobertura da imprensa em todo o espectro midiático? Em suma, por quê a *Cracolândia* se impõe enquanto tópico constante e relevante?

O crack e seu uso em espaços públicos nos colocam uma questão política central, porque valores éticos e morais relacionados à nossa visão de nós mesmos, enquanto sociedade, estão ali refletidos. Taniele Rui e Fabio Mallart perceberam que as múltiplas disputas que a *Cracolândia* suscita na arena pública configuraram essa região “como um potente conector urbano” (RUI; MALLART, 2017). Seria talvez tautológico perguntar o que surge primeiro, a relevância da *Cracolândia* ou as disputas que a conformam.

Por meio de uma etnografia que busca sua inserção em uma agenda de pesquisas cada vez mais profícua e que se instituiu na última década e meia em torno de estudos sobre a *Cracolândia* paulistana no bairro da Luz, essa dissertação de mestrado almeja ser mais uma peça para a formação de uma bricolagem genealógica da *Cracolândia* paulistana.

Quanto à estruturação do texto, posso dizer que os **Capítulos 6 (Redenção na Rua) e 9 (O Dossiê “Não É Confronto, É Massacre” d’A Craco Resiste)** são os que tratam mais

diretamente dos temas centrais dessa dissertação. No **Capítulo 6** realizo uma análise etnográfica baseada em observação participante junto a uma equipe de profissionais de saúde estruturada nos moldes dos Consultórios na Rua, no contexto do Projeto municipal Redenção. No **Capítulo 9** analiso – a partir da publicação de um Dossiê pelo coletivo militante A Craco Resiste – o contexto prévio à sua publicação, para então apresentar o Dossiê e refletir a respeito das táticas militantes empregadas e as suas consequências para uma “arena pública” que se forma em torno do “problema público” da *Cracolândia*.

O **Capítulo 2 (Métodos)** traz uma reflexão sobre os métodos de pesquisa empregados.

Os demais capítulos podem ser considerados capítulos de “ambientação”, por vezes sem relações diretas com os temas centrais, mas que me parecem fundamentais por mostrar outras dinâmicas importantes a que fui exposto e refleti no decorrer da pesquisa. A sequência dos capítulos guarda uma relação cronológica com as etapas da pesquisa, para melhor entendimento do leitor dos caminhos percorridos.

2 MÉTODOS

Ninguém é doido. Ou, então, todos. Só fiz, que fui lá.

(GUIMARÃES ROSA, 2001)

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles. [...]

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

– Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.

– A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

– Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

– Sem pedras o arco não existe.

(CALVINO, 1990)

Deixar Viena ou Cambridge, deixar os textos teóricos não significa separar-se de Wittgenstein, mestre-escola de aldeia de 1920 a 1926, mas partir para o alto-mar da experiência comum que envolve, penetra e acaba vencendo os discursos, se todavia a pessoa não se contenta em substituir uma apropriação científica por uma dominação política.

(DE CERTEAU, 1998, p. 75)

É comum, em trabalhos acadêmicos etnográficos, haver uma seção ou capítulo introdutório que trate do percurso do pesquisador durante a realização da pesquisa. Mais que um relato autocentrado, a exposição dessa trajetória é importante pois informa aos leitores de onde o pesquisador escreve, tendo como ponto de partida os lugares, tempos e interlocutores acessados. Estabelece também os limites a partir dos quais as reflexões e a dissertação foram possíveis. No entanto, optei por fazer a descrição das etapas da pesquisa de campo ao longo dos capítulos e subcapítulos a seguir e não em um capítulo introdutório. O objetivo dessa escolha é tentar deixar claro ao leitor que as conclusões e elaborações teóricas têm como base o trabalho

de campo etnográfico efetivamente realizado e não o contrário. Esse procedimento guarda relação com a heterogeneidade dos campos teóricos em que se inserem os autores que busco dialogar nos momentos da análise e escrita; não busco a inserção do pensamento nesta ou aquela corrente, mas sim que o fluxo dessas correntes perpassasse, quando necessário, o fluxo das minhas ideias.

Nesse trabalho somam-se diferentes modos de aprender *com* as pessoas, comungando com Tim Ingold a percepção de que a observação participante não é simplesmente um método, mas que

Estudamos *com* as pessoas, ao invés de fazer um estudo *sobre* elas. Chamamos esse modo de trabalho de “observação participante”. [...] A observação participante demanda tempo. [...] É um exercício fundado na generosidade, em receber de bom grado o que lhe é oferecido, ao invés de procurar obter, por meio de mentiras ou subterfúgios, o que não é. Isso é o que diferencia o campo do laboratório. [...] A observação participante não é, absolutamente, um método para a coleta de dados. Ela é um compromisso de aprender fazendo, semelhante ao do aprendiz ou do aluno. (INGOLD, 2019, pp. 12–13)

Além da observação participante, outro modo de aprender com as pessoas levado a cabo nesse trabalho é o da “observação flutuante”, inspirado no trabalho metodológico de Colette Pétonnet (PÉTONNET, 2008) que consistem em:

[...] permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la “flutuar” de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem *a priori*, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes. (PÉTONNET, 2008, p. 102)

Finalmente, oito entrevistas semiestruturadas, em profundidade, foram realizadas com profissionais da saúde, artistas, militantes e ativistas⁷ com quem travei contato durante a

⁷ Uso aqui o termo “militante” e não “ativista” por respeitar a escolha de palavras dos próprios sujeitos em questão. A militância se dá muito na chave da “militância por direitos humanos”. Há mesmo uma discussão acerca da diferenciação entre esses dois termos: “Em seminário no GEAC-USP, em 2015, Julia Di Giovanni estabeleceu uma diferença pertinente entre militância – prática articulada a partidos, movimentos, com uma de-terminada hierarquia organizativa etc. – e ativismo – termo que antes praticamente não havia no Brasil, que se refere a ações mais diretas, que se dão, sobretudo, nas ruas, e que remetem a quadros não hierarquizados; para uma abordagem da autora, ver Di Giovanni (2015a).” (FRÚGOLI JR., 2018, p. 76).

pesquisa, nas quais tópicos pré-estabelecidos ensejavam uma conversa relativamente livre, a partir da qual outros pontos de interesse não previstos vieram à tona. Não há um capítulo em que essas entrevistas apareçam separadamente, mas elas certamente contribuíram enquanto guias para as reflexões presentes nesse trabalho e são citadas quando dão base ao texto, também como forma de dar o devido crédito.

O que todas essas maneiras de pesquisar têm em comum é a abertura para o novo, mesmo para o insuspeito que a própria pesquisa apresenta e que se torna um problema a encarar. Conforme a reflexão de Edward MACRAE:

Diferentemente do que acontece com pesquisas quantitativas, na etnografia existe uma menor distância entre o levantamento de dados e sua análise. Conforme novos dados vão sendo apurados, novas hipóteses podem surgir e novas questões vão se apresentando. (MACRAE, 1994, p. 100)

Das lições e reflexões forjadas nessa pesquisa é difícil, senão impossível, dizer quais nasceram enquanto eu usava a *face* (GOFFMAN, 1985) do pesquisador ou a do militante; ou ainda outros papéis sociais, os quais por vezes encarnei ludicamente e outras vezes como se fosse minha única alternativa, ainda que levando em conta a prescrição de Heitor Frúgoli sobre a necessidade de dosagem entre proximidade e distanciamento (FRÚGOLI JR., 2018, p. 76). Ademais, como escreveu Altieres Frei, “Todos os cadernos são mesmo um.” (FREI, 2019, p. 139).

Entre a escrita do projeto dessa pesquisa, no segundo semestre de 2017, e a sua conclusão, muita coisa mudou. Escrevi meu projeto de pesquisa com o intuito de me debruçar sobre a região conhecida como *Cracolândia*, naquele momento em um contexto bastante específico, que influenciou diretamente a escolha de meu objeto de pesquisa e que narro a seguir.

Desde a mudança no comando da Prefeitura de São Paulo, no início de 2017, houve mudanças na abordagem dos usuários de crack no Centro de São Paulo (em especial na região

do Bairro da Luz). Era notória a reaproximação ao modelo de controle repressivo aliado a estratégias de internação, inclusive compulsórias, fato visto repetidamente no âmbito das primeiras ações (e tentativas de ação) do Projeto Redenção, substituto do DBA.

No dia 21 de maio de 2017, ocorreu uma operação de caráter espetacular e militar nas ruas em que a Cracolândia está situada (Rua Helvétia, Rua Cleveland e Rua Dino Bueno), que envolveu mais de 900 agentes das Polícias Civil e Militar, tropa de choque, helicópteros etc. Essa operação deslocou, ainda que temporariamente, a população que se encontrava na Rua Helvétia para a Praça Princesa Isabel, a cerca de 400 metros, e levou o então Prefeito João Doria a declarar que: “A Cracolândia aqui acabou, não vai voltar mais. Nem a Prefeitura permitirá, nem o governo do Estado. Essa área será liberada de qualquer circunstância como essa. A partir de hoje, isso é passado. Vamos colocar câmeras de monitoramento”⁸. O prefeito também declarou o fim do Programa DBA, inclusive com o plano de demolição das pensões e hotéis que eram utilizadas por esse programa (algumas demolições foram de fato levadas a cabo nos dias subsequentes, inclusive com pessoas feridas durante a operação⁹).

Essa intervenção - apenas mais uma de uma série de intervenções violentas que remonta a 1997 (SPIASSI, 2016, pp. 46–8) - causou muitos efeitos, dentre eles a intensificação do foco dos veículos de comunicação sobre a *Cracolândia*. À época, levantei, ainda que não exaustivamente, 51 reportagens e artigos de jornais e revistas sobre a *Cracolândia*, no período de maio a setembro de 2017, a partir de 13 diferentes meios de comunicação¹⁰, além de duas comunicações oficiais da Prefeitura de São Paulo. Nessas reportagens, diversos saberes acadêmicos, institucionais e práticos eram chamados à fala: as atividades profissionais das “fontes” variam muito, passando por jornalistas, religiosos, representantes dos mais diversos conselhos e entidades de saúde e de psicologia, promotores, juízes, advogados, representantes

⁸ Link para matéria jornalística reportando a operação:

https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-nocentro-de-sp.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=share-barsmart&utm_campaign=share-bar Acesso em 12/04/2021

⁹ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/24/politica/1495579264_276005.html Acesso em 12/04/2021

¹⁰ Essas reportagens e comunicações foram divididas, em sete diferentes temáticas, a saber: 1. Diretrizes do Projeto Redenção; 2. A questão urbana, de política habitacional e territorial envolvida nas ações na *Cracolândia*; 3. Ações de Segurança Pública – Guarda Civil Municipal e Polícia Militar; 4. Aprovação popular às ações na *Cracolândia*; 5. Críticas de “especialistas” às ações na *Cracolândia*; 6. Implicações para os equipamentos, equipes e cuidado à saúde na *Cracolândia* e 7. Judicialização das internações compulsórias.

de Secretarias do poder executivo, representantes de organizações às voltas com as políticas de drogas, antropólogos, sociólogos, arquitetos, urbanistas etc.

Algo que me inquietou foi a completa ausência de fontes ou falas dos trabalhadores de instituições públicas dedicados ao cuidado em saúde na *Cracolândia*; nenhuma das reportagens listadas, sobre temáticas tão diferentes (incluindo Saúde Pública), dava voz a esses trabalhadores. No entanto, são justamente esses profissionais de saúde os que trabalham “na ponta”, atendendo diariamente as pessoas na *Cracolândia*. Assim sendo, se configuram como os elos, mediadores, os “peritos” (DE CERTEAU, 1998, p. 65) que se encontram a meio caminho entre a abordagem concreta da população específica usuária dos serviços públicos de saúde e as estratégias e diretrizes mais amplas das políticas públicas de saúde.

O objeto de pesquisa traçado naquele momento foram as práticas, falas e reflexões cotidianas dos profissionais de saúde da rede pública de atenção psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas que atuam no atendimento à população da *Cracolândia*.

Hoje, percebo claramente o quão amplo e aberto era esse objetivo e no decorrer do trabalho de campo no território da *Cracolândia* o próprio desenrolar da pesquisa foi me guiando para outros caminhos e temas.

Mais do que servir para comprovar a atuação de variáveis definidas previamente em abstrato, a observação participante é especialmente indicada para a exploração de um determinado campo, para a descrição de uma cultura e sua organização, e para a identificação de problemas ou questões a serem estudados em maior detalhe. Assim, projetos de pesquisa que investigam os aspectos culturais do uso de drogas e adotam métodos antropológicos, especialmente a observação participante, geralmente causam estranheza e até rejeição entre cientistas de outras disciplinas, como as da saúde, uma vez que muitas vezes não apresentam hipóteses formuladas *a priori* a serem testadas. (MACRAE; VIDAL, 2006, p. 651)

Outras questões se apresentaram, notadamente o encontro e participação junto a agrupamentos militantes que atuam naquele ambiente. São essas questões, a partir do trabalho de campo efetivamente realizado que serão tratadas nos próximos capítulos.

Nota acerca do uso dos nomes das pessoas que aparecem nessa dissertação: as pessoas que não me autorizaram explicitamente a menção de seus nomes aparecem sob o uso de pseudônimos, para garantir eticamente seu anonimato.

3 PRIMEIROS CONTATOS

3.1. PRIMEIRO CONTATO: LUSCO-FUSCO

No território da filosofia, diz-se que o filosofar começa a partir de um “espanto” que muda a nossa consciência habitual e nos faz indagar a respeito da existência de nós mesmos, incluindo aí os valores, a natureza, a justiça, a beleza, Deus e tudo mais. [...] O espantar filosófico é uma espécie de “sacudida” no corpo. (BORGES, 2006, pp. 16–7)

Meu primeiro contato com a *Cracolândia* se deu em 2015, em um dia ao final da tarde em que estava pela região da Estação de trens urbanos Júlio Prestes. Ao sair da estação, fui esperar por um ônibus na Alameda Cleveland, em frente à praça Júlio Prestes. O entardecer avançado, o desconhecimento do local e minhas impressões superficiais sobre o Centro de São Paulo me colocaram em estado de alerta, que se somou a um incômodo difuso quando, ao me aproximar do ponto de ônibus, me vi nas franjas do *Fluxo*¹¹, onde aproximadamente uma quinzena de pessoas andava olhando para baixo, como se procurassem algo no chão¹².

Acompanhei-as com o olhar: de vez em quando, aquelas pessoas paravam e analisam algo que pegavam do chão; de onde estava, não conseguia discernir o que elas estavam tentando encontrar, mas pensei que poderiam ser moedas ou pequenas pedras de crack.

Recordo-me que não tive medo, mas algo no meu corpo estava diferente, era uma mistura de espanto com incômodo que eu não conseguia nomear ou compreender muito bem.

¹¹ Segundo Thiago Calil, “Fluxo” é identificado como uma categoria nativa que se aproxima da noção de pedaço proposta por Magnani. [...] Assim como no pedaço, no ‘fluxo’ os indivíduos compartilham os mesmos códigos e possuem o sentimento de vizinhança e pertencimento. Porém, no ‘fluxo’, ocorre um sistema de trocas bastante dinâmico e veloz de uma infinidade de mercadorias. (CALIL, 2015, pp. 69–70). Segundo Roberta Costa, “Até 2014 não se ouvia o termo *Fluxo* para se referir a essa aglomeração de pessoas, tanto que pesquisas referências sobre a região em nenhum momento usam esse termo para nomear o território [ou parte dele.” (COSTA, 2017, p. 54)

¹² Alexis Milonopoulos faz uma interessante reflexão interessante sobre o olhar pra baixo na *Cracolândia*: Só sabe que olhar pra cima é mais difícil. E não é só porque dói, não. É porque se olhar pra cima - quem sabe do procedimento, manja - só pode virar cascudo. Ou olha reto, ou olha pra baixo. Se olhar pra baixo, *truta*, se olhar pra baixo vai achar de tudo, até cascudo. Mas o cascudo de quem olha pra baixo é diferente. O cascudo pra baixo é as *barata*, que tão pra todo lado junto com as *ratazana*, correndo no meio dos *cachimbo* e das *lata*. (MILONOPOULOS, 2014, p. 9)

Como escreveu Fernanda Borges, se o filosofar começa com um “espanto” e se concordarmos com a *boutade* do antropólogo Tim Ingold, que ao comparar o fazer filosófico ao antropológico disse que “a antropologia é a filosofia com pessoas dentro” (INGOLD, 2019, p. 8), concluo que foi essa sensação de “sacudida” no corpo que não me permitiu mais abandonar o desejo de empreender uma pesquisa naquele local, a vontade de fazer filosofia *com* aquelas pessoas, portanto alguma antropologia.

3.2. SEGUNDO CONTATO: AS ARTES DO FOGO

Aproximadamente um ano após essa experiência, em algumas tardes durante o final de semana passei a perambular pelo Centro de São Paulo. Havia um ponto específico que me atraía tanto por sua arquitetura, localização e peso simbólico: era o Largo do Pátio do Colégio, onde supostamente a cidade foi fundada por padres jesuítas (Manuel da Nóbrega e José de Anchieta) no ano de 1554, estabelecendo então um núcleo para catequização de indígenas da região. Sentado no primeiro degrau do Monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo (nomeação que remete à tradição, hoje cada vez mais contestada, de homenagear e engrandecer moralmente colonizadores).

Fui abordado por um homem que, ao me ver fumar, pediu um cigarro. Cedi o cigarro e emprestei o isqueiro, começamos a conversar. Se apresentou como Rogério¹³ e me contou que “morava na rua” já havia 4 anos, que nasceu na Zona Leste paulistana e que seus filhos e sua ex-mulher ainda viviam por lá. Disse-me também que gostava de dormir ali mesmo no pátio, pois se sentia mais seguro. Conversamos durante horas nesse primeiro dia, compartilhamos um pouco de nossas histórias de vida. Uma das histórias que me interessou muito é que Rogério foi

¹³ Pseudônimo

artista de circo, tendo feito, entre outras peripécias, o papel do “homem que engole fogo”. Ao final do encontro, combinei com ele de nos encontrarmos no próximo sábado, naquele mesmo local, para ele me ensinar a “cuspir fogo”.

No sábado seguinte, cheguei dez minutos atrasado em relação ao horário que havíamos combinado, o que causou certa apreensão em Rogério que me confessou achar que eu não apareceria. Depois das desculpas, mostrei a ele que tinha trazido alguns dos materiais que ele disse serem necessários para a arte da pirofagia: panos e querosene. Faltava-nos varetas para que pudéssemos envolver os panos que seriam embebidos de querosene. Deveríamos, então, empreender uma busca ecológica pelo Centro de São Paulo, tentando encontrar galhos de árvores de mais ou menos um centímetro de diâmetro e que fossem lisos.

No entanto, Rogério me disse que estava com fome e que havia uma “boca de rango”¹⁴ perto do Largo São Francisco. Caminhamos até o “Chá do Padre”¹⁵, localizado na rua Riachuelo, no andar térreo de um edifício exatamente atrás da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. No amplo salão, havia cerca de três centenas de cadeiras de plástico dispostas em frente a uma espécie de palco onde um telão estava instalado: um filme seria exibido durante a distribuição de alimentos. Nos sentamos lado a lado e depois de uma dezena de minutos começou a distribuição dos copos descartáveis com chá e de pães com manteiga. Aos que pediam mais pães, as pessoas distribuindo diziam que deveria esperar até a distribuição completar a primeira rodada, para que todos os presentes fossem atendidos. Os religiosos que distribuía a comida pediam para que as pessoas permanecessem sentadas, para facilitar a organização, no entanto, depois de receberem os alimentos, muitos se levantavam, ficavam no

¹⁴ Lugares e situações em que se pode conseguir comida gratuitamente.

¹⁵ O “Chá do Padre” é de responsabilidade do Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) e oferece diariamente 300 refeições e 300 lanches da tarde, com chá e pão.

espaço atrás das cadeiras ou mesmo na Rua Riachuelo. Nós comemos sentados e assim que acabamos fomos embora, enquanto um filme francês com legendas começava a ser apresentado.

Sáímos e começamos a nossa busca andando por várias ruas e praças, no sentido do metrô Anhangabaú, e depois de meia hora colhendo e descartando galhos (sob a supervisão de Rogério) encontramos os galhos que serviriam. No Obelisco dos Pisques, próximo à esquina das ruas João Adolfo e Quirino de Andrade, Rogério preparou os objetos: enrolou e amarrou o pano nos galhos, despejou um pouco do querosene em cada um dos copos de plástico que guardamos do “Chá do Padre”, até encherem aproximadamente dois dedos cada um. Tirou a camisa, revelando um corpo magro, mas bastante forte e disse para eu prestar atenção ao que ele faria. Embebeu os panos presos nas pontas dos galhos com querosene, tomou um gole do querosene e manteve o líquido na boca. Com um isqueiro acendeu essa tocha que produziu calor e luz no final da tarde e, então, começou a brincar com as labaredas, trazendo-as para perto de seu corpo, de forma coreografada, passando a ponta das tochas pela extensão de um braço e depois do outro, pelo peito desnudo e então cruzando as pontas em forma de X à altura da boca, cuspiu um pouco do querosene que guardava na boca nessa chama produzindo uma imensa bola de fogo que esquentou o ar e chamou atenção de pessoas próximas a nós. Sem prestar muita atenção ao que se passava ao redor, compenetrado em sua arte, cuspiu ainda mais duas bolas de fogo, mostrou-me sua boca então sem querosene e realizou o último passo da coreografia: a pirofagia. Ele trouxe uma tocha para bem perto da sua boca e a apagou com um assopro, logo seguido da inserção dessa mecha ainda fumegante em sua boca, num movimento bastante rápido, deixando a ilusão de que ele de fato estava engolindo o fogo. Então olhou para mim e perguntou: “entendeu?”.

Havia entendido alguma coisa, e sob a orientação de um paciente *Prometeu* fui reproduzindo todos os passos, um pouco desajeitado, sem a fluidez que acabara de testemunhar

e sem conseguir repetir o último passo, o de “engolir” o fogo, apesar de algumas tentativas desastradas que chamuscaram minha barba.

Repetimos o número algumas vezes e sugeri fazermos a apresentação no semáforo para quem sabe angariar algum dinheiro, o que ele recusou imediatamente. Depois de repetirmos o número até acabar o querosene, conversamos por aproximadamente uma hora quando eu disse que precisava ir embora. Nesse momento, Rogério – que já havia me ensinado no final de semana anterior (por me achar muito “bonzinho”, talvez implicando um pouco de ingenuidade) que eu não era obrigado a dar cigarros ou dinheiro às pessoas que me pediam – perguntou se eu não tinha algum dinheiro que pudesse lhe dar. Eu tinha uma nota de vinte reais comigo, que ofereci a ele. Ele pareceu bastante envergonhado com a situação e me explicou que não era pelo dinheiro que ele estava ali, mas que ele também precisa de dinheiro. Eu perguntei para onde ele iria agora. A vergonha se acentuou e depois de algum tempo ele me disse que iria até a *Cracolândia*. Quando eu perguntei se poderia acompanhá-lo, ele disse que não, que aquele lugar não era para mim. Fiquei com a impressão de que ele me dizia, ainda que sem palavras, de que com aquele fogo ele não me ensinaria a brincar. Perguntei se ele iria passar a noite lá e ele me disse que só iria buscar “alguns pinos”¹⁶, mas que voltaria para o Pátio. Nos despedimos, entrei no metrô a caminho de casa e ele saiu andando a caminho da *Cracolândia*.

Mantivemos contato pelo Facebook, o qual ele conseguia acessar por meio de um serviço de acesso a computadores com internet que era disponibilizado no prédio da Caixa Econômica Federal, a meio caminho do Pátio do Colégio e a Praça da Sé. Nos encontramos em horários combinados mais duas vezes, mas eram cada vez mais raras as suas respostas às mensagens que eu o enviava.

¹⁶ Referência aos recipientes onde se comercializam a cocaína em pó.

Cerca de dois anos depois o encontrei no *Fluxo*, muito mais magro e sujo. O reconheci e o chamei. Ele também me reconheceu, me chamou pelo nome e lembramos durante alguns minutos como foi divertida aquela tarde em que cuspimos e engolimos fogo.

Antes de qualquer texto ou disciplina acadêmica, foi Rogério quem me ensinou que a *Cracolândia* é um lugar que atravessa ou é gravitado por outros lugares do Centro, pois “eles [os frequentadores] ‘a levam para onde forem’”(FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, p. 15). Analogicamente, não parece haver disputa sobre o fato de que as pessoas carregam consigo, em quaisquer lugares em que estejam, traços de sua socialização por diversas instituições: família; instituições disciplinares de educação ou coerção; igrejas, cultos e experiências religiosas; em suma, apreciações morais, estéticas e éticas as quais nos expomos ao longo da vida. A *Cracolândia* está na cidade de São Paulo, assim como a cidade de São Paulo está na *Cracolândia*.

4 OBSERVAÇÃO FLUTUANTE NO *FLUXO* (2017-2018)

Durante a primeira fase da pesquisa, do segundo semestre de 2017 até meados do primeiro semestre de 2018, fiz diversas incursões no território da *Cracolândia*. Sempre sozinho, realizei “observações flutuantes”¹⁷. Essas incursões mais soltas possibilitaram o contato direto com muitos cidadãos que frequentam ou circulam pelo local, uma vez que “o pesquisador tomou a precaução de não se munir de um mapa a fim de ter que perguntar seu caminho” (PÉTONNET, 2008).

Pude começar a perceber certas dinâmicas recorrentes: a grande presença de trabalhadores de serviços públicos de saúde, assistência social, limpeza urbana e segurança; os horários em que estes realizavam suas intervenções; a dinâmica de relações entre os trabalhadores que faziam parte de um mesmo “serviço”, entre trabalhadores de diferentes serviços e, por fim, entre trabalhadores e cidadãos.

Para além dos profissionais, equipamentos e serviços ligados ao Estado, foi possível notar também grande quantidade de pessoas presentes naquele espaço: voluntários e profissionais de ONGs de redução de danos; seguranças privados das empresas e comércios; artistas; ativistas políticos; religiosos de diferentes denominações, sozinhos ou institucionalizados; ex-trabalhadores dos serviços públicos que agora desenvolviam projetos sem relação ou com uma relação “frouxa” com o Estado; outros pesquisadores como eu, de diversas áreas (mobilidade, saúde, assistência, antropologia, sociologia, urbanismo etc.); enfim, uma heterogeneidade bastante relevante, que ia muito além da imagem de “zumbis” ou “drogados” que caracteriza a *Cracolândia* no imaginário coletivo mais amplo. É claro que

¹⁷ Para uma discussão sobre a contribuição do método de Pétonnet à antropologia urbana, ver SIMÕES (2008). Para uma discussão acerca das potencialidades e limites do método no contexto do uso de drogas no Centro de São Paulo, ver NOGUEIRA (2019).

usuários de drogas (tanto lícitas como aquelas tornadas ilícitas), além dos pequenos comerciantes de drogas no varejo, estão presentes no território.

A presença do Primeiro Comando da Capital (PCC) foi mais perceptível simbólica do que ostensivamente, como é de se esperar tratando-se de uma “organização criminosa”.¹⁸ As pichações com as inscrições “PCC” ou “15-3-3”¹⁹ são encontradas em vários muros, além dos “salves”²⁰ que correm como boatos e chegam virtualmente a todos com alguma inserção no território²¹. Mas como me referir nessa dissertação às pessoas que frequentam a *Cracolândia* uma vez que as pessoas em situação de rua e os usuários de drogas, são categorias já tão estigmatizadas socialmente (ZANOTTO; ASSIS, 2017)? Decidi por me referir a essas pessoas mais genericamente apenas como “frequentadores”.

Ao longo da etapa de observação flutuante, eu me punha extremamente disponível para abordagens, fossem elas quais fossem. Muitos dos frequentadores com quem eu conversava me perguntavam se eu era psicólogo ou assistente social e o que eu estava fazendo ali. Essas

¹⁸ Como nos mostra Karina Biondi: “O consequente e sempre iminente risco de prisão faz com que os *malandros* tenham muita cautela na escolha das pessoas com quem se relacionam; suspeitas e desconfianças são lançadas sobre tudo e todos, principalmente sobre pessoas desconhecidas (sob esse prisma, todas potenciais policiais ou informantes infiltrados).” (BIONDI, 2017, p. 296)

¹⁹ Simbolicamente o PCC é também identificado pela inscrição 15-3-3, sendo que o 15 representa a 15ª letra do alfabeto (sic), “P” e o 3 a terceira, o “C”.

²⁰ Salves são comunicados de alguma instância do PCC que circulam por meio de seus integrantes. Em outros momentos e contextos, um “salve” pode ser simplesmente uma interjeição para se cumprimentar alguém.

²¹ Somente uma vez, eu presenciei alguém se identificando como fazendo parte do PCC e utilizando essa posição explicitamente. A situação ocorreu nas dependências do Atende 2, equipamento que caracterizarei mais adiante: um homem entre 30 e 40 anos foi levado até o banheiro do equipamento por outros 4 homens, que pelo vestuário eu percebi que não eram pessoas em situação de rua. Nós que estávamos fora do banheiro, ouvíamos gritos do homem pedindo para que o deixassem sair. A companheira desse homem, que viu a situação ocorrer, começou a gritar e bater repetidamente na porta, pedindo para que o deixassem sair. Depois de alguns segundos, a porta se abriu, todos saíram e um dos homens que estavam no banheiro pediu para todo mundo “calar a boca” e, dirigindo-se para o homem que havia sido levado para o banheiro, ainda que falando alto o suficiente para que todos pudessem ouvi-lo, disse: “Então você anda falando que é do PCC para conseguir sua vaga nas camas aqui? Você tá maluco?! O que vocês têm que vir fazer aqui é respeitar os funcionários, ficar bem *pianinho* e sem causar problemas. Esse é um aviso pra você e pra todo mundo! Ninguém tem autorização para usar o nome do PCC, nem aqui dentro, nem lá fora. Está claro o aviso?!”. O homem então disse que entendia, parou de negar que havia feito e assumindo, disse que não faria novamente. Depois disso, os quatro homens saíram do equipamento sem ninguém os impedir ou mesmo olhar para eles diretamente. Quando fui perguntar a um funcionário do equipamento o que havia ocorrido ele disse que era melhor “deixar quieto”. Os funcionários ficaram claramente desconfortáveis com a situação e ainda assim impotentes diante do ocorrido. (Caderno de Campo, 07/04/2018.)

perguntas eram sintomas das diferenças e marcadores sociais que se colocavam, as quais Taniele Rui também notou a partir de uma conversa com frequentadores de uma ONG que atua na redução de danos na *Cracolândia*:

Foi a partir dessa conversa que comecei a observar que os usuários de crack marcam fronteiras significativas em diversos grupos sociais. Em inúmeras situações, eles figuram como o “limite daquilo que não sou”, a alteridade radical, a experiência humana extrema. Num ímpeto essencializante e generalizante, quase compartilhei com Simmel (2005) a constatação de que “*o homem é um ser que faz distinções*” e de que, na cidade grande, tais distinções se tornam especialmente relevantes. (RUI, 2012, p. 41)

Na ocasião de uma conversa com um frequentador do equipamento público Atende 2, a certa altura, ele me disse que eu claramente “não era dali”, e quando o questionei a respeito do que ele quis dizer, ele me respondeu que eu era “outro tipo de gente”.²² Essa distinção tão gritante, essa assimetria tão facilmente perceptível foi se colocando desde o início como um problema de pesquisa: que relações eram possíveis entre pessoas percebidas de forma tão desigual e como elas poderiam se dar?

Também nessa etapa, pude conhecer os equipamentos públicos de saúde e assistência social que estavam localizados no território. Na Rua Helvétia, na quadra entre a Alameda Cleveland e a Rua Dino Bueno, se encontravam, um de frente para o outro, o Programa Recomeço (com sede em um edifício de 10 andares de responsabilidade do Estado de São Paulo) que funcionava ali desde 2013, e o Atende 2 (Unidade de Atendimento Diário Emergencial, de responsabilidade da Prefeitura de São Paulo), sob gestão do Instituto Fomentando Redes e Empreendedorismo Social (INFOREDES). O local onde ficava o Atende 2, localizado na Rua Helvétia, foi inaugurado em novembro de 2017 e fechado em 8 abril de

²² Caderno de Campo, 03/02/2018.

2020, já durante a pandemia de Covid-19. Antes da gestão Doria, esse espaço era utilizado pelo DBA, inclusive sendo o espaço onde o programa começou, conhecido como “Tenda”.

A terceirização da gestão desses equipamentos se fez notar imediatamente pelas conversas que tinha com os funcionários desses espaços: raramente encontrei servidores públicos em regime de contratação por via de concurso público e com estabilidade. Os contratos eram todos intermediados pelas gestoras privadas dos serviços. Esse ponto será retomado no **Capítulo 6**.

5 A CRACO RESISTE, PARTICIPAÇÃO OBSERVANTE EM AÇÕES DIRETAS DE UM COLETIVO MILITANTE

No primeiro semestre de 2018, além das incursões que fazia pelo menos duas vezes por semana ao território, comecei a frequentar uma disciplina²³ oferecida pelo Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (DIVERSITAS-USP) que tinha como local de aulas o Teatro da Cia. Pessoal do Faroeste²⁴, com sede na Rua do Triunfo²⁵, quase na esquina com a Rua General Osório. Lá tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas com diversas relações no território. Muito por conta da disciplina do DIVERSITAS, em 2018 participei como voluntário na barraca das “brincadeiras” em uma festa junina no meio do *Fluxo*, na Rua Helvétia. Cerca de uma dúzia de barracas foram montadas com o apoio e trabalho de diversos coletivos atuantes no território e a barraca da qual eu participava contava com os alunos e professores da disciplina. Foi a primeira vez que pude perceber uma “rede de coletivos” operando no território. Algumas pessoas participavam de mais de um coletivo e, portanto, de mais de uma barraca. Foi se formando assim um complexo *diagrama de Venn* (Figura 1):

23 Disciplina “O Lugar das Redes: Preservadas, Descartadas, Compartilhadas e Expandidas”.

24 Segundo o site da Companhia: “Fundada em 19 de janeiro de 1998, a Cia Pessoal do Faroeste completou 23 anos de existência na cidade de São Paulo. Localizada na Rua do Triunfo, 301/305, a Sede Luz do Faroeste, possui na esquina, outro imóvel, na General Osório, 23, o Ateliê Amarelinho (antigo Ateliê da artista Maria Bononi), um espaço que desde 2013 visa através da interação dos coletivos, artistas e com o entorno, fomentar a produção de ações que estejam em diálogo direto com a cidade e com a Região da Luz, criando encontros, transversalidades e permeabilidades entre arte, direitos humanos, política e cultura.” Disponível em: <https://www.pessoaldofaroeste.com.br/>, acesso em 10/03/2021.

25 Rua que já foi um dos locais onde se situou a *Cracolândia*. “Nesta época [2004] a ‘cracolândia’ encontrava-se na rua do Triunfo, Vitória e General Couto Magalhães.” (CALIL, 2015, p. 48). Sobre os deslocamentos da *Cracolândia*, ver Frúgoli e Spaggiari (2010), que trazem as categorias analíticas de “território itinerante” (a partir do trabalho do antropólogo Néstor Perlongher, sobre michês em São Paulo (PERLONGHER, 1987)) e “campo de relações”.

Figura 1

Legenda: Representação ilustrativa de um Diagrama de Venn das intersecções no território

Fonte: elaboração do autor

Nas aulas do DIVERSITAS também conheci pessoas que compunham *A Craco Resiste*, um coletivo militante que atua no território da *Cracolândia* com a temática da denúncia da violação de direitos humanos e contra a violência policial²⁶. Àquela altura já tinha conhecimento da existência desse coletivo por meio da página que eles mantêm no Facebook.

A partir desses primeiros contatos, passei a participar de reuniões que o coletivo mantinha e depois de ações que faziam na *Cracolândia*, passando de observador flutuante a observador participante. A Craco Resiste é um coletivo bastante heterogêneo em sua formação, abrangendo educadores sociais, jornalistas, artistas, frequentadores do *Fluxo*, advogados, pesquisadores e profissionais da saúde com experiência de trabalho no território. Foi essa última categoria composta por gerentes de serviços públicos, médicos, psicólogos e redutores de danos que mais atraiu o meu interesse no coletivo neste momento, uma vez que guardava relação direta com o meu tema de pesquisa.

²⁶ Para entender melhor sobre a constituição do coletivo, recomendo a leitura das teses de COSTA (2017) e SHDAIOR (2019). No **Capítulo 9** analisarei como a constituição do coletivo influencia e é influenciada pelos *problemas públicos* em que ele se envolve, a partir da dinâmica de *publicização* de um Dossiê denúncia.

Dentre outras atividades realizadas pelo coletivo, as *vigílias* no território foram das que mais se mostraram potentes para a permanência no *Fluxo*. Um dos catalisadores para a constituição do coletivo, no final de 2016 e início de 2017, era a preocupação de muitos militantes com a potencial violação de direitos humanos que a nova administração da Prefeitura poderia causar. Uma das “tecnologias de resistência” foi a instituição de *vigílias* no território, como relata Roberta Costa, por meio de uma transcrição de uma roda de conversa realizada pelo coletivo em 22 de janeiro de 2017:

Nessa semana a galera do Fluxo nos falou que era necessário pensar numa resistência, p’ra janeiro. Já se falava muito que iria ter violência policial da gestão Doria em janeiro. [...] marcamos uma reunião para o dia 26 de dezembro, um dia depois do Natal. O Anderson fez a página do Facebook e, por ela, divulgamos a reunião. Incrivelmente, nessa segunda reunião, que foi na Praça Júlio Prestes, tinham mais de 30 pessoas dispostas a pensar a resistência na Craco. Desde esse dia nossas reuniões sempre contaram com pessoas em situação de rua e/ou usuários de crack. **Foi o Montanha, que é da Cracolândia, que deu a ideia de uma vigília.** E, desde [o dia] dois de janeiro, tem uma galera que tem colado junto, circulado, uns mais malucos que vem sempre e estão segurando a onda do cotidiano, mas tem sempre gente diferente que vem um dia ou outro, uma atividade ou outra, e é assim que criamos e garantimos uma programação. **A ideia era: vamos ficar no Fluxo, se tiver violência policial quando a gente estiver conseguimos ter alguma função, como de fato tivemos na última terça feira quando teve tiro, porrada e bomba. Qual função? Chamamos a imprensa, denunciamos o abuso policial, levamos feridos para o hospital e ainda conseguimos liberar os presos.** Tem uma coerção que a gente faz, porque somos de classe média, na maioria brancos, não somos de lá, não estamos em situação de rua, temos celulares para filmar, somos dos —direitos humanos, enfim, a gente consegue fazer, às vezes, que tenha menos violência policial. A gente já passou algumas vezes pela experiência de ver a polícia batendo em usuários de crack e o fato da gente chegar correndo com o celular, mesmo que sem bateria, fez os policiais pararem de bater, [eles] ficam intimidados. Não é sempre que dá certo, também já nos apontaram armas, nos revistaram, mas geralmente nosso perfil intimida de alguma forma. **Então a gente pensou em fazer isso de forma mais sistemática. Essa sugestão de vigília veio do Fluxo e a gente acatou.** O Montanha que sugeriu a vigília e a Simone, que também é da Cracolândia, sugeriu que a vigília fosse acompanhada de atividades culturais. Sugeriram que fôssemos pela noite e aos finais de semana porque de dia já têm os trabalhadores que conhecemos, assim qualquer coisa que rola de dia ficamos sabendo por eles. A Simone defendeu que com atividades culturais seria muito mais fácil que mais gente aderisse a nossa luta, porque ela é divertida. E ela tinha razão, tão sendo muito legais as atividades. E elas, por si só, demarcam com o estereótipo que se tem dos usuários [...] (COSTA, 2017, pp. 180–181, grifos meus)

Penso que as *vigílias* possam ser definidas enquanto “ações diretas”. O Antropólogo David Graeber define ação direta nos seguintes termos em seu livro *Direct Action: an ethnography*:

O que venho desenvolvendo aqui é o que pode ser chamado de definição clássica de ação direta – uma definição desenvolvida e elaborada ao longo de pelo menos um

século e meio de reflexão anarquista. Hoje em dia, o termo é frequentemente usado em um sentido muito mais amplo. “Ação direta” torna-se qualquer forma de resistência política que é aparente [*overt*], militante e confrontadora, mas que fica aquém de uma insurreição militar total. Nesse sentido, se alguém está fazendo mais do que marchar segurando placas, mas ainda não está pronto para ir para as montanhas com AK-47s, então é um ativista direto. (GRAEBER, 2009, p. 204, minha tradução)

Partindo da mesma ideia, muito pela ação de uma militante em particular, a Carlota²⁷, surgiu a ideia do que ela chamou de “vigília molhada”. Dentre as condições básicas para uma vida digna e mesmo para manutenção da vida humana, seja qual for o ambiente em questão, o acesso à água limpa e potável é dos mais óbvios. No entanto, a falta de acesso à água é um problema recorrente na *Cracolândia* e principalmente no *Fluxo*²⁸. No contato com os frequentadores do *Fluxo*, essa sempre aparece como uma das grandes reclamações e demandas. Com isso em vista, no verão de 2018 para 2019, Carlota organizou e colocou em prática um esquema para levar água potável para o *Fluxo*, ao menos duas vezes por semana, no período da tarde. Uma “base” foi montada no terreno do Teatro de Contêiner Mungunzá²⁹(Figura 2), há

²⁷ Carlota me autorizou o uso de seu nome nessa dissertação.

²⁸ Duas matérias jornalísticas que tratam do tema: “*Problemas de abastecimento deixa Cracolândia três dias sem água*”, de 19/09/2019, acessível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/19/problema-de-abastecimento-deixa-cracolandia-tres-dias-sem-agua.ghtml>; e “*Covas e Doria deixam moradores da Cracolândia sem água: ‘O que era grave, piorou. Vai ser genocídio’*”, de 22/04/2020 (já durante da pandemia de Covid-19), acessível em: <https://www.viomundo.com.br/holofote/covas-e-doria-deixam-moradores-da-cracolandia-sem-agua-o-que-era-grave-piorou-vai-ser-um-genocidio.html> Acesso em 13/05/2021. Um levantamento mais recente realizado por coletivos militantes aponta que a situação não melhorou no último ano, fonte: https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/08/levantamento-aponta-falta-de-pia-e-banheiro-para-pessoa-em-situacao-de-rua-em-sp.shtml?fbclid=IwAR3VIKYY_ElSyDgapHXNO1aDw4fimiUyMXVgsoTQEAPXnfaq9jW439ThrkE Acesso em 12/08/2021

²⁹ Descrição no *site* da própria companhia de teatro: “Em 2016, um grupo de sete artistas e educadores (Cia Mungunzá de Teatro) construíram um polo cultural construído com 11 contêineres, na região central de São Paulo/Santa Ifigênia. Um espaço onde se encontrassem caminhos alternativos no âmbito arquitetônico (arquitetura moderna/sustentável), urbanístico (democratização do acesso à cultura – não sendo “ponta de lança” da gentrificação em áreas onde a especulação imobiliária repousa seu olhar) e de atividades socioculturais (programação plural).

Ocupando um terreno municipal que não exercia função pública plausível, o espaço virou um grande farol balizador de políticas públicas numa das áreas de maior vulnerabilidade social do nosso país. Recebeu, em apenas dois anos, aproximadamente 150 mil pessoas nas mais variadas atividades relacionadas à educação, à arte, ao lazer e à assistência social.

[...] Construído com 11 contêineres, o Teatro de Contêiner Mungunzá é um polo cultural e também funciona como a sede da Cia. Mungunzá de Teatro, idealizadora e executora do projeto. Por meio de ingressos gratuitos ou a preços acessíveis, busca promover a democratização do acesso à cultura e a resignificação do território onde está localizado. O espaço funciona como um mediador cultural das relações, devido ao seu acesso popular. Frequentado pelo público do entorno (que é composto por vizinhos, lojistas e pessoas em situação de extrema vulnerabilização social), por artistas, educadores e pesquisadores.

cerca de 600 metros do *Fluxo*, onde havia uma geladeira para alocação de garrafas de água, além de um armário onde os participantes das vigílias poderiam deixar seus pertences. Com doações e com o trabalho voluntário de militantes, tanto a geladeira quanto um carrinho de feira e depois um carro de madeira foram disponibilizados e utilizados (Figura 3).

Figura 2

Legenda: Painel de lambe-lambe homenageando MC Kawex, no prédio anexo ao terreno ocupado pelo Teatro de Contêiner Mugunzá, onde ficava a “base” da Vigília Molhada. Foto de 09/04/2021. Acervo do autor.

Do ponto de vista da tática militante, esse foi um movimento com alguns resultados práticos: o mais óbvio era a distribuição de água no *Fluxo* no paradigma da redução de danos. Isso, por si só, já justificaria a ação. Em uma tarde de maio, um frequentador se aproximou da

Desde o início, tem como premissa de gestão criar oportunidade para jovens coletivos teatrais, fomentar grupos e artistas com trabalhos já reconhecidos e relevantes no cenário cultural contemporâneo, e democratizar o acesso à arte e cultura. Por estarmos no centro de São Paulo, no “coração da Cracolândia” estendemos também uma frente de mediação social com dependentes químicos e pessoas em situação de rua.

Devido, portanto, a uma programação eclética, associada ao território onde esta se insere, o espaço acaba por reunir diferentes nichos, colaborando assim para a desmistificação de estigmas socioculturais e despertando iniciativas que funcionam em favor da cidade.

Disponível em: <https://www.ciamungunza.com.br/teatro-de-conteiner-mungunza>. Acesso em 09/03/2021.

equipe de militantes que estava distribuindo água e nos disse que depois da tuberculose, o segundo pior problema de saúde dos frequentadores da *Cracolândia* era a insuficiência renal³⁰.

O segundo intuito era o de ser um canal para coleta e publicização de denúncias, além de constranger as ações policiais violentas enquanto permanecêssemos no *Fluxo*. Isso, de modo geral, pareceu funcionar, uma vez que a equipe de militantes era formada, majoritariamente, por pessoas brancas e de classe média, além da presença da Carlota, uma senhora já com mais de 60 anos. A única vez em que a violência policial irrompeu durante essas ações, foi quando já nos afastávamos do *Fluxo* e sem a presença da Carlota naquele dia.

Claro que outras consequências advinham dessas ações, sendo a mais óbvia a oportunidade de aproximação das pessoas que frequentavam o *Fluxo*. Em dias de calor intenso, mais de 150 litros de água eram distribuídos. Ou seja, grande quantidade de pessoas se aproximava, recebia água e por meio desse primeiro contato, relações de reconhecimento eram formadas (“vínculos”, na linguagem corrente da Redução de Danos). Com a constância das ações e as vestimentas padronizadas (camisetas laranjas com o símbolo d’A Craco Resiste), os frequentadores foram se acostumando com nossa presença naquele ambiente. Nunca houve nenhum conflito ou discussão mais séria em relação a nossa presença realizando a distribuição de água. Justificava isso da seguinte maneira: “Afinal, quem é que vai se indispor com pessoas oferecendo água, dispostas a conversar e sem representar qualquer tipo de ameaça?”. Eventos que serão narrados no **Capítulo 9** mostrarão que há quem se indisponha mesmo com ações “de caridade”.

³⁰ Caderno de Campo, 12/05/2019. É impossível dizer com certeza quais são as principais doenças prevalentes no território da *Cracolândia*, uma vez que segundo Censo realizado pelo Programa Recomeço, em 2017, 40% das pessoas na *Cracolândia* nunca foram avaliadas por um médico. Fonte: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,4-em-cada-10-usuarios-na-cracolandia-nunca-foram-avaliados-por-um-medico,70001633633> Acesso em 15/09/2020. Em um estudo realizado com usuários de crack que se internaram em um serviço de desintoxicação, localizado no município de São Paulo, na década de 1990, as principais causas de morte foram o homicídio e a AIDS (RIBEIRO et al., 2006)

Foi durante uma das ações da vigília molhada, em que participava enquanto membro d'A Craco Resiste, que pude me aproximar de uma equipe de Consultório na Rua³¹ e negociar minha presença acompanhando-os em um dia de trabalho, o que inaugurou a próxima etapa do campo, descrita com mais detalhes no próximo capítulo.

Figura 3

Legenda: a Militante Carlota e o carro de madeira com galões de água do coletivo Craco Resiste. Sem data. Créditos: Acervo Carlota.

³¹ No caso, Redenção na Rua: equipe de Consultório na Rua que leva o nome do programa que a Prefeitura criou a partir da gestão Doria – 2017.

6 REDENÇÃO NA RUA

6.1. CONSULTÓRIO NA RUA NA ESTRUTURA DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE (SUS)

O que é o Consultório na Rua? Bem, segundo o Ministério da Saúde, o Consultório na Rua (CnR) se configura enquanto uma estratégia de atendimento

[...] que visa ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.³².

Essa estratégia ganha reconhecimento e oficialidade enquanto política pública no âmbito da publicação da Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). Nesse documento alguns pontos são fundamentais para conseguirmos entender onde o CnR se localiza em meio à estruturação da política pública de saúde. Os CnR devem estar vinculados à Unidade Básica de Saúde (UBS) do território onde atua, como quaisquer outras equipes da Atenção Básica, assim definidas:

Equipes multiprofissionais compostas, conforme modalidade das equipes, por médicos, enfermeiros, cirurgiões-dentistas, auxiliar em saúde bucal ou técnico em saúde bucal, auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde, entre outros profissionais em função da realidade epidemiológica, institucional e das necessidades de saúde da população. (Ibid., p. 37)

As UBS são desenhadas enquanto portas de entrada ao Sistema de Saúde brasileiro, sendo o principal equipamento da Atenção Básica ou Atenção Primária à Saúde (APS)³³. O Ministério da Saúde entende a APS como um filtro que organizaria o fluxo dos serviços de saúde, partindo da simplicidade à complexidade³⁴. O CnR está configurado como uma equipe

³² <https://aps.saude.gov.br/ape/consultoriorua/> Acesso em 12/04/2021

³³ A discussão a respeito dos termos “Atenção Básica” e “Atenção Primária à Saúde” será realizada nas CONSIDERAÇÕES ao final desse capítulo.

³⁴ <https://aps.saude.gov.br/smp/smpoquee> Acesso em 13/05/2021

de atenção básica, na seção de “Equipes de Atenção Básica para Populações Específicas”. (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 62). É curioso que equipes de profissionais que devem lidar com a população em “situação de rua” sejam inseridas, por essa lógica, em uma estrutura caracterizada por sua baixa complexidade; esse ponto será retomado nas CONSIDERAÇÕES ao final desse capítulo.

O mesmo documento designa que essas equipes são “compostas por profissionais de saúde com responsabilidade exclusiva de articular e prestar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua.” (Ibid., p. 62), ressaltando que as equipes devem realizar suas atividades de forma itinerante, podendo desenvolver suas ações na rua ou nas UBS do território, sempre articulando-se com as demais equipes de atenção básica deste mesmo território.

O documento norteador também explicita que as equipes do CnR “podem estar vinculadas aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)” sem, no entanto, exigir essa vinculação. A importância dos NASF está em seu papel de “de ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade”, principalmente atuando “de maneira integrada e apoiando os profissionais das equipes de Saúde da Família, das equipes de atenção básica para populações específicas”, categoria onde se encaixam os CnR, “compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob responsabilidade dessas equipes, atuando diretamente no apoio matricial às equipes.” (Ibid., p. 63) A atuação dos NASF, com profissionais dedicados ao apoio matricial, seria de fundamental importância para as equipes do CnR, somada à educação permanente das equipes, o que também está previsto no ordenamento da política de atenção básica como “constitutiva”. No entanto, não é essa a realidade no território da *Cracolândia*. Os profissionais com quem conversei relataram a completa ausência de treinamento, capacitação ou formação prévia ao início dos trabalhos no território, no contexto do Projeto Redenção. As condições de trabalho desses profissionais serão retomadas com mais demora nas Considerações ao final do capítulo.

6.2. INCURSÕES JUNTO À EQUIPE DO CONSULTÓRIO NA RUA (REDENÇÃO NA RUA)

O intuito, em decorrência do projeto de pesquisa traçado, era o de me aproximar o máximo possível desses profissionais. A equipe de profissionais, composta por oito pessoas no dia em que os abordei³⁵, me indicou que falasse com o médico da equipe. Depois de explicar resumidamente meu projeto de pesquisa, perguntei se poderia os acompanhar durante o trabalho deles. O médico da equipe, Cláudio³⁶, disse que o serviço no qual aquela equipe atuava era o “Redenção na Rua”, que seria o Consultório na Rua do projeto municipal Redenção e permitiu que eu os acompanhasse no próximo dia de trabalho deles, para minha surpresa – não imaginava uma entrada tão rápida. Indicou que chegasse à Unidade Básica de Saúde (UBS)³⁷ que eles chamavam de “base” dali a dois dias, um sábado, às 6:50h da manhã e, se possível, que fosse de jaleco. Narrarei a seguir os dias em que os acompanhei.

Um pouco antes do horário marcado, cheguei à UBS, que ficava localizada na Avenida Duque de Caxias, em frente à Praça Princesa Isabel. A equipe do Consultório na Rua ainda não havia chegado e então esperei sentado em uma das cadeiras na recepção do equipamento, me familiarizando com a dinâmica. Alguns profissionais chegaram, me cumprimentaram e entraram no equipamento. Quando Cláudio chegou, pareceu surpreso por eu estar realmente lá àquela hora, mas fez um convite para que eu entrasse e tomasse café da manhã com a equipe. Algumas pessoas da equipe pareceram um pouco desconfortáveis com a minha presença, afinal, não me conheciam e tampouco fui formalmente apresentado. Sentei-me à mesa com alguns

35 O contexto dessa primeira aproximação está mais bem explicitado no subcapítulo anterior, que trata da observação participante junto À Craco Resiste.

36 Pseudônimo.

37 Após o período de campo, essa UBS se converteu em um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).

deles, enquanto comiam pães e tomavam café. Agostinha³⁸, uma senhora negra um pouco mais velha que o restante da equipe, conversava animadamente a respeito de uma dinâmica que tinha participado no dia anterior no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS), na Faculdade de Medicina da USP, sobre o tema dos “cuidados fora da clínica”. Apresentou uma visão bastante positiva a respeito da renovação da militância em saúde, ela mesma tendo participado de lutas desde a década de 1980.

Cláudio me chamou para conversarmos e eu preferi ouvir mais e falar menos, apesar das constantes perguntas que ele me lançou. Nessa conversa ele me disse que é psiquiatra e que além do trabalho ali também desenvolve um trabalho de clínica psiquiátrica em um município da Região Metropolitana de São Paulo. Afirmou que os “olhares” tinham que ser bastante distintos entre essas duas ocupações, uma vez que os “moradores de rua tinham um Convênio SUS 5 estrelas”. Na caracterização que ele fez do trabalho junto à população, utilizou termos como “mordomia”, além de caracterizar os usuários como “imprevisíveis e imediatistas”. Fez também uma diferenciação entre as drogas, dizendo que o usuário de álcool era pior que o de crack e que eles não se misturavam. Por fim, criticou a estratégia de cuidados do serviço ao dizer que era um “direito, de graça, mas sem a contrapartida das obrigações”. No meu caderno de campo faço várias menções à minha atitude consciente de não emitir opiniões, no entanto era notável a discrepância entre o discurso dele e o da Agostinha, revelando uma heterogeneidade de visões e posturas entre os membros da equipe. Ele também me disse que “ninguém [referindo-se aos profissionais da equipe, seus colegas] quer estar ali”, mas quem está é por uma contingência puramente econômica.

38 Agostinha permitiu e incentivou que eu utilizasse seu nome nessa dissertação. Todos os outros nomes de membros da equipe são pseudônimos, uma vez que não houve um acordo explícito de uso de seus nomes, como houve com Agostinha.

Nesse momento, algumas pessoas já saíam dessa sala em que tomávamos café e eu os acompanhei; alguns estavam em uma roda fumando cigarros, antes de iniciar a “ronda” da manhã. Juntei-me a eles, ciente de que o cigarro (como outras drogas) fornece oportunidades de conversas mais livres e informais. Eles discutiam, ainda por provocação da Agostinha, sobre temas de saúde pública, como a crítica à indústria farmacêutica e outras formas de cuidado. Agostinha citou uma frase que ressoava entre os presentes: “A enfermagem como a arte do cuidar. Cuidar não de uma tela morta, mas de um vivo.”.

Seguindo a orientação de Cláudio, eu estava então de jaleco branco, que um médico militante d’A Craco Resiste me emprestou. Perguntei às pessoas da roda se eles não acham estranho que eu usasse o traje, ao que me disseram que poderia ser bom, “até por um sentido protetivo”. O que me chamou a atenção nesse primeiro momento foi a falta de uma estrutura impositiva com relação ao trabalho. Ouvi a pergunta “Quem quer fazer?”, no contexto da divisão do trabalho, ao menos três vezes antes de sairmos para a ronda.

Perguntei sobre a formação da equipe, Agostinha disse que a equipe ideal deveria ser composta por um médico, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e oito agentes comunitários de saúde (ACS); nesse dia a equipe é formada por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e seis ACS. Alguns dos profissionais vestiam uniformes com a inscrição “Estratégia Saúde da Família”, outros apenas com a inscrição “SUS”.

Perto das 8 horas, saímos para a ronda. Ainda na calçada de saída da UBS, um usuário passou por nós e pergunta: “É da igreja?”. Só eu ouvi e parei para tentar ouvir mais. Agostinha (Enfermeira), Robson (Técnico de Enfermagem) e André (ACS)³⁹ perceberam e se voltaram para o usuário. Eu o reconheci do *Fluxo*, de algumas semanas atrás. Ele também havia

³⁹ Só Agostinha tem seu nome real, pois me autorizou explicitamente o uso. Os outros nomes são pseudônimos.

perguntado para o pessoal d'A Craco Resiste se éramos da igreja. A equipe esclareceu que “é da saúde” e questionou se ele precisava de alguma coisa, ao que ele respondeu: “*Eu tenho convulsão. Quero sair dessa vida.*”. Quase que imediatamente e em uníssono, dois integrantes da equipe disseram: “*Você quer internação? Tem que ir até a base, ali depois da banca. Talvez tenha vagas, talvez não tenha.*”. André então se propôs a acompanhá-lo até a UBS. Algumas horas depois, durante o almoço, ao perguntar a André sobre a sequência daquele atendimento, ele me contou que o homem, ao chegar à UBS, desistiu. Nada foi feito a respeito da queixa de convulsões que o homem apresentou.

Durante a caminhada nas ruas, cheguei mais perto de Robson – um homem de mais ou menos 30 anos, negro, bastante forte – que me contou ter 10 anos de experiência como técnico de enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva em hospitais. Ao comparar o trabalho nos dois locais, disse que são muito diferentes: no território da *Cracolândia* a medicação não é a coisa mais importante. Notei que ele apontava Agostinha como referência em vários pontos da conversa, no sentido de que vem aprendendo muito com ela. Em nenhum momento Cláudio apareceu como referência em termos de como lidar com as funções do trabalho, apesar de ser tido como o “líder da equipe”, por ser médico.

Nos encaminhamos para a rua do Triunfo, ao Hotel New Luz, que é mais conhecido como Zezinho pelos frequentadores e mesmo pelas equipes de saúde. Esse é um dos últimos remanescentes dos sete hotéis sociais que funcionaram durante a gestão Haddad no escopo do programa DBA e desmantelados pela gestão Dória no programa Redenção. No hotel, nessa época já sob a alçada administrativa da Secretaria Municipal Saúde (SMS), alguns pacientes específicos foram buscados, para continuação de tratamento (principalmente tuberculose, que a equipe se refere pela sigla TB). O usuário buscado não estava presente e Cláudio falou com um funcionário no hotel a respeito da importância de o paciente continuar a medicação ainda aquele dia, senão teria que começar o tratamento do zero mais uma vez. Essa situação denota

como a lógica de um lugar fixo de “residência” facilitava o trabalho de saúde no sentido de um tratamento contínuo e não apenas emergencial.

Após a incursão no hotel, voltamos à rua agora com destino ao Atende 2, no *Fluxo*. Chegando ao equipamento, muitas pessoas vieram até a equipe para procurar ajuda. Não havia organização ou qualquer triagem com base em protocolos prévios, ao menos explicitamente. A equipe do Redenção na Rua se comunicava brevemente com a equipe do Atende 2, enquanto era cercada pelas pessoas. Três pessoas conseguiram chamar mais atenção da equipe, uma mulher e dois homens. Um dos homens, de quem estive mais perto, relatou a Robson, que pareceu o mais disposto a ouvir essas demandas, que estava com dor na barriga e tinha as pernas inchadas e febre. Relatou também que não aguentava mais, que precisava ir para a Santa Casa e não ao Pronto Socorro (PS). Seguindo uma divisão que a equipe fez na hora para o encaminhamento dos casos, eu me dispus a acompanhar esse homem (que aqui chamarei de Márcio) e a ACS Carolina⁴⁰ até a Santa Casa. Essa divisão foi decidida dentro da Kombi que é disponibilizada para a equipe pela SMS, em um serviço terceirizado (Coopercar). Nesse caminho, eu pude perceber retrabalho em algumas etapas, principalmente na "burocracia", por exemplo: na captação dos dados das pessoas sendo atendidas. Isso gerou informações divergentes, dependendo de quem e do contexto em que se conversava. Por vezes, houve a adição de informações, em outras, informações discrepantes foram apresentadas. No caminho para o PS e Santa Casa, Carolina repassou algumas perguntas já feitas por Robson, tentou aprofundar algumas questões, anotou os dados novamente.

⁴⁰ Pseudônimos.

A interação⁴¹ com os diferentes profissionais e em diferentes contextos também conforma as *táticas*⁴²(DE CERTEAU, 1998) das pessoas que estão buscando atendimento. Todas essas interações foram marcadas por uma “performance de urgência”. Diversas táticas discursivas e corporais foram empregadas com os objetivos de chamar a atenção da equipe e mostrarem-se merecedores desse atendimento. Diversas outras pessoas tentaram e não obtiveram êxito em ter suas demandas atendidas. Márcio, o homem que queria ir à Santa Casa, ao ouvir Carolina dizer que talvez seria melhor ir ao PS da Barra Funda, onde ficaram os outros dois pacientes, começou a se queixar mais explicitamente de suas mazelas e a dizer, um pouco mais agitado, que não quer ir ao PS, que os remédios que o deram e que ele vinha tomando não adiantavam nada.

Ao chegar à Santa Casa, estávamos eu, Márcio e Carolina, além do motorista que permaneceu na Kombi. Eu, homem branco vestido de jaleco médico, tive um tratamento muito diferenciado das outras pessoas ali presentes (das outras vezes em que estive nessa mesma Santa Casa enquanto paciente não obtive o tratamento pessoal que me dispensavam na relatada situação). Entrei no setor de pronto atendimento e falei com o segurança sobre onde e como conseguir uma cadeira de rodas. O segurança imediatamente permitiu minha entrada na sala de espera do pronto atendimento, enquanto uma das atendedoras da triagem já me disponibilizou uma cadeira de rodas. Enquanto isso, a ACS Carolina procedeu ao cadastro burocrático do paciente no balcão externo, provendo alguns dados ao primeiro atendente. Ela parecia saber tanto quanto eu das burocracias necessárias para dar entrada no paciente, ou seja, quase nada.

⁴¹ A palavra “interação” será utilizada nessa dissertação no contexto conceitual erigido por Erving Goffman em sua “microsociologia”, mais longamente desenvolvida na obra *Encounters: Two Studies in the Sociology of Interaction* (GOFFMAN, 1961).

⁴² Os conceitos de “tática” e “estratégia” serão mais bem explorados no **Capítulo 9**.

Enquanto acompanhávamos Márcio na conversa com a profissional da triagem, que passou Márcio na frente da fila do atendimento de outras pessoas que aguardavam (mesmo que nesse momento ele não performasse as táticas denotadoras de urgência), Carolina também foi descobrindo onde ele faz tratamento para HIV, no caso no Serviço de Assistência Especializada Campos Elíseos (SAE - DST/Aids) que fica localizado na Alameda Cleveland, bem próximo ao *Fluxo*. Apesar de uma das justificativas para a privatização da gestão de equipamentos e equipes de saúde da saúde pública ser a de que os protocolos e padrões seriam mais respeitados, não parece haver um treinamento de protocolo padronizado de anamnese para os profissionais da equipe do Redenção na Rua. Descobrimos durante a triagem que Márcio esteve preso e interrompeu o tratamento para as doenças crônicas que ele possui: HIV e diabetes. Percebi que apesar do paciente estar ali, na frente da profissional da triagem, o olhar dessa profissional se voltava para mim quando ela faz algumas perguntas sobre a condição de saúde dele. Claramente estavam me confundindo com um médico (lembrando que estava vestido como um, de jaleco branco). Parecia-me cada vez mais claro que a prioridade no atendimento do Márcio se deu por estarmos juntos.

Após a triagem, fomos indicados a entrar ainda mais nas dependências do hospital, agora numa sala onde se encontravam outros pacientes, alguns recebendo soro, outros em macas e outros ainda sendo medicados. Uma estagiária de medicina foi rapidamente acionada pela profissional da triagem, que nos acompanhou até ali. Enquanto a profissional da triagem "passava o caso" a essa estagiária, ela olhava bastante para mim e assim que a mulher da triagem saiu, ela começou a me fazer perguntas sobre Márcio, apesar de ele estar ali, ao meu lado. Eu falei que ela poderia perguntar diretamente a ele. Ela fez algumas perguntas e Márcio, que parecia estar mais tranquilo, passou mais uma vez a performar as táticas de urgência. Ela disse que ia buscar ajuda e saiu, ao que Carolina disse que nunca fora atendida assim tão rápido como agora.

Alguns minutos depois, a profissional da triagem voltou com um médico. O médico repetiu a cena, dirigindo as perguntas a mim. Demonstrei de novo, dessa vez mais corporalmente que falando, que eles deveriam se dirigir ao Márcio e à Carolina. Como não adiantou muito, passei a repetir ao médico o que já tinha ouvido do próprio paciente, enquanto Márcio soltava alguns gemidos, se contorcendo. Carolina percebeu a situação e pareceu até se divertir um pouco, rindo disfarçadamente, mas de maneira que eu pudesse notar. Assim que o médico saiu, ela me chamou jocosamente de “Dr. Paulo”, indicando o tratamento diferenciado que eu estava recebendo. Um exemplo ilustra que ela tem razão: Márcio disse-me que estava com sede e eu fui procurar água para ele. Andei por vários corredores do hospital, abri portas antes fechadas e com sinalizações simbólicas deixando claro que pessoas estranhas não poderiam cruzá-las. Pela janela de um quarto, vi em cima de uma estante uma garrafa de água mineral e dois copos de plástico. Havia duas pessoas com uniforme do hospital conversando na frente da porta do quarto, eu pedi licença, entrei e perguntei ao paciente, que me chamou de “doutor”, se eu poderia pegar um copo de água, ao que ele consentiu imediatamente. Em todo esse deslocamento dentro do hospital, que deve ter durado cerca de 10 minutos, em nenhum momento alguém me perguntou o que quer que fosse e nem impediu meu acesso a qualquer lugar. A impressão que eu tive é que se eu quisesse andar pelo hospital inteiro ninguém me pararia.

Após cerca de 20 minutos, Márcio foi encaminhado para uma internação no hospital. Carolina fez menção de ir embora logo após recebermos a notícia do médico. Eu então perguntei a ele como poderíamos acompanhar o caso do paciente, para surpresa de Carolina e do médico. Demonstrando ser uma pergunta pouco usual, ele pensou um pouco e disse que deveríamos falar com a “assistência social”. Perguntamos ao segurança da entrada onde ficava o setor e fomos até lá. Havia uma profissional no setor de assistência e que prontamente nos atendeu. Explicamos resumidamente o caso e ela nos deu um número de telefone, para que ligássemos

se quiséssemos para saber do paciente. Pensei na rede de serviços de saúde e perguntei explicitamente se não havia uma comunicação direta entre os serviços (usei a palavra “rede”), nesse caso a Santa Casa e o SAE onde ele já fazia um acompanhamento de duas doenças crônicas, ao que fui respondido com um “não que eu saiba”.

Carolina e eu fomos embora do hospital na Kombi que nos aguardou todo o tempo e voltamos ao território para almoçar. No decorrer do almoço com a equipe, em um restaurante popular na Avenida Rio Branco, Carolina relatou a seus colegas o modo como eu fui tratado no hospital, novamente brincou me chamando de “Dr. Paulo”, quando comentei: “Ah, é o poder do jaleco branco”, ao que Agostinha respondeu: “Sim, do jaleco *em um* branco”. Cláudio, o médico da equipe, então disse que ele não teve nenhum privilégio no PS da Barra Funda, pelo contrário. Ele, Robson, Tadeu (ACS) e André passaram a relatar o sufoco que passaram no PS, onde estavam com pacientes “mais agitados” e falaram, inclusive, de um confronto do ACS André com uma policial militar, por conta da confusão causada pela paciente Janaína, levada até lá pela equipe. Já na primeira inserção a campo, demonstrou-se clara a distinção com base em marcadores sociais: Cláudio é oriundo de um país vizinho, possui marcantes traços indígenas e um português muito bom, mas com a presença de um forte sotaque. Robson, como já disse, é um homem negro.

Ainda enquanto almoçávamos, pude perceber muito debate sobre os casos do dia, não necessariamente a respeito da condição de saúde dos pacientes, mas sobre as condições do trabalho, muito no sentido anedótico. Havia um certo humor irônico que dava o tom das conversas. O “enxugar gelo” parecia sobressair na visão dos profissionais.

Depois do almoço, a equipe toda voltou para a “base”, na UBS. Alguns profissionais estavam discutindo alguns casos do dia enquanto outros relaxavam no sofá, lembrando uns aos outros da necessidade de “bater o ponto”. Nesse momento, eu me despedi dizendo que tinha de atender a outros compromissos, agradei a recepção e indiquei que voltaria na terça-feira (o

próximo dia de trabalho na escala dessa equipe). Eles ainda faziam a “ronda da tarde”, cumprindo a jornada de 12 horas.

Na terça-feira, cheguei à UBS base próximo das 8 horas da manhã e encontrei a equipe do Redenção na Rua já saindo para a ronda, na Avenida Duque de Caxias, perto da Praça Júlio Prestes. Juntei-me a eles e passamos em frente à Praça do Cachimbo⁴³, vazia e muito suja. Entramos então na Rua Helvétia e fomos até o Atende 2.

No caminho, o médico Cláudio, que sempre tentava ficar a meu lado e gostava muito de falar, me disse que era favorável às “internações compulsórias”, apesar de que “os direitos humanos não concordam”. Já imaginava que esse era o caso, baseando essa expectativa nas várias falas dele nesse sentido, quando da nossa primeira ronda juntos. O portão do Atende 2 estava fechado com corrente e havia menos gente que no final de semana. O segurança dentro do equipamento avistou a equipe e abriu os portões. Lá dentro, apenas uma chamada para atenção médica, filtrada por esse mesmo segurança: uma senhora já conhecida pela equipe do Redenção na Rua, que se encontrava dentro do “contêiner”. Esses espaços, literalmente contêineres com 2 ou 3 beliches cada, eram os “quartos” onde aproximadamente 200 pessoas dormiam todos os dias. Colchões de plástico e um cobertor fino eram os únicos recursos disponibilizados àquelas pessoas, num dia como aquele em que as temperaturas se aproximavam de um único dígito. A sensação térmica dentro desses quartos era como se estivéssemos dentro de uma geladeira. O ACS Tadeu começou a conversar comigo sobre essas condições enquanto Cláudio e a ACS Carolina falavam com a senhora. Cláudio, depois de uma breve conversa com a mulher ainda deitada em um dos beliches, informou à assistente social do INFOREDES – a Organização Social (OS) que administra o Atende – que o caso dela era

⁴³ Batizada assim pelos frequentadores da *Cracolândia*, em uma interessante metonímia. Fica localizada na esquina das ruas Cleveland e Helvétia.

“só de repouso”. Carolina procedeu com o recolhimento de dados da senhora, para depois preencher o que a equipe chama de “produção”: um caderno com campos pré-determinados onde são inseridas informações das pessoas que eles “atendem” durante essas rondas.

Sáímos do Atende 2 depois disso. Tadeu caminhava a meu lado, disposto a falar, continuando a conversa sobre a condição das pessoas na *Cracolândia*. Falou também de sua vida particular, como “agarrou essa oportunidade”, de como conhecer a Agostinha fez bem a ele. Essa fala era contrastante à de Cláudio no primeiro dia, de que todos da equipe só estavam ali por circunstâncias econômicas. Parece unânime o papel de referência que Agostinha tem sobre a equipe, o que me fez pensar nas hierarquias tácitas para além das explícitas, no papel que um “chefe” tem de desempenhar para ser reconhecido enquanto tal.

Ao voltar da ronda, passando em frente ao Liceu Coração de Jesus, nas imediações do *Fluxo*, uma mulher me chamou e perguntou se eu era médico. Chamei Robson e Cláudio, que então a escutaram sobre um caso de corrimento e possível *DST* (Doença Sexualmente Transmissível). Disseram que ela deve passar na “base”, porque ali “não era o lugar, era impossível fazer o exame”. Tadeu anotou seus dados para a “produção”.

A partir desse momento, quem caminhou junto a mim foi Robson, que mais uma vez falou da diferença entre o trabalho na UTI e na *Cracolândia* (ele mantém os dois trabalhos concomitantemente). Disse que o caso da senhora que acabara de nos abordar era um “caso típico” de UBS. Mas então começou a problematizar: “Você que estuda saúde pública, essa classificação de Manchester⁴⁴ dos PS, não acredito nisso não. Muita coisa na medicina é

⁴⁴ O protocolo de Manchester define a ordem de atendimento médico, de acordo com a gravidade do paciente. Basicamente, quando o paciente busca atendimento médico, passa pela avaliação de seu estado clínico, que é feita por um profissional de saúde. Quanto mais grave for o quadro clínico, mais rápido será o atendimento.

aleatória, principalmente a prescrição de remédios psiquiátricos.”. Deu alguns exemplos de sua experiência em hospitais para suportar sua tese.

6.3. FIM DO CAMPO: PORTA CERRADA

Já nos aproximávamos da base, finalizando a primeira ronda do dia. Nesse dia, minha intenção era permanecer o dia todo acompanhando a equipe, fazendo também a ronda da tarde que na primeira observação participante não pude acompanhar. Eu fiquei na porta da base, fumando cigarros com alguns integrantes da equipe enquanto Cláudio e mais alguns profissionais entraram. Após alguns minutos, Cláudio voltou visivelmente embaraçado, me chamou de lado e contou que Gertrudes⁴⁵, a Coordenadora, disse que eu não poderia acompanhá-los sem uma autorização. Eu disse que tudo bem e perguntei se poderia falar com ela. Ele mais uma vez entrou e voltou um minuto depois, dizendo que ela ia me receber, mas que estava ocupada no momento, que eu aguardasse. Ele estava visivelmente desconfortável com a situação, mas desejou que tudo se resolvesse e que eu pudesse voltar a acompanhá-los. Depois de alguns minutos de “chá de cadeira”, Gertrudes (a *super-super*, segundo Carolina⁴⁶) veio me ver, apresentou um papel no qual estava escrito à mão um endereço de e-mail, disse que o endereço era da “Escola da IABAS⁴⁷” e que eu deveria escrever para eles e solicitar minha “visita técnica”, pois ela teria uma responsabilidade jurídica e que aquele era um território sensível. Não me perguntou absolutamente nada e tampouco me deu a chance de falar o que

45 Pseudônimo.

46 Carolina e outros integrantes já haviam falado dela no meu primeiro dia acompanhando a equipe. A menção a “super-super” era referente à posição hierárquica ocupada por ela dentro da UBS.

47 IABAS, Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde, é a entidade enquadrada enquanto Organização Social, a qual a Prefeitura de São Paulo terceirizou a gestão das unidades de Saúde (UBS, CAPS, AMA e PS) em 14 distritos administrativos da saúde municipal, nas regiões Centro, Oeste e Norte de São Paulo, desde 2016 até hoje.

Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/aceso_a_informacao/index.php?p=223335

quer que fosse. Em face desse contratempo, voltei à rua e falei rapidamente com Cláudio, expliquei o que aconteceu e achei melhor não continuar com eles naquele dia para evitar causar problemas à equipe.

Durante alguns dias, tentei contato com a Escola da IABAS, por telefone, sendo sempre transferido de um contato para outro, até que me forneceram o mesmo e-mail que a coordenadora da UBS havia me fornecido e para o qual já havia enviado um pedido de acompanhamento da equipe. Passados dez dias, sem resposta, resolvi voltar a campo e tentar acompanhar a equipe, mesmo que informalmente.

Entrei em contato com Claudio antes de ir encontrá-los e ele me encorajou a tentar acompanhá-los. No final de agosto, uma quinta-feira, voltei à UBS no horário em que eles costumam sair para as rondas. Percebi que o médico Cláudio estava presente, mas que a equipe contava com membros diferentes, um indicador da dinâmica a que estão submetidos esses profissionais. A equipe que eu acompanhara até então era denominada “roxa”, enquanto agora estava acompanhando a “bege”⁴⁸. Logo que eu me aproximei da equipe, Cláudio me chamou e disse que havia começado um novo programa, relacionado ao SIAT⁴⁹. Lembrei-me de uma mensagem que havia recebido há alguns dias de uma das integrantes d’A Craco Resiste sobre essa nova dinâmica, a mensagem dizia o seguinte:

Gente, uma trabalhadora da assistência me mandou msg pra falar da nova dinâmica de atendimento e encaminhamento pro SIAT lá da Armênia. Ela falou que a partir de hoje a equipe da saúde é quem dá o direcionamento das abordagens de rua e a equipe de assistência tem que abordar com a equipe da saúde junto. As pessoas estão sendo encaminhadas pro SIAT com a condição de aceitar internação e ficar abstinente... Se a pessoa não topa internação recebe encaminhamento pras vagas do centro.

Alguns trabalhadores da assistência que se colocaram contra essa dinâmica foram retirados do território por não concordarem com as diretrizes. Ela falou que tava se sentindo super desrespeitada com tudo isso, por que as equipes da saúde estão utilizando do vínculo que a assistência tem com os usuários (vínculo estabelecido a base do respeito e da Redução de Danos na medida do possível) para oferecer internação e abstinência...e que esse critério tbm tá funcionando a partir da

48 Cores fictícias, para preservar a identidade dos interlocutores.

49 Serviço Integrado de Acolhimento Terapêutico.

organização da pessoa. Então se a pessoa tá usando muito e desorganizada, não é encaminhada pro SIAT...e ela sabe que essa capacidade de organização muda a cada dia, a cada momento...e que estão cristalizando as avaliações a partir dessa lógica proibicionista. (Caderno de Campo⁵⁰)

Isso me fez pensar que seria interessante acompanhar a equipe nesse contexto de mudanças das diretrizes dos serviços e mesmo da formação das equipes. Isso é, se eu conseguisse acompanhá-los.

A equipe “bege” se encaminhou para uma padaria da Rua Glete, quase esquina com a Rua Cleveland. Fui com eles, conversando com Cláudio que se mostrava bastante desconfortável. Senti-me decepcionado ao não ver Robson, Tadeu, Carolina (da equipe “roxa”) e me lembrei imediatamente de mais uma reflexão de PÉTONNET:

O pesquisador não tem, então, mais do que uma ideia: reencontrar o pequeno padre⁵¹. Mas em sua visita seguinte ele entra deprimido, furioso consigo mesmo por ter transgredido suas próprias ordens: ele não se deixou flutuar. Ele nada viu nem ouviu, perdido entre as tumbas, traído por sua memória, indisponível porque ele procurava o pequeno padre, que não apareceu. Todos os encontros no Père-Lachaise são de igual valor. Se nós queremos compreender a que serve esse cemitério, não devemos esperar por um informante privilegiado. (PÉTONNET, 2008, p. 110)

A equipe ocupou duas mesas da padaria e eu me sentei ao lado de Cláudio. Apesar da proximidade, percebo que ele estava me enviando mensagens pelo aplicativo de conversas *Whatsapp*. Reproduzo abaixo a troca de mensagens:

"[31/8 08:06] Cláudio: Hola, a enfermería que está do meu lado, está fazendo questão de perguntar para você sobre a autorização

[31/8 08:06] Paulo Nogueira: Hummm

[31/8 08:06] Cláudio: Ela é chata mesmo, ja foi gerente

[...]

[31/8 08:07] Paulo Nogueira: Estou tentando as vias burocráticas, mas pode demorar

[31/8 08:07] Cláudio: A outra enfermeira falou que depois do café iam perguntar sob a autorização

⁵⁰ Arquivo de celular (31/08/2019).

⁵¹ O padre em questão é uma das pessoas com quem Colette Pétonnet interagiu algumas vezes durante a pesquisa no Père-Lachaise. No texto, “o pesquisador” e “ele”, embora no masculino, referem-se no caso à própria antropóloga.

[31/8 08:07] Cláudio: A Joyce é mais flexível

[31/8 08:08] Cláudio: Eu disse que você me abordou hoje

[31/8 08:08] Paulo Nogueira: Tá bem. Eu vou tentar explicar a ela que já dei entrada nessa frente.

[...]

[31/8 08:08] Cláudio: Porque eu já fui avisado pela coordenação

[31/8 08:08] Cláudio: Ok

[31/8 08:08] Paulo Nogueira: Que dureza isso, né

[31/8 08:08] Cláudio: Imagina

Após o café da manhã, ao sair da padaria, as duas enfermeiras da equipe me abordaram e disseram da necessidade de “autorização” para eu acompanhá-las. Perguntaram-me o motivo do acompanhamento e me disseram para voltar segunda, para falar com a coordenação. Mais uma vez era impedido de acompanhá-los, supostamente para minha própria proteção.

Taniele Rui, antropóloga já citada nessa dissertação e experimentada em trabalho de campo etnográfico em cenas públicas de uso de drogas, inclusive na *Cracolândia*, refletiu sobre as possíveis entradas em campo e dificuldades burocráticas reservadas ao antropólogo:

No que diz respeito às dificuldades de realização desse estudo junto ao PRD/Campinas, devo confessar que os desencontros e a forma extremamente burocratizada com que tudo foi conduzido me levaram a questionar a possibilidade de ir por outras vias, deixar de negociar, mas não era tão simples assim. Como este programa me dava a possibilidade de acessar os usuários de drogas em contexto de uso, ou ia com ele ou então perderia essa oportunidade. Dada a especificidade e a periculosidade envolvidas na pesquisa que pretendia realizar, ir a campo sozinha era algo que não estava cogitado – aqui o fato de eu ser uma *menina* poderia realmente me colocar em situações complicadas. Além disso, a entrada institucional me protegeu – o que não aconteceu a Phillipe Bourgois e Jeff Schonberg (2009), assim como a muitos jornalistas – de participar do que esses autores chamaram da “economia moral dos usuários compulsivos”.

Toda a negociação delicada com a primeira equipe de redução de danos, somada ao fato de que estive o tempo todo junto a esses profissionais, me deixou uma reflexão: **no contexto contemporâneo, ao antropólogo é exigida uma complexa habilidade para lidar com uma população de tão difícil acesso. Sem as instituições legitimadas para fazer tal contato, o ato da pesquisa torna-se quase inviável.** E, uma vez nessas instituições, é necessário seguir os seus modos de organização – o que implica em acompanhar as atividades da equipe, ficar restrita aos seus horários, estar com eles em todo o trabalho de campo e, sobretudo, tomar cuidado para, em nenhum momento, complicar a ação do grupo; nesse caso vale dizer que algumas perguntas jamais puderam ser feitas. Ali não era o espaço onde eu poderia levantar “dados” sobre a trajetória social desses usuários; não convinha perguntar como começaram a usar drogas, nem indagar sobre família, escola, trabalho ou passagem pelo sistema

criminal. Se isso acontecesse teria que partir deles próprios. **Em termos práticos, eu estava restrita aos horários, trajetos e formas de interação das equipes.**

[...] Se, num primeiro momento, tudo isso me pareceu limitar a análise, posteriormente, pude ver essas restrições e jogos de poder como parte inseparável da própria dinâmica de elaboração dos “dados”: como fazer uma antropologia dos usos extremos de drogas tendo que me limitar ao cronograma das visitas dos redutores, às suas passagens pelos locais de consumo, às falas e práticas possíveis e escassas nessa condição foi a pergunta que mais me inquietou ao longo da pesquisa. **Cabe a mim, agora e ao longo de toda a tese, mostrar o que só essa entrada e a metodologia nela implicada, assim como minhas estratégias para superá-la, foram capazes de revelar sobre o uso abusivo de crack.** (em negrito, grifos meus. Sublinhado, grifo da autora). (RUI, 2012, pp. 35–37)

Penso que essa reflexão é particularmente importante. O meu caminho de pesquisa a partir dali também estaria marcado. No meu caso, pelo fechamento de uma entrada, mas a abertura de diversas outras. Se por um lado não teria a proximidade imediata dos profissionais que eu imaginava serem até então meus “objetos”, o que pareceu limitar a análise, por outro me permitiu menor restrição institucional, de horários e, o mais importante, me fez pensar em táticas e estratégias de estar em campo. Teria de aprofundar alguns laços, criar outros tantos, estar presente e atento para que as questões que já me tomavam pudessem ser respondidas, mesmo que sem o apoio institucional, ao menos dessa instituição que até então eu tinha elegido como prioritária.

Ainda assim, confesso que nesse dia em que fui barrado pela segunda e derradeira vez no Redenção na Rua, a decepção era o sentimento mais forte. No trem e no ônibus que tomei a caminho de casa li mais uma vez o artigo “*Frank Sinatra has a cold*”⁵² (TALESE, 2016), do jornalista Gay Talese, com um pé na ironia e outro na esperança.

⁵² “No inverno de 1965, o escritor Gay Talese chegou a Los Angeles com uma missão da Esquire para fazer o perfil de Frank Sinatra. O lendário cantor estava se aproximando dos cinquenta anos, sentindo-se mal, indisposto e sem vontade de ser entrevistado. Assim, Talese permaneceu em Los Angeles, esperando que Sinatra pudesse se recuperar e reconsiderar, e ele começou a conversar com muitas pessoas ao redor de Sinatra - seus associados, família, inúmeros amigos - e observar o homem sempre que podia [sem, no entanto, conseguir entrevistá-lo]. O resultado, ‘Frank Sinatra está resfriado’, foi publicado em abril de 1966 e se tornou uma das histórias de revistas mais famosas já publicadas, um exemplo pioneiro do que veio a ser chamado de Novo Jornalismo - uma obra de fato rigorosamente fiel, estimulada pelo tipo de narrativa vívida anteriormente reservada para ficção. A peça evoca um retrato profundamente rico de uma das figuras mais bem guardadas da época e conta uma história maior sobre entretenimento, celebridades e a própria América.” (TALESE 2016, minha tradução).

Fui até onde pude enquanto um cidadão. Não forcei minha entrada ou presença onde fui barrado; renunciei a manobras burocráticas ou de expedientes de poder acadêmico. Essa escolha teve algo de intuitivo à época, mas hoje reflito o quanto esta vereda foi trilhada calcada em valores éticos que nortearam a pesquisa e sua metodologia. Por compartilhar com Tim Ingold o postulado de que na construção do saber por meio da Antropologia, não estudamos *as* pessoas, mas *com* as pessoas, pressupus desde o início que seguiria os caminhos que me fossem abertos e refletiria sobre as portas cerradas.

No contexto de estudo das forças policiais francesas, um outro antropólogo, Didier Fassin, encontrou entrave semelhante em sua pesquisa de campo e assim refletiu:

Que a pesquisa deve ser uma atividade independente da intervenção política é um fato geralmente aceito nas democracias modernas, e que a análise da maneira como as instituições do Estado operam em suas relações com os cidadãos é uma tarefa legítima das ciências sociais pode certamente parecer óbvio para muitos. [...] Minha “descoberta” da censura que prevalece em torno da aplicação da lei não surpreenderá os especialistas da área que sabem que, na realidade, o sigilo e a opacidade são a regra, divulgação e transparência, a exceção. (FASSIN, 2013, pp. 13–4. Grifos meus)

Ainda que meu impedimento não possa ser considerado “censura” em estrito senso, pois não submeti minha pesquisa à avaliação de um Conselho de Ética (explico os porquês abaixo), meu trabalho de campo foi objetivamente limitado, para não dizer impedido, junto aos profissionais de saúde do Redenção na Rua. Podemos então falar de uma “censura prévia”.

Lembremos que meu plano de pesquisa se baseava, em primeira aproximação, no método da observação flutuante para, a partir dos primeiros levantamentos, definir outros aspectos relevantes à investigação etnográfica mais detida, para aí então lançar mão de outros métodos qualitativos como a observação participante e entrevistas semiestruturadas. Por meio dessa primeira etapa de observação flutuante, ao não definir de antemão (antes de estar efetivamente em campo) quais seriam minhas entradas, com quais equipes específicas de saúde teria contato etc., esperava-se evitar aquilo que Pétonnet chamou de “estudos *na* cidade”, onde o urbano aparece apenas enquanto interferência:

Entretanto, nesse tipo de enquete [o estudo de um meio intraurbano específico], o urbano é apenas uma interferência, ele toma a forma de trajetos preferenciais, de territórios: tal bairro, tal igreja, tal mercado ou clube representa um aspecto da cidade. Trata-se de estudos *na* cidade através dos quais ela pode aparecer apenas como um contraponto ou anedoticamente. (PÉTONNET, 2008, pp. 100–101)

Essa discussão a respeito de uma “Antropologia *da* Cidade” versus uma “Antropologia *na* Cidade” é epistemológica. Na primeira, a cidade (ou parte dela) apareceria enquanto *locus* da prática etnográfica, como uma abstração teórica lançada de antemão, generalizadora e baseada em modelos predefinidos; na última, é a cidade enquanto fenômeno “relacional e situacional que parte dos lugares e dos cidadãos que caso a caso a produzem em movimentos e dinâmicas socioculturais específicas e originais. É a cidade em processo, a cidade viva e imprevisível [...]”(AGIER, 2011, p. 20). A segunda opção foi a escolha epistemológica dessa pesquisa.

No entanto, pode-se supor que as primeiras etapas do campo que realizei, mais exploratórias e que abriram os demais caminhos da pesquisa, dispenda muito de um recurso bastante escasso em uma pesquisa de mestrado: o tempo. A abertura que me foi possível, junto ao Redenção na Rua, deu-se no início do segundo semestre de 2019, aproximadamente um ano antes de meu prazo original para entrega do mestrado, maio de 2020⁵³. Ao final de agosto de 2019, quando fui impedido de continuar minha observação participante junto ao CnR, ao entrar em contato a Secretaria da Pós-Graduação da faculdade, me foi dito que um processo de submissão e aprovação pelo Comitê de Ética demandaria ao menos seis meses.

Essa não era uma opção viável devido a dois fatores:

1. Em seis meses, em um território com tamanha dinâmica (social, política, estatal, cotidiana), o próprio local não seria o mesmo. Por exemplo: um novo

⁵³ Postergado posteriormente em seis meses e, depois, mais seis meses – totalizando um ano – por conta da pandemia de COVID-19

equipamento, o SIAT⁵⁴, passava a ter influência sobre a dinâmica de trabalho dos profissionais, como relatado.

2. Mesmo no melhor dos cenários, se minha requisição ao Comitê de Ética fosse aprovada no tempo mínimo, eu poderia voltar a acompanhar os profissionais em março de 2020, dois meses antes da entrega do texto final dessa dissertação, o que também tornaria inviável a conclusão da pesquisa em tempo hábil.

Creio que cabe também uma breve discussão a respeito da “ética” no processo de uma pesquisa que utiliza metodologia qualitativa em saúde. Uma primeira provocação seria em relação a saber se a “censura prévia”, mantida enquanto não houver nenhuma disposição burocrática em contrário, é um método aceitável em uma democracia. Não seria benéfica a prerrogativa de qualquer pesquisador (e, por que não dizer, de qualquer cidadão?) ter acesso aos meandros da operacionalização de um serviço público e julgar a ética empregada durante seu fazer e de seus resultados *a posteriori*?

Há uma década e meia o antropólogo, professor e pesquisador da temática de drogas, Edward MacRae, já fazia reflexões nesse sentido, utilizando a Resolução 196/96 (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996), instituída pela Comissão de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde, que aprovava diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. (MACRAE; VIDAL, 2006). No texto, em coautoria com Sergio Vidal, alguns problemas foram identificados. O primeiro desses problemas guarda relação com as diferenças epistemológicas (pesquisa *em* versus *com* seres humanos) apontadas anteriormente:

O problema é que essa resolução parece ter sido concebida com o propósito central de proteger os sujeitos envolvidos em pesquisas de natureza biomédica por meio da

⁵⁴ A regulamentação do SIAT era então recente, conforme a SGM/SMADS/SMS/SMDet N° 04, de 25 De junho 2019 (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2019).

instituição de uma série de formalidades que as rejam. Mas, devido à costumeira generalização dos valores e padrões da biomedicina para todas as outras disciplinas científicas, essas estipulações foram estendidas a outras áreas de estudo, como a antropologia, passando a ameaçar a plena utilização de alguns de seus métodos, como a observação participante em inúmeras situações, especialmente entre populações ocultas. (MACRAE; VIDAL, 2006, pp. 652, grifos meus.)

Ao continuar o argumento, os autores apontam que a resolução ignora

[...] a diferença entre pesquisas *em* seres humanos (caso da área biomédica) e *com* seres humanos (a situação da antropologia, especialmente da social ou cultural). Nas pesquisas *em* seres humanos, a relação com os sujeitos, objetos das pesquisas, teria como paradigma uma situação de intervenção em que seres humanos seriam colocados na situação de cobaias. Nesse caso, procedimentos como a obtenção de consentimento informado do sujeito da pesquisa seriam exigências legítimas e de maior importância. Já no caso de pesquisa *com* seres humanos, o sujeito do estudo não é cobaia ou objeto de intervenção e, sim, ator ou sujeito de interlocução. Oliveira⁵⁵ também ressalta que, na antropologia e no trabalho de campo antropológico, o próprio objeto de pesquisa é negociado: tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou definição do problema pesquisado pelo antropólogo. (idem, pp. 652–653, *itálico dos autores*, grifos meus.)

De minha parte, creio ter cumprido as exigências éticas exigidas de uma pesquisa antropológica, tanto aquelas exigidas pela academia – para meus pares julgarem – quanto aquelas exigidas pelos meus interlocutores e professores no campo – que somente essas pessoas poderão julgar.

6.4. CONSIDERAÇÕES

Apesar de um curto período ao lado desses profissionais, creio que minhas observações e impressões podem abrir diálogos para discutir a produção e o cuidado em saúde no território da *Cracolândia*.

Como desenvolvi na primeira parte deste capítulo, as equipes de CnR encontram-se classificadas como serviços de Atenção Básica ou Atenção Primária em Saúde, dentro da estrutura administrativa do SUS. Um dos princípios organizativos do SUS é o de

⁵⁵ Trata-se do trabalho de Luís Roberto Cardoso de Oliveira, “Pesquisa *em* versus pesquisa *com* seres humanos”, in VICTORIA et al. (org.), **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**, Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, pp. 33-44, 2004.

Regionalização e Hierarquização: “os serviços devem ser organizados em **níveis crescentes de complexidade**, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida.”⁵⁶. É bastante curioso notar que as CnR estejam inseridas em uma estrutura de “baixa complexidade”, uma vez que as pessoas em situação de rua em geral e as que frequentam a *Cracolândia*, em particular, encontram-se em situações sociais de alta complexidade, como toda etnografia realizada no território pode comprovar.

Uma história pessoal que também pode comprovar essa complexidade é a história do médico Marcelo dos Santos Clemente, que trabalhou na *Cracolândia* entre setembro de 2010 e abril de 2011. A sua experiência, absolutamente densa considerando o período de pouco menos de oito meses, termina com a sua morte e é narrada por meio de textos de seu próprio punho, organizados e compilados por sua esposa em um livro publicado em 2014, *Cracolândia: dia a dia* (CLEMENTE, 2014). Esse registro é muito rico, pois as suas reflexões contêm as impressões e pensamentos que um profissional de saúde enfrenta ao desembarcar nesse território. Os gêneros textuais e temas que compõe o livro são bastante diversos: 1) reflexões sobre diversos temas que têm a forma de um diário; 2) anotações de reuniões que participou; 3) fichamentos com tópicos que ele provavelmente estava estudando para entender melhor a região, como a prevalência do uso de drogas (no Brasil e na *Cracolândia*), anotações sobre a farmacologia do crack etc.; 4) relatórios administrativos demandando “contrapartidas” de seus superiores através de uma defesa técnica e ética do seu trabalho, outro denunciando a violência empregada pela GCM contra a população em situação de rua por conta de um evento que reuniu o presidente, o governador do estado e o prefeito da cidade na Sala São Paulo; 5) relatos sobre o atendimento a pacientes no formato de contos ou crônicas; 6) correspondências enviadas a

⁵⁶ Fonte: <https://antigo.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>

diversas pessoas, como a presidenta Dilma, a vice-prefeita de São Paulo Alda Marco Antônio e também para o antropólogo Philippe Bourgois⁵⁷ que realizou pesquisas e lançou dois livros entre 1996 e 2009⁵⁸, que se tornaram referência no contexto de estudo sobre drogas tornadas ilegais em grandes metrópoles. A pluralidade de temas nas reflexões de Marcelo demonstra a enorme complexidade que envolve o trabalho de um profissional de saúde na *Cracolândia*.

No entanto, poder-se-ia argumentar que os termos Atenção Básica ou Atenção Primária de Saúde são “simplesmente” termos técnicos assim como a “baixa complexidade”. No artigo de Mello et al., os autores fazem uma breve genealogia do termo inglês *Primary Health Care* (PHC) e de suas diferentes acepções e sentidos desde o contexto global na década de 1970 (quando o termo é cunhado) até a sua utilização na América Latina e no Brasil, e trazem uma discussão mais nuançada. Os autores começam por explicitar a confusão de sentidos que os termos podem causar:

[...] ao mesmo tempo em que uns entendem “básica” vindo de base, fundamental, e não de básico, simples; outros interpretam “primário” como primeiro, principal, e não como elementar ou rudimentar. Esta questão instiga discussões em diferentes meios acadêmicos e profissionais. Mendes (2005) esclarece seu ponto de vista da seguinte forma:

No Brasil, inventou-se algo sem similar na literatura internacional: a atenção primária se denomina aqui de atenção básica, o que, para mim, reforça essa concepção de algo simples que pode ser banalizado. Em função dessa visão ideológica da atenção primária à saúde, interpreta-se primário como primitivo; ao contrário, o significante primário quer referir-se ao ‘complexíssimo’ princípio da APS, o do primeiro contacto.

[...] Com o fortalecimento das discussões sobre modelos assistenciais no Brasil, esse debate ressurgiu de tempos em tempos, ora mais centrado na questão conceitual propriamente dita, ora na questão das práticas em saúde. (MELLO; FONTANELLA; DEMARZO, 2009, p. 205)

Passam então a traçar a genealogia do termo PHC:

⁵⁷ O único que o respondeu antes de sua morte.

⁵⁸ Os livros são *In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio* de 1996 (BOURGOIS, 2006) e *Righteous Dopefiend* (BOURGOIS; SCHONBERG, 2009). O primeiro tem como local de pesquisa o bairro *Spanish Harlem* em Nova Iorque e o segundo é sobre uma rede de duas dúzias de usuários “pesados” de heroína e crack no “mundo das drogas” de São Francisco, o pesquisador os acompanha enquanto eles lutavam para gerar renda por meio de assaltos, furtos, *manguêio*, reciclagem e trabalhos intermitentes.

Considera-se que o termo “Primary Health Care” tenha sido descrito pela primeira vez em documentos oficiais ainda no início da década de 70, nas páginas da “*Contact*”, revista da Comissão Médica Cristã (CMC), ligada ao Conselho Mundial de Igrejas e Federação Mundial Luterana. A CMC, com larga experiência em **países em desenvolvimento**, assumia a defesa da **intervenção no nível local das comunidades**, com o treinamento de agentes de saúde e métodos acessíveis, ao perceber que as **ações missionárias**, em sua maioria baseada em hospitais, apresentavam baixo impacto na saúde da população. **Essa instituição foi responsável pela apresentação de várias experiências em saúde básica para a Organização Mundial da Saúde (OMS), e, em 1974, foi chamada para estabelecer uma colaboração formal nas discussões sobre APS [Atenção Primária à Saúde].**

[...] Em 1975, o relatório “*The Promotion of National Health Services*”, incorporou, pela primeira vez, a expressão PHC (“Atenção Primária à Saúde”) aos documentos da OMS: [...], defendendo a APS como caminho para serviços de saúde mais efetivos. (idem, pp. 206-7)

Em uma disciplina como a Antropologia, tão às voltas com a questão colonial (que marcou a sua origem e história), não se passa despercebida a ligação de um termo incorporado ao léxico da saúde pública surgir a partir de uma discussão trazida por uma organização privada e religiosa com sede na Suíça e que defende “intervenções”, ainda que com a linguagem da saúde e da humanização, em “países em desenvolvimento”⁵⁹. A lógica de que problemas, inclusive concernente à saúde, criados em grande medida por “intervenções” de matriz colonial, podem ser reparados ou minorados por uma nova série de “intervenções” levadas a cabo – ao menos em sua formulação senão em sua operacionalização – por atores oriundos de instituições ligadas a essas mesmas matrizes, é uma constante problemática a qual “países em desenvolvimento” e populações subalternizadas e estigmatizadas são submetidas.

No caso da adoção dos termos no Brasil, os autores identificaram uma questão crítica tratada por alguns autores do que eles chamam de “movimento preventista”:

A literatura derivada deste movimento corrobora essa opção ao se definir em bloco pela utilização de “básica”, em detrimento de “primária”. De fato, um dos autores levou essa questão a um professor de destaque no movimento da reforma sanitária que, informalmente, visualizara essa escolha como um posicionamento ativo em se negar a denominação utilizada pelas agências internacionais, como o Banco Mundial, em suas políticas para a área de saúde.

⁵⁹ Para o aprofundamento dessa discussão, ver CLASTRES (2011), texto onde o autor discute o humanismo a partir da noção de etnocídio.

A construção conceitual da APS também mereceu críticas sistemáticas no sentido de que seu debate e propostas teriam sido dimensionados de forma acrítica e artificiosa. Cantillano (1983) questionou o caráter descritivo das conceituações e a superficialidade de seus fundamentos, apresentados dentro de numa visão desvirtuada e reducionista dos fenômenos sociais e seus determinantes. Testa (1992), por sua vez, observou um ideário simplificador que inclinava os modelos assistenciais ao que ele denominou ironicamente de “Atenção Primitiva”. Werner e Sanders (1997) argumentaram que a institucionalização da participação comunitária serviu essencialmente para minar a força dos movimentos populares. No Brasil, Donnangelo (1979) via as iniciativas ligadas aos programas de medicina comunitária como uma estratégia de extensão de práticas medicalizantes, num exercício mais amplo de auxílio no controle de tensões sociais e manutenção da força de trabalho. Duas décadas depois, Merhy (2002) considerou que a tradução dos ideais da APS, no Brasil, manteve-se dentro da perspectiva de uma AB reformista, também com tendência medicalizante e geradora de dependência. (idem, pp. 209–10)

Há nesses autores do movimento preventista, portanto, uma espécie de postura crítica e resistente quanto à adoção desses termos acriticamente; ou seja, conceitos que usam palavras comuns à linguagem cotidiana podem receber sentidos não previstos e mesmo dissonantes quando simplesmente reificados.

Outro processo global e que tem efeitos demasiadamente reais em escala local (ou seja, na vida mesma das pessoas) é a da privatização da “gestão” da saúde pública, uma contradição em termos. A respeito da palavra “gestão”, eminentemente oriunda do jargão corporativo e que coloniza cada vez mais a linguagem e a organização do trabalho em “serviços” (outra dessas palavras) em saúde que deveriam ser direitos públicos e universais, segundo nossa própria Constituição, cumpre realizar uma reflexão mais aprofundada.

Nos próximos parágrafos trarei a lembrança de uma experiência de campo, já narrada nesse capítulo, para o diálogo com antropólogos e um *sketch* de um filme para complexificar e discutir a lógica da gestão “privada” de bens públicos.

Como já descrito mais detalhadamente no texto da segunda parte desse capítulo, na Santa Casa de São Paulo, praticamente todos os funcionários do Hospital direcionaram sua atenção, suas falas e questionamentos a mim e não ao Márcio, a pessoa a quem havíamos levado do ATENDE 2 até o hospital e que estava presente em todas as interações que tive com os funcionários do hospital. O que pode explicar essa dinâmica nas interações naquele ambiente?

A primeira autora com quem gostaria de dialogar é Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, que versa em sua pesquisa de doutorado, na chave da antropologia jurídica, sobre o ritual levado a cabo nos tribunais de júri, nos quais são julgadas pessoas acusadas de crimes contra a vida. Sobre os réus, ela escreve:

Tratemos dessas emoções, inicialmente, em relação aos réus. É, normalmente, de mãos entrelaçadas e repousadas sobre as pernas, de cabeça baixa e absortos naquilo que “só eles sabem”, que a maioria dos réus permanece ao longo das sessões de julgamento pelo Júri. Quando muito, há momentos em que deixam certa tensão transbordar pelo olhar, por expressões faciais e por um balanço compulsivo de pés e pernas. [...]

Não se pode afirmar que promotor e defensor abstraíam por completo a pessoa do réu, a ponto de esquecerem que se trata de um ser humano que está ali, presente, sentado, aguardando uma sentença que decidirá os próximos anos de sua vida e, provavelmente, todo o restante dela. Mas, enquanto jogadores, é quase isso que acontece: *“O réu e sua versão praticamente se tornam secundários em cena. É como a bola no futebol. Ela é essencial para que o jogo aconteça, mas o que de fato importa são os dois times e o que eles fazem. Há faltas fora das jogadas, sem bola. E o juiz é esquecido, em muitos lances...”* (SCHRITZMEYER, 2002, pp. 25–26)

A postura de Márcio, enquanto “paciente” em um hospital, por quase todo o tempo foi similar a dos réus narrados na citação acima, a não ser quando a conversa dos “profissionais de saúde”⁶⁰ tangenciava temas decisivos acerca da sua permanência ou não para garantir cuidados ali; mas mesmo nesses momentos em que performava as táticas de urgência necessárias a seu atendimento, pouco passou pela fala articulada, mas por sons de gemidos.

A respeito da “urgência”, é Rubens Adorno quem nos traz uma reflexão que a relaciona aos modos de “gestão”, a partir de um artigo em que narra histórias de vida de pessoas em contato com os serviços de saúde e, especialmente, a história de “Sandra Prejuízo”,

uma personagem que fez parte da etnografia realizada entre 1996 e 1999 no então epicentro da cracolândia da época, localizada entre as ruas do Triunfo, Gusmões e Andradadas, hoje inexistente em função da operação “derruba quarteirão” que a municipalidade executou como uma das estratégias de acabar com a “cracolândia”. (ADORNO, 2013, p. 26)

⁶⁰ As aspas devem-se ao fato de provavelmente eu ter sido considerado um profissional de saúde durante a interação narrada. A presunção de que eu era um médico já é relevante em si, como discutido anteriormente no capítulo, por trazer questões de marcadores sociais que podem ser reveladores racismo e sexismo, como bem apontou Agostinha.

A partir da trágica história de Sandra e de outras pessoas que tiveram má logradas experiências em busca de cuidado no sistema público de saúde, Rubens faz reflexões que relacionam temas como estigmatização, sofrimento social, gestão, tecnicidade, urgência e o direito à saúde:

A imagem que a mídia e os serviços fazem das pessoas que usam “crack” age no interior desse uso, à medida que promove “insegurança”, infunde um caráter marginal ao ato de usar, **desautoriza suas falas e suas emoções, ou seja, refunda o limite das margens e os torna cada vez mais distantes dos humanos providos de direitos.** [...]

Notamos a partir do relato que, se Sandra não conseguia mais estabelecer vínculos que não passassem por formas violentas, formas essas inscritas em seu corpo - o que lhe deixava à primeira vista como alguém onde o limite do humano não podia ser divisado - o sofrimento vivenciado por ela e reconhecido pelas demais, acionados nos relatos que faziam de sua história, lhe devolvia novamente ao humano.

Essa reflexão, que remete a um caráter complexo das situações / trajetórias / modos de vida opõem-se a determinadas lógicas da gestão sanitária, **especialmente da gestão “pública” entendida na sociedade brasileira não como o debate do modo de gerir a esfera pública, mas como a gestão daqueles que não compram os serviços de saúde de mercado.** Trata-se de uma gestão que aplica racionalidade para a atenção à saúde e estabelece critérios de organização e “necessidade dos corpos”.

A “saúde” como uma área técnica vai a partir desse referencial estabelecer critérios para a inclusão ou não dos sujeitos, ou quem deve ser ou não assistido. [...]

Recentemente discutindo com uma sanitarista, essa novamente justificava esse “desencaixe” [relação entre “moradores de rua” e sua discriminação no atendimento cotidiano em unidades de saúde] argumentando a **necessidade de cumprir um protocolo técnico acerca do que seria uma “urgência”, ao que eu argumentava que viver nas ruas é já em si uma vida de “urgências”.**

Assim a inclusão ao direito à saúde passa, para além do “moral” à necessidade de cumprir regras técnicas, como se existisse uma intervenção técnica desprovida de um sentido ético ou moral. A própria palavra “gestão” dentro de uma ciência da administração parece cada vez mais tomar conta da eficiência e da eficácia dos serviços, a lógica é que a melhor gestão significa a melhoria do atendimento. (ADORNO, 2013, pp. 27–8, negritos e grifos meus.)

A respeito das “intervensões e protocolos técnicos” que definem a urgência e a sua relação com sentidos éticos e morais, Didier Fassin reflete no contexto dos campos de refugiados⁶¹, mostrando como há uma virada na forma para os refugiados conseguirem asilo na

⁶¹ Roberta Costa, em sua dissertação de mestrado utilizando métodos etnográficos na *Cracolândia*, relaciona-a a um campo de refugiados: “A potência de acolhimento da *Cracolândia* é uma faceta importante para reflexão, afinal o fato de que ela acolhe não significa que viver ali é, necessariamente, bom, mas aponta que outras possibilidades para “**refugiados urbanos**” são ainda piores. A utilização deste termo para o público em questão não é recente,

França: se até a década de 1980 os asilos “políticos” eram o padrão, a partir da década de 1990, razões “humanitárias”, ligadas às condições de saúde ganharam relevância estatística:

[...] a Lei de Imigração de 1998 introduzida pelo Ministro de Interior socialista Jean-Pierre Chevènement, foi aprovada: pela primeira vez, a existência de problemas de saúde poderia conferir o direito a uma permissão de residência, proteção social e autorização para trabalhar. Por meio do princípio humanitário, o corpo em sofrimento era agora reconhecido como o principal recurso legal para imigrantes sem documentação. O número anual de estrangeiros com autorizações de residência em razão de alguma doença aumentou sete vezes durante os anos 1990. Em 2000, tornou-se equivalente ao número de refugiados políticos reconhecidos a cada ano. [...] Mais especificamente, a lei menciona o direito à permissão de residência para “o/a estrangeiro/a que vive na França, que necessita de cuidados médicos cuja falta traria consequências de alta gravidade, considerando que este/a não pode ter acesso a um tratamento próprio em seu país de origem” (*Groupe d'Information et de Soutien des Immigres*, 1999). Para aconselhar aos que buscam asilo, advogados indagariam: “você não teria alguma doença à qual pudesse recorrer?” e então sugeririam uma visita ao médico.

A gravidade de uma condição de saúde ou a urgência de um tratamento passam a se configurar como marcas mobilizáveis para ganhos de *status* sociais e políticos. Na *Cracolândia*, os atendimentos que foram levados adiante pela equipe médica que acompanhei, o foram por questões de “urgência”, “emergência” ou “gravidade”. Quem define essas marcas são os profissionais da saúde dessas equipes, na maioria das vezes baseados em táticas de urgência performadas de forma muito rápida em espaços públicos, por pessoas tentando a obtenção do *status* necessário para ter um cuidado em saúde levado adiante. A anamnese aprofundada ou exames que em outras configurações clínicas poderiam dar mais elementos ao diagnóstico e avaliação de uma condição não estão disponíveis a esses profissionais, por uma série de razões ambientais, sendo uma delas a forma como a “gestão” do tempo e da atuação desses

tanto que em 2005 o Projeto Quixote criou uma base para atendimento na região da Cracolândia que tinha este nome e, segundo a dissertação de mestrado de Ramos defendida no instituto de psicologia da USP: Tal nomeação não foi despropositada. Ao contrário disso, a equipe, na elaboração do plano de trabalho viu-se envolvida com a reflexão sobre a aplicabilidade do termo “Refugiados Urbanos” para caracterizar a condição das crianças e adolescentes em situação de rua no centro da capital, **equiparando-a a dos exilados e refugiados de guerra, enquanto pessoas que vêm-se obrigadas a fugir de situações de violência, privação e insegurança e a romper com seus vínculos territoriais, familiares e comunitários. Migram para campos de refúgio que, no caso daquelas crianças e adolescentes, foram vislumbrados nas ruas do centro da cidade.**” (RAMOS, 2011, p. 20 apud COSTA, 2017)

profissionais está configurada. Outras táticas de atendimento à saúde teriam de ser colocadas em jogo para que o protagonismo do cuidado da saúde fosse restaurado em alguma medida àquele que busca esse cuidado, mas o dia a dia das “rondas” desses profissionais não abre espaço para tanto.

Nessa mesma temática do “protagonismo”, proponho a análise da produção audiovisual, “*O Sentido da Vida*” (JONES; GILLIAM, 1983), realizado pelo grupo inglês *Monty Python*, em que há um capítulo-*sketch* intitulado “O Milagre do Nascimento”⁶², no qual o papel de coadjuvante do paciente é tratado na chave do humor irônico. Em breve resumo, esse é o roteiro: na sala de parto, a equipe médica responsável percebe que algo está faltando. Passam então a checar se as máquinas mais caras estão presentes, no caso de o “administrador” do Hospital aparecer. Certificados de que todas as máquinas lá estão, ainda assim há alguma coisa faltando. Após alguns momentos de reflexão, chegam à conclusão de que é a paciente; ela estava atrás de uma das enormes máquinas. Ao transportar a paciente para a mesa de cirurgia (!), as enfermeiras chocam a maca que ela ocupa contra uma máquina, ao que o médico prontamente repreende: “Cuidado com a máquina!”. À entrada de um homem na sala de cirurgia, um dos médicos pergunta quem ele é e ao saber que se trata do marido, o pai do bebê, o informa que “somente pessoas envolvidas são permitidas lá dentro”, despachando-o. Quando a mulher em trabalho de parto pergunta o que fazer, os médicos a respondem “Nada, querida, você não é qualificada”. A interação a que os médicos dedicam maior atenção e que os deixa mais tensos, é com o administrador do hospital quando este entra na sala de parto. O administrador pergunta que procedimento estão realizando e ao saber que se trata de um parto, pergunta o que é um parto demonstrando hiperbolicamente a familiaridade quase nula com os procedimentos de saúde do hospital. O administrador passa então a informar no jargão de negócios, *business as*

⁶² *The Miracle of Birth*, Disponível online em <https://www.youtube.com/watch?v=NcHdF1eHhgc>. Acesso em 15/07/2021.

usual, algumas operações financeiras envolvendo o hospital; ganha aplausos por isso. A atenção dada ao procedimento do parto dura 28 segundos (10,8% do tempo do capítulo) e é realizado como numa linha de montagem, maquinalmente, na melhor tradição chapliniana. Após o parto, depois de todos saírem (inclusive o bebê que a mãe só viu de longe), o médico aconselha a mãe a respeito de que ela pode “experienciar um sentimento totalmente irracional de depressão” e a receita “pílulas felizes”. Finalmente, o médico diz que ela pode saber tudo sobre o parto quando chegar em casa e que a filmagem do procedimento está disponível em diversas mídias de vídeo.

Esse filme foi produzido e lançado no Reino Unido em 1983, demonstrando o quanto a da lógica dos negócios (*business*) em saúde vinham tomando espaço em um país que era governado há quatro anos pela primeira-ministra Margaret Thatcher, que juntamente com Ronald Reagan (presidente dos Estados Unidos da América), são símbolos do avanço neoliberal e do desmonte do “Estado de Bem-Estar Social”.

Nesse sentido, o artigo de Contreiras e Matta, *Privatização da gestão do sistema municipal de saúde por meio de Organizações Sociais na cidade de São Paulo, Brasil: caracterização e análise da regulação*, desenvolve o argumento:

Nos anos 1980, em um contexto de crise econômica mundial e globalização, ganharam legitimidade teses de que o crescimento econômico e a consolidação da democracia exigiam, por um lado, a redução da intervenção estatal e dos gastos públicos e, por outro, o fortalecimento do mercado e da sociedade civil. Essas foram as bases teóricas de uma onda de reformas do Estado nos países centrais, caracterizadas por ajustes macroeconômicos e flexibilização administrativa. O movimento repercutiu de forma importante nos sistemas de saúde – então pressionados pelo encarecimento da tecnologia médica e pelo envelhecimento populacional. As reformas do setor se basearam em medidas de estabilização de custos como a limitação do escopo do seguro social e, posteriormente, em reformulações organizacionais visando à eficiência microeconômica.

A disseminação das reformas para países periféricos foi em grande parte mediada por organismos internacionais, que as incluíram em seu rol de condicionamentos para empréstimos. Para o setor saúde recomendavam-se a redução do financiamento estatal e o aumento da provisão privada. (CONTREIRAS; MATTA, 2015, p. 286, grifos meus.)

No Brasil, esse movimento de privatização da gestão de serviços e equipamentos públicos é caracterizado, em um primeiro momento, pelo eufemismo “publicização”⁶³. Essa apropriação do termo “publicização” poderia ser julgada como pouco ética e mesmo cínica, uma vez que se mobiliza o campo semântico do público para tratar de um processo que diz respeito justamente a seu exato oposto, o de privatização. As bases jurídicas que possibilitaram a institucionalização legal dessa lógica foram lançadas ainda na década de 1990: Em 1998, a Lei federal nº 9.637/98 disciplinou a atuação de Organizações Sociais – OS, entidade privada sem fins lucrativos, identificada como “terceiro setor”, por atuar em complementação ao Estado em “atividades socialmente relevantes”. Dentre essas atividades relevantes está a saúde, definida como “atividade relevante” no artigo 197 da Constituição da República Federativa do Brasil.

As contratações de OS, no entanto, não se massificam enquanto forma de terceirização de imediato, principalmente nas esferas municipais. Uma década após a aprovação da Lei Federal que disciplinava a contratação das OS pelo poder público, apenas 15 municípios possuíam esse tipo de contrato vigente (CONTREIRAS; MATTA, 2015, p. 286). Os autores justificam essa “lenta” expansão do modelo de contratação de OS pelo embate das forças políticas e sociais na década de 1990:

O então recém-criado Sistema Único de Saúde (SUS) foi marcado nos anos 1990 por avanços político-institucionais e pela expansão da rede assistencial 4. Foi nesse contexto que surgiram as OS, imediatamente alvos de oposição por movimentos sociais e no plano parlamentar. No meio jurídico administrativista, causaram polêmica o caráter inédito do papel desempenhado pelo setor privado e, sobretudo, a discricionariedade na escolha das entidades 5. Todos esses fatores contribuíram para a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.923, impetrada contra a Lei Federal em 1998. A ADI, cujo julgamento ainda não foi concluído, gerou uma

⁶³ O Estado e suas ações públicas são encaradas como “ineficientes” e “patrimonialistas” por um documento oficial do Estado, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995: “a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos esse processo de ‘publicização’.” (BRASIL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO, 1995, pp. 17–8)

situação de instabilidade jurídica que, embora não tenha inibido a promulgação de leis subnacionais, permanece até hoje. (idem, p. 286).

No entanto, a partir da segunda metade da década de 2000, os autores vêm a mudança dessa conjuntura que permite a expansão do modelo de privatização via OS em detrimento de outros modelos de participação privada que vinham sendo levados adiante no âmbito da saúde pública⁶⁴, mas que, no entanto, não privatizavam a gestão:

Em 2006, o Município de São Paulo promulgou sua lei de OS e, três anos depois, já respondia por sete das 15 OS contratadas na esfera municipal em todo o país. Em 2009, uma inflexão da lei estadual paulista ampliou significativamente o escopo do modelo e a cidade do Rio de Janeiro, Brasil, aprovou sua própria lei. Em 2011, foi a vez do Estado do Rio de Janeiro. **Para além da insolvência da crise administrativa, explica esse recrudescimento a fadiga da crítica jurídica e da resistência política.** Uma década depois, o julgamento da ADI no 1.923 ainda não foi concluído (o processo está há três anos sendo analisado por um dos ministros), **a crítica na doutrina jurídica arrefeceu e as novas leis passam sem os calorosos debates dos anos 1990.** (idem, p. 287).

Durante o Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), era comum encontrar pichações tais quais “Fora FMI”, “Fora ALCA ” e “Fora FHC” nas cidades médias e grandes do país, demonstrando oposição à lógica econômica liberalizante por parte de movimentos, associações, sindicatos e partidos políticos, usualmente à esquerda no espectro político institucional. É irônico e ao mesmo tempo sintomático que a privatização da “gestão” via OS viceje nacionalmente durante os governos federais presididos por Lula e Dilma, supostamente à esquerda de FHC, demonstrando que essa lógica perpassa e transcende os campos políticos institucionalizados.

⁶⁴ Modelos elencados pelos autores: 1) Privatização do financiamento, relacionado ao gasto privado da saúde suplementar, incentivado por dedução fiscal dos consumidores de planos de saúde.

2) Privatização da provisão, “que se refere à contratação, pelo poder público, de estabelecimentos privados para prestação de serviços para o SUS.” (idem, p. 287).

3) E a “aplicação em estruturas públicas de estratégias gerenciais oriundas do setor privado. Nesses casos, mantém-se públicos financiamento, provisão, investimento e gestão, sendo introduzidos mecanismos como flexibilidade e autonomia administrativas e incentivos financeiros ao desempenho. Esse é o caso das Fundações Estatais de Direito Privado, dos contratos de gestão entre órgãos da administração pública, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, dos Contratos Organizativos de Ação Pública de Saúde e dos termos de compromisso com unidades da administração direta no Estado de São Paulo, Brasil” (idem, p. 287).

Levando em conta somente a cidade de São Paulo, Mello et al. analisam a magnitude do avanço dos contratos de gestão via OS e via convênios com organizações que eles chamam de “OS Símeles”⁶⁵ no ano de 2010:

Figura 4

Porcentagem dos estabelecimentos e serviços da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo sob gestão de Organizações Sociais (OS) ou entidades conveniadas OS símeles (no conjunto da rede e por setores selecionados) em 2010.

* Como os dados do total de estabelecimentos são alguns meses mais recentes que o de convênios e contratos, pode haver superestimação das unidades sob administração pública, calculadas por subtração, especialmente para a Assistência Médica Ambulatorial, que estava em expansão à época.

Fontes: Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo ^{17,18}.

Legenda: Porcentagem dos estabelecimentos e serviços da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo sob gestão de Organizações Sociais (OS) ou entidades conveniadas OS símeles (no conjunto da rede e por setores selecionados) em 2010. Fonte: CONTREIRAS; MATTA, 2015, p. 289

Em 2010, 61% dos 936 estabelecimentos da rede municipal de saúde estavam sob gestão privada. Os autores também levantaram os valores destinados pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo a Organizações Sociais (OS) e entidades conveniadas OS símeles de 2007 a 2012. No ano de 2012, último ano da análise, o montante de recursos repassados a essas entidades foi da ordem de 2,29 bilhões de reais (idem, p. 291). Isso representou 41% de todos

⁶⁵ O primeiro resultado desta pesquisa foi que grande parte dos ajustes regulando a privatização da gestão não eram contratos de gestão, mas convênios. Porém, esse uso do convênio vai ao encontro da sua definição na doutrina jurídica e da sua utilização tradicional na administração pública, a saber: um instrumento de fomento a uma entidade privada que realiza atividade de interesse público com sua própria estrutura e pessoal. Esses convênios reconfigurados se igualam aos contratos de gestão das OS em seu aspecto fundamental e inovador, a delegação da gestão de equipamento público ao setor privado. Portanto, foram incluídos na pesquisa. Como as entidades não podem, tecnicamente, ser chamadas de OS quando gerindo por meio de convênio, foi proposto o termo “entidades conveniadas OS símeles”. (CONTREIRAS; MATTA, 2015, p. 288)

os recursos previstos para Secretaria Municipal da Saúde e o Fundo Municipal de Saúde naquele ano⁶⁶.

Em 2016, quando é firmado o contrato de gestão entre a Prefeitura de São Paulo e a OS que ainda faz a gestão privada dos equipamentos, serviços e equipes responsáveis por atender a população na região da *Cracolândia*, era essa a situação de vínculos trabalhistas dos CAPS AD do território⁶⁷: no CAPS AD III Complexo Prates não havia nenhum funcionário concursado em um total de 66 funcionários previstos, enquanto no CAPS AD III Centro, somente 8 eram concursados em um total de 69 funcionários. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, pp. 52–3). Atualmente, 100% dos serviços de “saúde pública” de APS na região do Centro de São Paulo são geridas por essa OS.

No foco da presente dissertação, podemos analisar a perversidade da precarização de vínculos trabalhistas e de condições de trabalho ao privar os trabalhadores de uma administração pública de fato, com alguma estabilidade funcional onde possam desenvolver seu trabalho sem a constante ameaça, tácita ou explícita, de demissão sumária. O mal-estar em relação às condições do trabalho, além do adoecimento psicológico e físico, apareceu em todas as entrevistas em profundidade que realizei com pessoas que haviam trabalhado em OS no território. Demissões de trabalhadores em massa e sem justificativa aconteceram na transição do DBA para o Programa Redenção, ainda que a OS gestora fosse a mesma. Relatos de perseguição e de abuso moral abundaram nas redes mais ou menos organizadas dos trabalhadores do território.

⁶⁶ Fonte: LEI Nº 15.520 DE 5 DE JANEIRO DE 2012 (Ementa: Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2012.). Acessível em <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15520-de-5-de-janeiro-de-2012>.

⁶⁷ Optei por seleccionar os equipamentos mais explicitamente diretamente ligados ao oferecimento de saúde para usuários com problemas relacionados à ingestão de drogas, tanto as legais quanto as tornadas ilícitas.

Odilon Castro, pesquisador que também foi trabalhador do território por meio de uma OS contratada pela Prefeitura de São Paulo, na primeira metade da década de 2010, relata pormenorizadamente as condições de trabalho a que estava submetido em sua tese de doutorado:

Cheguei ao CES [Centro de Estudos Sociais] em novembro de 2011 para coordenar o projeto Atenção Urbana para adultos em situação de rua. Ação assistencial da prefeitura de São Paulo. Gerida pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). E executada por organizações não governamentais (ONGs e OSCIPs). [...] Seu objetivo era “abordar” a população adulta em situação de rua do perímetro Praça da Sé, República, Anhangabaú e Luz. E “encaminhar” para equipamentos que compõem a rede socioassistencial: albergues, locais que servem refeição, Serviços de saúde, etc.

Tipo de ação que, no primeiro momento, ao ler o projeto, depois de ter vivido outras experiências no terceiro setor que problematizam tais práticas – por facilmente caírem no assistencialismo –, chamei de **“máquina de enxugar gelo e triturar profissionais”**. Estrutura física, horários, salários, direitos trabalhistas, metodologia, planejamento, ações integradas, monitoramento, formação, supervisão e avaliação do projeto precários ou inexistentes. Os orientadores, tendo que alcançar a meta mensal de atendimento, saíam em duplas para os “perímetros”. [...] **Máquina de encaminhamentos sociais. Máquina de entrada e de saída de profissionais. Máquina de iniciar, desfazer e refazer relações. Máquina política da assistência social.**

[...] Nem OSCIP e muito menos SMADS sabiam o que estavam fazendo como ação política que produzisse algum tipo de reinserção social da população atendida. O discurso das técnicas da prefeitura era de limpeza da cidade. O da diretoria da OSCIP era de obedecer e cumprir os números de atendimentos. Voltei minha atenção para os profissionais e as relações que viviam nas ruas. Para a saúde desses trabalhadores sociais. **O tal do “cuidado com o cuidador” bastante falado no terceiro setor, uma vez que o que viviam como equipe de trabalho era o abandono por parte das duas organizações: civil e governamental. Um tipo de relação na qual o que prevalece é o mínimo de diálogo entre as organizações, e entre essas e os trabalhadores sociais.**

Algumas pessoas da equipe estavam bastante despreparadas tecnicamente para a intensidade do trabalho nas ruas. Trabalhadoras levavam homens em situação de rua para as suas casas numa rápida e tumultuada aventura romântica. Que sempre acabou em furtos. E incêndios. **Estavam esgotadas. Tristes no trabalho. Adormecidas. Sem direção.** Já outros profissionais apresentavam muita potência. Foram realizadas mudanças. Reforma do prédio. Redefinição de duplas. Substituição de profissionais. Redução de carga horária. Novos turnos de trabalho. E iniciou-se o processo de construção da nova metodologia interna para ser aplicada também nas ruas. **O trabalho, por causa da meta mensal em determinados períodos do mês, tornava-se maquinal. Ou seja, no momento da “abordagem” a dupla não escutava o sujeito.** Pensava o tempo inteiro para onde o encaminharia. Preocupando-se ainda se teria a vaga. Ou a refeição. Já que principalmente a comunicação era falha. (CASTRO, 2017, pp. 37–8)

Em outros pontos do texto o autor relata mais dessas condições, como por exemplo assédios morais (idem, p. 78). O “cuidado ao cuidador” praticamente inexistiu enquanto

realidade vivida em minha pesquisa juntos aos profissionais de Saúde ligados à OS IABAS. Outro ponto levantado por Odilon e que parece ser crônico é a falta de “formação, supervisão e avaliação”. Os profissionais que acompanhei tinham sua avaliação baseada na “produção”, ou seja, no número de atendimentos e não na “efetividade” ou “impacto”⁶⁸ desses atendimentos. Quanto ao treinamento e supervisão, relatos de trabalhadores com quem tive contato deram conta de que no começo da implantação do DBA, houve esforços nesse sentido⁶⁹, mas que mesmo antes de sua substituição pelo Programa Redenção, essas práticas haviam se tornado menos frequentes, esvaziadas e sem a potência que tinham. Quanto às formações profissionais (na entrada de um profissional e as continuadas), todos os profissionais da equipe do Redenção na Rua me relataram ser nula.

Também a articulação de uma “rede de saúde” matricial e integrada não encontra avanços⁷⁰. Odilon diz que as relações são tais que “o que prevalece é o mínimo de diálogo entre as organizações, e entre essas e os trabalhadores sociais”. Mesmo uma década depois, essa prevalência ainda era a marca do trabalho em saúde no território. Trabalhos de análise sobre o DBA mostram que no âmbito desse programa outras dinâmicas instauraram-se, marcando um interstício (ou ao menos uma tentativa) nessa dinâmica de desarticulação. Em um viés institucionalista, Erick Sotero, Gabriela Lotta e Ebenézer Oliveira analisam o programa DBA. A respeito da “intersectorialidade” no âmbito do programa, os pesquisadores relataram que o programa teve essa marca desde a sua origem, pois “criou-se um comitê gestor, ligado à Secretaria de Governo, mas com participação de diversas outras secretarias municipais que

⁶⁸ Aspas que denotam alguma ironia, por se tratar de termos tão em voga no “terceiro setor” e na lógica de investimentos sociais.

⁶⁹ Um dos formuladores do DBA, o psicanalista e autor Antonio Lancetti se envolveu pessoalmente com a supervisão das equipes, muito por sua experiência prévia em São Bernardo do Campo, município que foi considerado referência na implantação das equipes de Consultório na Rua. Lancetti faleceu em dezembro de 2016, coincidentemente quando o DBA também se encaminhava para seu fim.

⁷⁰ Para uma análise mais aprofundada sobre as redes no contexto de análise dos Consultórios na Rua, ver a tese de doutorado de Mariana Martinez, *Redes do cuidado: etnografia de aparatos de gestão intersectorial para usuários de drogas* (MARTINEZ, 2016)

puderam incidir na formulação da iniciativa.” (SOTERO; LOTTA; OLIVEIRA, 2019). Além da origem, eles reconhecem um modelo institucional em que a implantação, o acompanhamento e monitoramento das ações também se davam intersetorialmente:

O mesmo usuário acessa diversos serviços simultaneamente: políticas de saúde (SMS), programa de trabalho e renda (SDTE), orientações em cidadania e redução de danos (SMDHC), abrigo em hotéis (SMADS), projetos sociais com organizações não governamentais (ONGs) conveniadas. Além disso, há reuniões periódicas (semanais) para monitorar o Programa e suas ações no território que são realizadas, com a participação dessas mesmas secretarias.

O monitoramento é realizado através das reuniões do comitê gestor, que se iniciaram semanais, passaram a quinzenais e, com o passar do tempo, bimensais⁷¹, juntamente com o prefeito, para perceber as ausências, lacunas e avaliação do processo. O Comitê Gestor é o principal ator nesse processo de articulação horizontal, sob a coordenação da Secretaria de Governo.

[...] De toda sorte, um desafio identificado para a intersetorialidade foram as “divergências teóricas e de concepções” entre as secretarias. Essas divergências foram ressaltadas principalmente entre as áreas sociais (SMS, SMDHC e SMADS) e SMSU, em momentos em que a GCM agiu com truculência e de forma repressiva. A criação da inspetoria de redução de danos ajudou a aproximar os atores da GCM das demais secretarias (Canato, 2017). (SOTERO; LOTTA; OLIVEIRA, 2019)

O que a análise institucional não capta, as entrevistas em profundidade que realizei com trabalhadores do território que trabalharam no DBA na Secretaria de Saúde e na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social revelam: essa lógica foi rapidamente se esgarçando, ainda na vigência do DBA.

Nesse sentido, uma fala em especial me marcou muito em uma das entrevistas em profundidade. Ao conversarmos sobre a “rede” no território, Agostinha me disse que não pensava em termos de rede, mas sim de teia. Ela aprofundou a analogia dizendo que as teias existem desde que as aranhas as tecem. Nessa analogia, as aranhas seriam os trabalhadores, que em contato com outros trabalhadores, instituições e pessoas do território criariam uma teia comum, que só se sustentaria enquanto esse trabalho de tecitura não cessasse. As instituições não se mantêm sem a efetiva participação das pessoas que a sustentam. A clareza dessa analogia

⁷¹ Vê-se aqui um paulatino distanciamento das ações intersetoriais, mesmo no que pode ser considerado o auge do programa.

me impressionou sobremaneira, uma vez que lembra um debate contemporâneo na teoria antropológica, entre Tim Ingold e Bruno Latour. Em um texto intitulado *Quando a formiga se encontra com a aranha: teoria social para artrópodes* (INGOLD, 2015), Ingold faz uma parábola teórica em que uma aranha entra em discussão com uma formiga latouriana⁷², justamente para dialogar e criticar o seu conceito de rede e propor o conceito de malha⁷³. Como Roberta Costa também notou em um capítulo de sua dissertação intitulado *As Abelhas Rainhas da Cracolândia: uma Teoria Nativa*, as “teorias nativas” são muito potentes para o pensar.

Concluo, a partir de todo o exposto, que o aprofundamento da lógica de privatização da gestão dos serviços prestados não cumpre as suas promessas de melhoria. Mais que isso, institui ainda outras dinâmicas de sofrimento não só à população que deveria ser atendida, mas também aos profissionais submetidos a essas dinâmicas.

⁷² Desenvolvida no livro *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede* (LATOUR, 2012), a teoria que dá título ao livro tem “ANT” como acrônimo em língua inglesa, que se traduz por formiga.

⁷³ *Meshwork*, no original.

7 BLOCOLÂNDIA, O CARNAVAL NA CRACOLÂNDIA (2020)

7.1. SAI OU NÃO SAI?

Essa tensão entre o estado penal e o estado de bem-estar nunca é tão forte como quando a população com que o Estado está lidando se caracteriza pela sua precariedade, seja ela econômica ou jurídica. Na verdade, a linha entre categorias perigosas e categorias em perigo, entre aqueles destinados à repressão e aqueles que inspiram compaixão, é tênue e permeável. O mesmo vale para as populações que as instituições nesses exemplos devem atender: imigrantes e minorias, reclusos recalcitrantes e adolescentes problemáticos, estrangeiros sem documentos e jovens dos projetos. Dependendo de seus interlocutores na época - policiais ou magistrados, carcereiros ou educadores especiais - eles facilmente escorregam de um lado para o outro dessa linha moral, do papel de suspeito para o status de vítima e vice-versa. (FASSIN, 2015b, p. 2)

Depois do período acompanhando os profissionais de saúde do Redenção na Rua, face à falta de respostas para continuar o acompanhamento dos profissionais do CnR de forma “autorizada”, retomei minhas incursões de observação flutuante no território além da observação participante junto À Craco Resiste, tratadas com mais detalhes no **Capítulo 5**. Na presente seção, gostaria de tratar de um episódio que creio revelador de dinâmicas e atores em disputa no território da *Cracolândia*.

Na sexta-feira de carnaval de 2020, alguns dias antes da divulgação do primeiro caso confirmado de Coronavírus no país⁷⁴, o *Blocolândia* fez pelo sexto ano consecutivo o seu desfile pelas ruas da *Cracolândia*. (NASSER, 2016, p. 19). Segundo uma definição de seus próprios participantes:

O Blocolândia é o bloco de Carnaval da região conhecida como Cracolândia, no centro da cidade de São Paulo. Sua primeira edição ocorreu em 2015, mas ele foi criado ainda em 2014 por usuários, trabalhadores e militantes da região. A proposta é pautada na redução de danos e visa produzir uma outra narrativa do território e de sua população tão estigmatizada, além de promover a articulação de rede por meio de um objetivo comum. Aqueles a quem se pretende internar, levar à igreja ou à cadeia são aqueles que então ensinam a sambar, que tocam a bateria e levam o bloco em frente, ensinando o médico e o político a cantar. O trajeto do bloco passa por equipamentos culturais da região que tradicionalmente não são inclusivos, além de desfilar na frente da Porto Seguro, maior símbolo da especulação imobiliária local. Nesse sentido, o Blocolândia produz impactos nas subjetividades dos usuários e trabalhadores, nessas relações, mas

⁷⁴ A sexta-feira de carnaval se deu no dia 21/02/2020, enquanto o primeiro caso confirmado foi divulgado no dia 26/02/2020.

também provoca a vizinhança e produz uma contra-narrativa que se opõe à que comumente é veiculada pela mídia.⁷⁵

Em 2020, participei de reuniões enquanto participante d'A Craco Resiste junto a demais coletivos que compunham a produção do bloco. Dentre esses coletivos, nesse ano o mais participativo em relação ao Blocolândia foi o Coletivo Sem Ternos, que surgiu “de uma articulação de rede que visa a ação conjunta no território na perspectiva da Redução de Danos.”⁷⁶. Toda a preparação, tanto de material e pessoal (arregimentação de instrumentos musicais como surdos, pandeiros, tamborins, caixas de som elétricas e microfones, abadás, instrumentistas) quanto burocrática (inscrição do bloco na plataforma online que a prefeitura disponibilizou para o carnaval de rua, levantamento de documentação) se desenrolou nos quatro meses anteriores e estava combinada até a noite de quinta-feira, véspera da saída do bloco, quando uma decisão da Prefeitura de São Paulo chegou aos organizadores do Blocolândia por meio de contatos de dentro da Prefeitura, informalmente, uma vez que a decisão só foi publicada no diário oficial na sexta-feira de manhã, dia mesmo da saída do bloco (Figura 5).

⁷⁵ Autoria anônima, por dois motivos: segurança dos membros e autoria coletiva.

⁷⁶ Transcrito da página de Facebook do coletivo. Disponível em: <https://www.facebook.com/semternos/about> Acesso em 13/09/2020. Esse coletivo se caracteriza por ter em sua composição muitos profissionais de saúde, da assistência social e redutores de danos com atuação no território.

Figura 5

COMUNICADO
 Cancelamento de autorização para desfile de CARNAVAL
 de RUA por determinação da Polícia Militar.
 BLOCOLÂNDIA
 Estilo: Marchinhas
 Itinerário: Rua Helvétia, Rua Dino Bueno, Alameda Ribeiro
 da Silva, Alameda Cleveland e Rua Helvétia
 Data: 21/02/2020
 Horário: 13:00 às 18:00
 Sé - Concentração: Rua Helvétia, 64
 Dispersão: Rua Helvétia
 ID do Bloco: 866

Legenda: destaque do Diário Oficial de São Paulo, comunicando o cancelamento da autorização do desfile do bloco Blocolândia. Imagem de 21/02/2020.

Já na noite de quinta, contatos com mandatos de vereadores que já haviam participado da composição do bloco em outros carnavais, como Soninha Francine (à época filiada ao Partido Popular Socialista, hoje ao Cidadania) e Eduardo Suplicy (Partido dos Trabalhadores) começaram a ser realizados, além de conversas com órgãos de imprensa (Folha de São Paulo, Brasil de Fato, entre outros). No entanto, com a publicação do “cancelamento de autorização” no Diário oficial na manhã de sexta-feira, a situação ainda estava sem um desfecho definido, uma vez que muitos dos organizadores já diziam que iriam desfilar com ou sem autorização de quem quer que fosse, trazendo a questão da garantia da segurança física dos envolvidos para o primeiro plano.

Os organizadores e participantes/apoiadores do bloco começaram a se reunir no território a partir das 10 horas da manhã, ainda sem saber muito o que fazer, conjecturando possibilidades e com o intuito de fazer o desfile no horário previsto, às 14 horas. Um representante de um dos coletivos apoiadores do bloco, que contribuiria com um carro para levar água e outros suprimentos disse que este coletivo não poderia participar oficialmente, uma vez que tinha ligações (de financiamento) com a Prefeitura de São Paulo. A bateria Coração Valente, formada por frequentadores do Programa Recomeço, também não poderia mais participar, uma vez que foi a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PM/SP) (mesma instância

de governo do Programa Recomeço) que “sugeri ao poder público municipal a não realização do evento no local em razão do risco que a aglomeração de foliões pode levar às pessoas em situação de vulnerabilidade”⁷⁷. Ou seja, por volta das 11 horas era mais provável que o bloco não saísse. Diante dessa situação e com a chegada da vereadora Soninha Francine e alguns assessores, além de um representante da área de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um agrupamento de organizadores se aproximou de agentes da GCM e começou a conversar no sentido de chegar a um compromisso para que o bloco pudesse desfilar. A postura do inspetor da guarda, patente mais alta presente no território no momento, era a de que só poderia cumprir ordens: no começo a ordem era que o bloco não poderia se movimentar; algum tempo depois, de que o bloco poderia sair, mas que se eles vissem alguém com “drogas” ou portando cachimbo, de que teriam que prender essas pessoas. Eu cheguei a argumentar, um tanto jocosamente, que esse era o único bloco de carnaval de São Paulo em que as pessoas usavam menos drogas durante o desfile do que fora dele, o que causou risos inclusive do inspetor. Em um dado momento, ele voltou a dizer que só cumpria ordens, ao ser questionado “ordens de quem?”, respondeu que do seu chefe, o comandante da guarda. “Então é o seu chefe? Vamos falar com o chefe do seu chefe, então” e outros comentários nesse sentido foram tecidos. Sendo assim, a articulação política junto aos mandatos dos vereadores ganhou força e depois de mais ou menos uma hora esse inspetor disse que seu comandante havia “liberado” o desfile.

Havia ainda o problema de não haver uma bateria para fazer a música do bloco. Um dos organizadores então disse: “estamos na Cracolândia, aqui todo mundo faz samba”. Começou-se então a distribuição dos instrumentos trazidos pelos organizadores a quem soubesse e quisesse tocar. Um pequeno ensaio foi levado a cabo, passando a música tradicional do bloco,

⁷⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/prefeitura-de-sp-cancela-autorizacao-de-bloco-na-regiao-da-cracolandia.shtml> Acesso em 13/05/2021

com um dos organizadores servindo de mestre de bateria. Em pouco tempo, o samba saía redondo, entoando a canção do bloco:

Alô família/ O bloco da pedra tá na rua/ A rua é minha, a rua é sua/ Ninguém nunca tá só nessa vida nua e crua

No sol, na lua/ O bloco da pedra tá na rua/ Eu viro pedra, eu viro pó/ Eu já sou crack pra desenrolar os nós

Minha vida é uma bagagem que eu carrego, levo e puxo/ Puxo, puxo, puxo

Eu vou levando minha vida nesse fluxo/ Fluxo, fluxo, fluxo

A pobreza é uma beleza que eu não troco pelo luxo

Figura 6

Legenda: MC Kawex cantando. Créditos: João Leoci

Figura 7

Legenda: Foliões do Blocolândia em 2020. Fotos de 21/02/2020. Créditos: João Leoci.

Figura 8

Legenda: Foliões do Blocolândia em 2020 e imprensa. Fotos de 21/02/2020. Créditos: João Leoci.

7.2. CONSIDERAÇÕES

Em uma audiência pública, para tratar do plano de remoções de famílias moradoras de imóveis na região da *Cracolândia*, durante a pandemia⁷⁸, um dos frequentadores da *Cracolândia*⁷⁹ a certa altura disse o seguinte no contexto de denúncia dos abusos da GCM e da PM no território: “O Estado, nem sei se esse é nome, mas é o que chega pra nós”.

O senso comum que se tem a respeito da *Cracolândia* se dá pela chave da “falta”. Claro está que há inúmeras faltas, materiais e simbólicas. No entanto, quando o foco é a atuação do Estado, não há exatamente uma falta, pelo contrário, há mesmo um excesso seletivo. É bastante provável que um frequentador da *Cracolândia* tenha ao menos uma interação direta com um agente estatal durante seu dia.⁸⁰ No relato acima, em um período de menos de 24 horas, pode-se perceber diversas faces do Estado operando:

1) Executivo:

- a) Secretaria de Segurança do Estado (PM/SP);
- b) Secretaria de Segurança da Prefeitura (GCM);
- c) Secretaria de Saúde do Estado (Programa Recomeço);
- d) Secretaria de Saúde da Prefeitura (Programa Redenção);

2) Legislativo:

- a) Mandatos de vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

⁷⁸ Sobretudo das quadras 37 e 38 dos Campos Elísios demarcadas como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 3, essa audiência foi requerida através do requerimento 10/2021 de autoria da vereadora Silvia da Bancada Feminista aprovado na reunião ordinária em 10/03/2021 pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, realizada em 06/05/2021. Fonte: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/> Acesso em 08/05/2021.

⁷⁹ Que se apresentou como Nego Bala.

⁸⁰ Com base em minha experiência de classe, posso dizer que tenho muito menos interações com agentes estatais do que alguém na *Cracolândia*. Aliás, das áreas da cidade que eu frequento, com certeza é lá que tive a maior parte das interações com esses profissionais.

3) Convênios:

- a) Organização não governamental que, no entanto, tem ligações financeiras com a Prefeitura de São Paulo (Secretaria de Cultura da Prefeitura).

Toda essa trama institucional estatal entrou em ação e se relacionou nesse dia: tanto essas instituições entre si, quanto com cidadãos (militantes, transeuntes, moradores e trabalhadores do bairro) e organizações não estatais (OAB, organizações não governamentais, coletivos militantes).

Nesse sentido, penso que o método etnográfico e a análise antropológica têm grande relevância e importância no entendimento do Estado, ao trazer para o “rés do chão” (DE CERTEAU, 1998, p. 176), para a concretude do cotidiano vivido o que de outra forma poderia parecer uma organização abstrata, um “Leviatã pairando acima dos meros mortais”.

Percebe-se que o Estado, na ponta, não é um bloco monolítico o qual se acessa por uma única via. Para muitos frequentadores da *Cracolândia*, o Estado vem na forma de um cassete ou numa bala de borracha; em outras ocasiões, muitas vezes para esses mesmos frequentadores, vem por meio de um cuidado de saúde emergencial; outros ainda sentem a presença do Estado num prato de comida subsidiado no Bom Prato⁸¹; por fim, alguns podem encontrá-lo numa oficina de bateria de samba que, no entanto, é impedida de desfilar no Carnaval regulado por esse mesmo Estado.

⁸¹ Rede de restaurantes populares mantido pelo Estado de São Paulo.

8 ENTREGA DE MARMITAS NO TEATRO DE CONTÊINER: A CHEGADA DA PANDEMIA

Logo após o período do carnaval, a atenção do mundo se voltou para uma doença viral que vinha se espalhando rapidamente. Em 11 de março a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou os efeitos do novo coronavírus (SARS-CoV-2) como uma pandemia. O primeiro caso confirmado no Brasil se deu em 26 de fevereiro, enquanto a primeira morte em 12 de março, ambos na cidade de São Paulo. As poucas informações sobre o novo vírus eram ainda muito preliminares e sua alta capacidade de contágio causaram pânico na população. Durante algumas semanas, a cidade praticamente parou.

Os profissionais de saúde, no geral, e as equipes de saúde que trabalhavam na *Cracolândia*, em particular, ficaram bastante apreensivos com a possibilidade de adoecer em consequência de um vírus que se alastra pelo convívio social. A carta abaixo reproduzida, que circulou por grupos virtuais de profissionais e militantes, no começo de junho, quando já somavam mais de 30 mil mortos no país, foi escrita por alguns funcionários do CAPS situado na Princesa Isabel, relatando que mesmo três meses depois do início da pandemia diversos problemas com relação a cuidados básicos ainda se apresentavam no ambiente de trabalho:

CARTA SOBRE(VIVER)

DENÚNCIA

CAPS IV - IABAS (PRAÇA PRINCESA ISABEL - SP)

Escrevemos para alertar e denunciar às instituições competentes e a sociedade civil como um todo, um caso grave de **irresponsabilidade administrativa** que está ocorrendo no serviço de saúde situado no centro do município de São Paulo. Trabalhamos no recém inaugurado CAPS IV, que fica situado na Praça Princesa Isabel, 75, Campos Elísios. O Edifício que funciona o CAPS IV abriga uma equipe de 170 profissionais, mais as equipes do programa Redenção na Rua, gerenciados pela Organização Social IABAS - Instituto de Atenção Básica e Avança em Saúde. As equipes do Programa Redenção na Rua somam mais 76 trabalhadores da saúde. **Acontece que os serviços não estão oferecendo equipamentos de proteção individual suficientes para seus colaboradores.** Como se não fosse suficiente, as enfermeiras do programa, incluindo as gerentes do serviço, não utilizam máscaras ou tomam qualquer cuidado de prevenção ao combate do novo coronavírus. Uma delas afirma ainda que está imune, desconsiderando o fato de que pode estar transmitindo o vírus e, além disso, não dá exemplo de prevenção e proteção aos demais colaboradores e usuários do serviço. **Os colaboradores continuam a realizarem [sic] reuniões a**

portas e janelas fechadas, sem máscaras e ainda estão sofrendo assédio por exigir equipamentos de proteção, pois grande parte dos trabalhadores não estão utilizando máscaras. Outro problema grave é o refeitório que abriga todos os trabalhadores ser minúsculo e sem nenhuma ventilação, e a recepção do serviço segue lotada de usuários do serviço, compostos por pessoas em situação de rua, que circulam por toda a cidade e se aglomeram, sem que nenhuma medida de higienização ou distanciamento social seja tomada. **E o pior está por vir, pois já se sabe que alguns colaboradores testaram POSITIVO para o novo coronavírus, mas por estarem assintomáticos, continuaram a trabalhar, com a ciência da gestão, tendo contato com os demais colaboradores e usuários do serviço.** Todos estamos em risco, expostos à contaminação e nenhuma medida de afastamento dos que tiveram contato com os colaboradores testados positivo foi tomada, assim como não há medidas de testagem para os demais colaboradores. **O trabalho continua sendo realizado como se nada estivesse acontecendo e sentimos que estamos trabalhando em uma bomba relógio, pois se estamos infectados e em contato diário uns com os outros e com os usuários no serviço e no território, logo explodirá um número de casos na instituição sem precedentes.** Inclusive há dias que o serviço está SEM ÁGUA e nesses momentos a gestão ordena que os banheiros e sanitários sejam TRANCADOS. Pedimos desesperadamente que medidas sejam tomadas com urgência pelas instituições reguladoras e competentes. (grifos meus)

No começo de abril, início de outono, houve o fechamento do Atende 2, na rua Helvétia (8 de abril de 2020). O espaço que havia começado no DBA, imaginado enquanto um ponto fixo no território em que se poderia operacionalizar ações pautadas pela estratégia de redução de danos e que vinha paulatinamente sendo degradado, finalmente encontrara seu fim. O término do atendimento (ainda que precário) das pessoas da *Cracolândia* na única Unidade Emergencial de Atendimento operada pela Prefeitura no *Fluxo* é importante por sinalizar a intensificação da lógica repressiva do poder municipal na *Cracolândia*, em abandono à lógica do cuidado. Apesar de decisão judicial contrária ao fechamento⁸², o equipamento não foi reativado. Além de fornecer alimentação, banho e camas, o local servia também como um posto avançado, dentro do *Fluxo*, onde os profissionais de saúde do Redenção da Rua e da assistência social atuavam no atendimento à população. A partir de então, esses profissionais deixaram de

82 “A Justiça de São Paulo proibiu o fechamento do serviço de atendimento social da Cracolândia, na região central de São Paulo. A decisão liminar (provisória) atendeu ao pedido da Defensoria Pública que pediu que o Atende 2, equipamento de atendimento social na Cracolândia, continuasse em funcionamento.” Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/08/justica-de-sp-proibe-fechamento-de-servico-de-atendimento-social-na-cracolandia.ghtml> Acesso em 12/04/2021.

atuar cotidianamente no *Fluxo*⁸³, sendo a GCM a única presença massiva e constante de atuação do poder público municipal.

Por outro lado, coletivos militantes previram que a situação social já periclitante se tornaria ainda mais dramática com os efeitos sanitários e econômicos acarretados pela pandemia. O grupo de teatro Cia. Mugunzá credenciou-se no edital de chamamento público n.º 001/SMDHC/2020 - "Projeto Rede Cozinha Cidadã", da prefeitura de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), para ser um ponto fixo de entrega de refeições à população em situação de rua, durante a situação emergencial.

A mesma prefeitura que a 600 metros dali fechava o único equipamento municipal situado no *Fluxo*, financiava a distribuição de alimentação. Além do teatro, havia pelo menos um ponto mais próximo ao *Fluxo* que também realizava a distribuição da mesma quantidade de marmitas.

O contato com os militantes d'A Craco Resiste possibilitaram minha participação nessas atividades, da segunda semana de abril até o final de julho de 2020. As características básicas dessa atividade estão listadas abaixo:

- Pelo menos 4 diferentes restaurantes, também participando do edital, forneciam as marmitas já prontas. Havia bastante variedade na qualidade e quantidade dessas marmitas, o que a população atendida percebeu logo nos primeiros dias, já que os fornecedores escreviam em cada marmita o nome de seu estabelecimento. Isso causava algumas situações conflituosas na distribuição.
- 2 grupos formaram-se para a distribuição, revezando-se em dias ímpares e pares: o Coletivo Tem Sentimento, formado em sua maioria por mulheres trans e

travestis, começou nos dias pares; enquanto o grupo em que eu estava, formado por militantes, artistas plásticos e frequentadores ou ex-frequentadores do *Fluxo* ficou com os dias ímpares. Os grupos tinham por volta de 8 pessoas cada.

- Remuneração: para cada dia trabalhado na distribuição, cada um dos participantes tinha direito a 50 reais.
- Heterogeneidade das pessoas que recebiam alimentação: ainda que em sua maioria, as pessoas que iam até os portões do teatro fossem pessoas “em situação de rua”, trabalhadores e mesmo famílias inteiras que residem nas proximidades do local
- Equipamento de Proteção Individual (EPI): nenhum equipamento foi fornecido pelo poder público municipal, ficando a cargo das pessoas participantes providenciarem.

Figura 9

Legenda: retrato deste pesquisador com equipamentos de EPI improvisados durante a distribuição de marmitas no Teatro Mugunzá. Abril de 2021. Créditos João Leoci

Figura 10

Legenda: Homem de chapéu sobre barris. Um dos companheiros de distribuição com equipamentos de EPI improvisados durante a distribuição de marmitas no Teatro Mugunzá. Abril de 2021. Créditos Paulo Nogueira

O Coletivo Tem Sentimento, que já estava utilizando alguns espaços do terreno do teatro com a sua iniciativa de geração de renda, principalmente por meio de atividades de costura, passou a confeccionar máscaras de pano para a proteção daqueles que distribuíam as marmitas além de distribuir à população que ia buscar alimento e que não possuía máscaras. Uma máquina de lavar roupas foi conseguida por meio de doações, com o intuito de fazer a lavagem das máscaras usadas da população, em um esquema de troca de uma máscara usada por uma máscara limpa.

O teatro e seu espaço, que antes da pandemia já tinha a característica de congregar diversos agrupamentos (artistas, militantes, pesquisadores etc.) configurou-se ainda mais como um “oásis” de acolhimento para esses agrupamentos durante a pandemia, uma “base” relativamente segura para se estar no território durante a pandemia. A organização humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF) teve uma equipe com base no teatro por aproximadamente um mês. A descrição dessas ações está assim relatada em seu *site*:

O trabalho em São Paulo, iniciado em 1º de abril, contempla a realização de consultas médicas para pessoas em situação de rua para detecção de casos suspeitos de COVID-19 e triagem com encaminhamento dos doentes em estado moderado para centros de isolamento e os em estado grave para hospitais. Também são oferecidas orientações de higiene e distanciamento social àqueles com sintomas, para tentar evitar a disseminação do novo coronavírus. Os atendimentos acontecem em locais da região central de São Paulo por onde circula a população mais vulnerável.

No final do mês de abril, MSF começou a realizar atendimento médico de casos moderados da doença em centros de tratamento construídos pela prefeitura especialmente para acolher pessoas em situação de rua (Pelezão e Bacelar). A possibilidade de esta população poder contar com locais para isolamento e tratamento é essencial para conter a disseminação da doença e dar alguma possibilidade de acesso a cuidados de saúde aos que estão à margem do sistema.⁸⁴

Na entrevista em profundidade que fiz com um participante do MSF, ficou claro que uma parte fundamental da estratégia da organização é a de denúncia e sensibilização do público para as situações de “calamidade” sanitária e humanitária nos contextos em que atuam, por meio da publicização de seu trabalho. Isso também é importante no sentido da própria manutenção financeira da organização, uma vez que os principais recursos são angariados por meio de doações. Estratégias e táticas de publicização e inserção na arena pública serão discutidas, em outro contexto, com mais profundidade no próximo capítulo.

⁸⁴ Fonte: <https://www.msf.org.br/faq>

9 O DOSSIÊ “NÃO É CONFRONTO, É MASSACRE” D’A CRACO RESISTE

Figura 11

Trabalho de Raphael Escobar, tinta sobre pano, exposta na fachada de um prédio adjunto ao Teatro de Contêiner Mugunzá, 2021. Créditos da imagem: Paulo Pereira

NÃO TÃO VIOLENTAS QUANTO DIVULGAM

NEM TÃO DESCARTÁVEIS QUANTO DESEJAM

“Quis custodiet ipsos custodes?”

(Verso de *As Sátiras*, do poeta romano Juvenal)

9.1. CONTEXTO PRÉVIO À PUBLICAÇÃO DO DOSSIÊ

Durante um ano (nunca é demais lembrar que em contexto de pandemia mundial) o aumento e endurecimento das ações repressivas e violentas foram as tônicas da atuação das forças policiais no território.

Como descrito no **Capítulo 6**, antes do fechamento do ATENDE 2, em abril de 2020, as “rondas” das equipes de CnR passavam pelo *Fluxo* justamente para acessar o ATENDE 2. Ainda que limitadas em seus atendimentos fora do equipamento, a presença desses profissionais de saúde somados aos da assistência social diversificavam a ecologia do ambiente. A ausência desses profissionais e a diminuição dos coletivos ativistas presentes no *Fluxo* devido aos

cuidados de isolamento requeridas pela pandemia, esvaziou o *Fluxo* da presença diversa que sempre o caracterizou, opondo agora tão somente as forças de segurança representadas pela GCM e os frequentadores assíduos do *Fluxo*, pessoas em sua maioria estigmatizadas pelas condições em que vivem: miséria material profunda e, em alguns casos ainda que se generalize, uso pesado de drogas.

A tensão do ambiente aumentou sensivelmente, voltei a sentir algo que eu não sentia desde o primeiro contato que tive com o lugar, cerca de quatro anos antes, descrito no **Subcapítulo 3.1**. O que defini ali enquanto um receio difuso, mas diferente do medo, agora se configurava como tão somente medo. Era também um medo difuso, causado por esse clima mais tenso e que tinha seus sintomas mais claros por algumas condições ambientais que eu reparava. Como exemplo, me alongarei sobre uma delas, os fortuitos “encontrões”.

O que não é fortuito é que Erving Goffman, em seu livro de definição das “interações sociais”, que abre um novo campo de pesquisas sociológicas denominado por vezes como “microsociologia”, tenha o título de *Encontros* (GOFFMAN, 1961). Nas minhas anotações de campo há referência à maior concentração dos frequentadores e à maior pressa no andar das pessoas no Fluxo, o que acarretava mais “encontrões” entre corpos, pessoas se esbarrando em seus caminhos. Esses encontrões eram um encontro específico no que tange ao tipo de interação que desencadeava. Por não serem antecidos por uma interação prévia entre os que se encontravam, estes encontrões sempre foram motivos de potencial animosidade entre os que dele participavam. Mais tarde em sua carreira, Goffman vai depositar especial foco na “atenção”, em um outro trabalho em que forja categorias e conceitos analíticos para se entender como as pessoas definem uma situação, ou seja, como elas “enquadram” uma situação social enquanto algo inteligível⁸⁵, partindo das reflexões de Willian James, um autor da

⁸⁵ Frame Analysis: an essay on the organization of experience (GOFFMAN, 1986)

fenomenologia do século XIX, acerca da pergunta que esse mesmo autor se coloca “Sob quais circunstâncias nós pensamos as coisas como reais?” (GOFFMAN, 1986, p. 2, tradução minha.),

Goffman escreve:

O importante sobre a realidade [*reality*], ele sugeriu, é nosso senso de sua realidade [*realness*], em contraste com nosso sentimento de que algumas coisas carecem dessa qualidade. Alguém então pode se perguntar em que condições tal sentimento é gerado, e essa questão fala a um pequeno e administrável problema que tem a ver com a câmera e não com aquilo que é capturado pela câmera.

Em sua resposta, James enfatizou os fatores de atenção seletiva, envolvimento íntimo e não contradição com o que é conhecido de outra forma. Mais importante, ele fez uma tentativa de diferenciar os vários “mundos” diferentes que nossa atenção e interesse podem tornar reais para nós, os subuniversos possíveis, as “ordens de existência” (para usar a frase de Aron Gurwitsch), em cada um dos quais um objeto de um determinado tipo pode ter seu próprio ser: o mundo dos sentidos, o mundo dos objetos científicos, o mundo das verdades filosóficas abstratas, os mundos dos mitos e crenças sobrenaturais, o mundo do louco, etc. Cada um desses submundos, de acordo com James, tem “seu próprio estilo de existência especial e separado” e “cada mundo, *enquanto é percebido* [*whilst it is attended to*], é real à sua própria maneira; apenas a realidade se esvai com a atenção.”

[...] O artifício crucial de James, é claro, foi um jogo um tanto escandaloso com a palavra “mundo” (ou “realidade” [*reality*]). O que ele queria dizer não era o mundo, mas o mundo atual de uma pessoa em particular – e, na verdade, como será argumentado, nem mesmo isso. Não havia nenhuma boa razão para usar palavras tão complicadas. James abriu uma porta que permitiu a entrada de vento e também de luz. (GOFFMAN, 1986, pp. 2–3)

Ou seja, esses encontros “chocavam” mundos de atenção distintos. Ao colocar essas atenções agora em relação de uma forma abrupta, as diversas possibilidades de enquadramento da situação em que essas interações tomavam parte sempre contiveram, no *Fluxo*, o possível enquadramento pela via conflituosa.

Apesar de presenciar um sem-número desses encontros, em nenhum deles o desfecho se deu pela violência física, por uma espécie de regra tácita que impede na prática a disseminação da violência física em encontros fortuitos. Consigo relacionar essa regra tácita com o “proceder”, termo que tem seu uso disseminado nas prisões paulistas e que foi analisado pormenorizadamente no trabalho de Adalto Marques, *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões* (MARQUES, 2009). Na sua diferenciação e contraposição entre *homens de proceder* e *homens de seguro*, Marques nos diz

que uma das maneiras de se tornar um *homem de seguro* é quando presos “[...] quebra[m] alguma regra do “proceder” enquanto habitam o “convívio”, [e] “pedem seguro” para evitar um confronto letal” (idem, pp. 29-30). Dentre os *homens de seguro* está a figura dos “cagüetas”, a respeito dos quais Marques escreve:

Gíria derivada da palavra alcagüete. Goifman nos dá uma clara demonstração de como opera essa divisão populacional que segrega, entre outros, o cagüeta: “(...) Em uma primeira visita ao 5o Distrito Policial de Campinas, na qual conversamos com vários presos simultaneamente, o líder de cela apontou para um que estava no pátio, com o corpo todo cortado por gilete, afirmando: ‘... aquele ali é cagüeta, cagüetou na rua, não tem mole pra ele aqui não’ (preso do 5o DP). A represália à ‘cagüetagem’ passa a ser considerada normal e a violência plenamente justificada. [...] Rodrigues sintetiza: “O código de honra dos bandidos é assim: delatou, morre!” (2002: p. 200). (idem, p. 30)

Podemos depreender das reflexões de Marques que a violência física, nas cadeias, é precedida por um complexo padrão de simbolização envolvendo considerações éticas (honra) e classificatórias (estar lidando com um “homem de proceder” ou um “homem de convívio”). Nas interações abruptas iniciadas por meio de um encontrão, dificilmente se constituem elementos suficientes para se enquadrar alguém em uma ou outra categoria, com certeza. Mais que isso, uma violência física não justificada pode desencadear processos de questionamento do “proceder” do agressor, levando mesmo a uma perda de status simbólica que pode ter consequências bastante desagradáveis. Fábio Mallart e Taniele Rui refletiram, a partir do trabalho de Marques, sobre a “disseminação de toda uma gramática prisional pelo tecido social urbano”, inclusive na *Cracolândia* (MALLART; RUI, 2015).⁸⁶

⁸⁶ “Nessa direção, ponderamos a necessidade de conferir atenção especial à experiência prisional disseminada entre essa população. Como dispositivo indutor de fluxos e velocidades, nos interessa não somente a experiência prisional, mas também o que ocorre nesse entra e sai que, de tão repetitivo, ao invés de separar, faz exatamente o oposto: conecta, ainda com mais intensidade, o dentro e o fora das muralhas. Milhares de pessoas adentram prisões, unidades de internação da Fundação CASA e comunidades terapêuticas todos os meses e também todos os meses milhares de presos e reclusos são devolvidos às quebradas e às ruas. Pelo seu caráter de transitoriedade e fluidez, a nossa hipótese é de que esse movimento incessante e frenético, menos do que inserir homens e mulheres no “mundo do crime” (ainda que isso seja possível, haja vista que várias conexões podem ser feitas de dentro para fora), acaba por alastrar difusamente um repertório prisional e um modo específico de conduta moral que se torna visível em todos os espaços urbanos por onde esses sujeitos circulam. De modo que não é de estranhar a disseminação de toda uma gramática prisional pelo tecido social urbano.” (MALLART; RUI, 2015, p. 10)

Sabendo disso, de que então eu tinha medo, senão da violência física (muito improvável de se abater sobre mim)? Reflito que era da violência simbólica que se seguia ao encontro desses mundos de atenção, da possibilidade de não conseguir performar a habilidade interacional necessária para lidar com essa violência, o que também poderia rebaixar meu status e, ainda que não provavelmente, estar mais exposto também a violências físicas. Mas mais do que um medo de algo concreto, esse medo difuso se colocava pois eu notava essas violências simbólicas se proliferando mais e mais a cada incursão no *Fluxo* que eu fiz durante a pandemia. Com o afastamento de outras pessoas que possibilitavam uma gama muito maior de interações, as interações menos latentemente violentas⁸⁷ também se escassearam, fazendo proliferar as interações de cunho violento, principalmente se levarmos em conta o fato de que a GCM restou como o único operador do poder estatal municipal envolvido diretamente no *Fluxo*.

A participação da GCM na formação desse clima tenso e repleto de violência nas interações é claro para qualquer um que dispenda algumas horas no *Fluxo*. As dinâmicas violentas de controle e disciplinarização dos corpos levadas a cabo por essa corporação tornam-se patentemente claras nos momentos de “limpeza” do *Fluxo*. Ao menos duas vezes ao dia⁸⁸, trabalhadores terceirizados se encarregam da lavagem e varrição das vias abarcadas pelo *Fluxo* e quem operacionaliza a movimentação dessa população pelas vias que devem ser abertas para a limpeza é a GCM. Nesses momentos de limpeza a tensão cresce de forma exponencial, uma vez que o controle dos corpos ganha contornos de perversidade.

Um exemplo concreto de uma, dentre muitas situações que eu testemunhei no *Fluxo*, pode ser esclarecedor. No início de junho de 2021 participei, a convite de uma companheira

⁸⁷ Ainda que guardem o potencial de violência.

⁸⁸ Mais uma característica do excesso *sui generis* de Estado a que essa população está submetida. Em nenhum outro lugar da cidade essa frequência da “limpeza pública” é levada a cabo. O termo “limpeza pública”, nesse contexto, remete-me diretamente a práticas higienistas.

militante⁸⁹, da distribuição de pães com manteiga realizada por ela e o “Pastor do Pão”⁹⁰. Ele é uma figura que dificilmente passa despercebida: sempre usando um chapéu de palha enorme, envolto em bandeiras do Brasil, carrega consigo enormes cestas em que transporta os pães e fala sempre muito alto, frequentemente sobre Jesus. Quando eu e a companheira chegamos ao *Fluxo* por volta das 7 horas da manhã de um sábado, já o encontramos preparando sua mesa improvisada para distribuição dos pães no cruzamento da rua Helvétia com a alameda Dino Bueno. O *Fluxo* já havia sido deslocado da “Praça do Cachimbo” na Alameda Cleveland e da primeira quadra da rua Helvétia, sendo confinado entre duas quadras⁹¹. A GCM guardava o perímetro desse confinamento, com armas de fogo visíveis em seus cinturões e mesmo com alguns guardas empunhando escudos transparentes e carabinas disparadoras de balas de borracha, equipamentos mais comumente usados em táticas de dispersão de multidões. A limpeza das ruas terminou meia hora antes do previsto e os trabalhadores da zeladoria, junto ao caminhão pipa que levava água para ser deitada ao chão das ruas e calçadas, mas não para ser bebida, deixaram o local. Mesmo com as locais agora “livres” para serem ocupados pela população, a GCM insistiu em manter o horário de 9:30h para o retorno, sem dar nenhuma justificativa a quem quer que fosse. Durante essa espera, o clima ia ficando cada vez mais tenso, com os frequentadores mais agitados e a GCM reforçando a postura de guardião de um espaço vazio. Às 9h20, um dos frequentadores que estava mais agitado começa a “descer” a Rua Helvétia em direção à Alameda Cleveland, onde fica a “Praça do Cachimbo”, chegando assim perigosamente perto da “fronteira imaginária” (ARANTES, 1994)⁹² que os guardas se

⁸⁹ Preservarei seu nome por questões de segurança jurídica e éticas (pois não a consultei previamente). Usarei o termo “companheira militante” ou “companheira”.

⁹⁰ Uma reportagem de 2017 que dá conta de sua atuação há um ano na *Cracolândia* pode ser conferida no seguinte link: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/ha-1-ano-gari-arrecada-pao-e-agua-para-doar-a-usuarios-da-cracolandia.ghtml> Acesso em 20/08/2021

⁹¹ A partir da esquina em que estávamos para sudoeste na rua Helvétia e à noroeste na alameda Dino Bueno.

⁹² O tema das “fronteiras” já se tornou clássico nas etnografias urbanas, iniciada no Brasil (até onde sei) com o texto seminal de Antônio Arantes, *A Guerra dos Lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço*

empenhavam em proteger. Três guardas saíram do destacamento, que devia ter cerca de 20 guardas no total, e foram em direção a esse homem gesticulando muito e gritando “volta, volta!”. O Pastor do Pão notando a situação, interveio como mediador desse conflito, abraçando esse rapaz e conversando com ele, com o intuito de acalmá-lo e fazê-lo voltar para o meio das pessoas aglomeradas do outro lado da “fronteira”. Ao invés de se acalmarem, os guardas então passaram a gritar e se aproximar agressivamente dos dois, enquanto o Pastor do Pão puxava o outro homem pelo braço até ambos inserirem-se na massa humana formada na “fronteira”. Foi em uma configuração como essa que o Pastor do Pão foi detido alguns meses antes e processado por desacato à autoridade, figura jurídica muito comum no contexto da *Cracolândia*, que se configura por pouco ou quase nada, bastando que se discorde das ações, posturas e palavras dos guardas da GCM⁹³, mesmo que de forma não violenta ou ofensiva.

Aproximadamente cinco minutos antes da cena retratada acima, eu mesmo havia cruzado uma dessas “fronteiras”, saindo do sol escaldante e adentrando a parte da Alameda Dino Bueno para fumar um cigarro longe da aglomeração (cuidados pandêmicos) à sombra dos prédios que foram levantados no período em que eu estava realizando a pesquisa, no contexto de uma PPP habitacional que não contemplou nenhuma daqueles frequentadores ali presentes (GODINHO, 2020). Alguns guardas me olharam atônitos e dois se aproximaram de mim enquanto eu acendia o cigarro, quando um deles disse “Pois não, cidadão?!”. Fingindo-me de

urbano(ARANTES, 1994). Mais bibliografia sobre o tema pode ser encontrada em AGIER, 2015, 2016; DAS, 1999; FASSIN, 2011; FELTRAN, 2008, 2010

⁹³ Um caso que mostra como o “desacato” pode se converter em criminalização da pobreza é o da prisão de MC Kawex em 2019: “Kawex foi processado em 2014 por desacato a autoridade, foi condenado e recebeu uma “sentença restritiva de direitos”, ou seja, a Justiça de São Paulo decidiu que ele deveria pagar uma multa no valor de um salário mínimo. Como ele não cumpriu a ordem, a pena foi convertida em prisão de 7 meses em regime semiaberto. Ele sofre de epilepsia e apenas na tarde desta terça-feira voltou a tomar a medicação.

Falcone pondera que, considerando a situação de vulnerabilidade de Kawex, ele não teria como arcar com a multa e que, na visão dele, isso teria que ter sido considerado pelo Judiciário. “Ele tinha que pagar um salário mínimo de multa mesmo sendo morador de rua. Por não ter pago, ele está preso. Preso com o figurino que usou na apresentação do sábado. O nome disso é criminalização da pobreza”, escreveu o psiquiatra em seu Facebook.”

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/22/pm-prende-rapper-kawex-que-estava-indo-apresentar-peca-de-teatro-em-sp> Acesso em 24/08/2021

desentendido para saber qual seria a postura dos guardas, eu disse “Opa, tudo bem?”. O mesmo guarda disse então que eu deveria me manter para além da linha que eles estavam formando. Consenti com um movimento de cabeça e me afastei deles, sem mais nenhuma interação. Essa diferença abissal de tratamento entre as duas situações quase concomitantes demonstra o quanto as fronteiras simbólicas são mais porosas para uns do que para outros, a depender das marcas de diferenciação social que carregam. Nesse momento a tensão não se extravasou, ao contrário de tantos outros momentos, na forma de explosões de bomba de efeito moral ou tiros de balas de borracha.

O emprego desse tipo de violência é o tema do Dossiê que será apresentado no próximo subcapítulo.

9.2. APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Em 5 de abril de 2021, o coletivo A Craco Resiste publica em sua página do *Facebook* uma postagem com três elementos: um texto, um vídeo e um *link*. Reproduzo na íntegra o texto:

Não é confronto, é massacre

Desde dezembro, A Craco Resiste monitora com câmeras a região da Cracolândia, no centro de São Paulo. Temos, agora, diversos vídeos que comprovam a forma covarde como a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e a Polícia Militar agredem e humilham a população em situação de rua. São ataques de surpresa e sem necessidade com spray de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo. Socos e empurrões quando os guardas não sabem que estão sendo filmados. Isso enquanto as pessoas estão sentadas, distraídas ou simplesmente passando.

As imagens deixam claro que não existe razão para a imensa maioria das ações do que violentar de maneira cruel as pessoas em situação vulnerável. Não são desvios de conduta de dois guardas ou três policiais, é o projeto da Prefeitura de São Paulo que vem sendo denunciado pela Craco Resiste desde 2017. O projeto de expulsão das pessoas pobres do centro da cidade. A violência cotidiana também afeta às dezenas de famílias ameaçadas de despejo nos quarteirões marcados para a demolição na região da Luz.

O imenso desperdício de recursos públicos destinados para a violência policial poderiam ser parte de um programa que garantisse moradia, renda e saúde para a população do centro da cidade. Mas a prefeitura e o governo do estado querem entregar o coração da cidade para os grandes empresários que financiaram suas campanhas eleitorais ao longo dos últimos anos. Nós pagamos a conta como sociedade, mantendo milhares de pessoas em sofrimento com a violência e sensação de insegurança constante.

Convidamos a sempre que ouvirem falar da Cracolândia lembrarem dessas imagens e como as pessoas são tratadas pelo Poder Público na cidade de São Paulo. São cenas que não explicam tudo, mas mostram claramente que a prefeitura e o governo estadual não trabalham por uma “solução” para a região, são, sim, a principal fonte de problemas.

O relatório completo (vídeos e informações) está disponível em <https://naoeconfronto.weebly.com/>

(Fonte: <https://fb.watch/7BI9MQaeC5/>, acesso em 24/08/2021).

O vídeo tem a duração de três minutos e dez segundos, durante os quais oito episódios de violência por parte da GCM contra os frequentadores do *Fluxo* são exibidos. Sobre o formato da edição imagética do vídeo, o enquadramento e o posicionamento das câmeras são muito similares aos dos vídeos produzidos pelas “câmeras de segurança” operados pelas secretarias municipais de segurança municipal e estadual e que recorrentemente são divulgados em canais de mídia televisiva e *online*, com a exceção da marca d’água com o símbolo do coletivo no

canto inferior direito e alguns textos que chamam a atenção para algumas características das cenas a seguir.

Figura 12

Legenda: Frame do vídeo publicado em 05/04/2021 pelo coletivo A Craco Resiste, disponível na página <https://fb.watch/7BI9MQaeC5/>, acesso em 24/08/2021

Ao se *clicar* no *link* disponibilizado na publicação, somos direcionados a um *site* que se pode chamar de repositório do Dossiê. Este *site* divide-se em 5 “abas” principais:

- 1) *HOME* (Página Inicial);
- 2) DOSSIÊ;
- 3) RELATÓRIO DE MUNIÇÕES;
- 4) SOBRE O MOVIMENTO e
- 5) CONTATO.

Apesar de recomendar a visita ao *site* para se ter a experiência de “navegabilidade” em primeira mão, algo difícil de descrever, analisarei a seguir cada uma delas.

Na aba *HOME*, ou página inicial, reproduz-se o texto e o vídeo já publicados na página do coletivo no *Facebook*.

Na aba DOSSIÊ, mais uma vez o texto é reproduzido e então encontram-se 12 vídeos acompanhados de legendas textuais, sendo cada um deles de uma data diferentes, sendo que o mais curto tem a duração de 1 minuto e 28 segundos e o mais longo 16 minutos e 18 segundos, com uma média de duração de 6 minutos e 24 segundos. Ao final da aba, há a frase “As informações sobre os gastos com armamento foram obtidas via Lei de Acesso à Informação.” Grafada em negrito e abaixo dela um “botão” com a inscrição “RELATÓRIO E MUNIÇÕES” que ao *clique* direciona para a próxima aba

Na aba RELATÓRIO E MUNIÇÕES encontramos textos, tabelas e gráficos que reproduzirei abaixo na íntegra:

RELATÓRIO DE MUNIÇÕES

Desde setembro de 2020 A Craco Resiste vem solicitando via Lei de Acesso à Informação, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana os números de munições ditas não letais utilizadas nas ações policiais realizada na região da Cracolândia, no Bairro da Luz, centro de São Paulo, com discriminação do valor, modelo e fabricante da munição menos letal utilizada.

O objetivo deste relatório é entender o quanto de munição é usada nas ações, mas também quanto é o gasto despendido pela Prefeitura de São Paulo para vulnerabilizar mais ainda os frequentadores da região em meio à pandemia.

Os números não levam em consideração os valores gastos com salários da Guarda, a gasolina das viaturas, revisão dos carros entre outros.

Estes números dão apenas um panorama do interesse da prefeitura, que está muito mais focada na tentativa de exterminar um povo, ao invés de assistí-lo durante a pandemia.

BALA DE BORRACHA

Dentre as munições ditas menos letais empregadas pela Guarda Civil Metropolitana na região da Cracolândia, as balas de borracha foram as despendidas em maior quantidade entre setembro de 2020 e março de 2021. O modelo AM 403/PSR em questão é descrito pelo fabricante como um projétil de precisão e curto alcance. De acordo com o Guia de Uso de Armas Menos Letais na Aplicação da Lei divulgado pela ONU em junho de 2020, as chamadas munições de impacto controlado como os projéteis AM 403/PSR devem ser usadas somente na direção das pernas ou abaixo do abdômen. Conforme

revelam as imagens do dossiê, os guardas civis em atuação na região da Cracolândia parecem não seguir as mesmas diretrizes, apontando frequentemente as armas carregadas na direção do rosto e do tórax de indivíduos sem qualquer possibilidade de defesa.

GRANADA DE GÁS LACRIMOGÊNEO

As granadas de gás lacrimogêneo empregadas pela GCM na região da Cracolândia são do modelo GL 203/L - Carga Múltipla Lacrimogênea Quintupla, segundo o fabricante, ideais para o uso em média e longa distância. Além da possibilidade de ferimentos graves pelo impacto dos projéteis lançados, os efeitos potencialmente letais da exposição a irritantes químicos como o gás lacrimogêneo vão desde a dificuldade para

respirar até a asfixia e envenenamento químico, sobretudo no caso de idosos, gestantes e pessoas com doenças respiratórias. Em sua carta de posicionamento, a Omega Research Foundation afirma que tais riscos relacionados ao emprego de munições de carga química são potencializados na atual situação de pandemia do novo coronavírus, podendo agravar inflamações no sistema respiratório e aumentar as chances de contaminação. O gás lacrimogêneo e outros irritantes químicos, por isso, não devem ser usados em espaços confinados ou em que a possibilidade de dispersão do grupo de pessoas esteja bloqueada, o oposto do que mostram as imagens que compõem o dossiê.

CUSTO DE MUNIÇÃO

Via Lei de Acesso à Informação, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana declarou o preço de R\$ 31,32 por unidade de bala de borracha AM 403/PSR e de R\$ 356,20 por unidade de granada de gás lacrimogêneo GL 203/L, ambas produzidas e fornecidas à secretaria pela Condor S.A. Indústria Química. Somando as balas de borracha e granadas despendidas pela GCM na região da Cracolândia, o custo atingiu R\$ 14.201,28 em um único dia. Se considerado o intervalo entre setembro de 2020 e março de 2021, o saldo total de munições

convertido em dinheiro corresponde a pelo menos R\$ 60.247,12 que, de acordo com os dados orçamentários da própria prefeitura, possibilitaria a distribuição de mais de 6 mil refeições durante o período da pandemia.

É importante dizer que depois da publicação do Dossiê, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana parou de fornecer dados aos via Lei de Acesso à Informação.

Já na aba SOBRE O MOVIMENTO, é publicado o seguinte texto, apresentando resumidamente o coletivo:

A CRACO RESISTE

A Craco Resiste é um coletivo autônomo que atua desde dezembro de 2016 contra a violência policial na região da Cracolândia, no centro de São Paulo. Foi construído por militantes, pessoas que vivem, frequentam e trabalham nessa parte da cidade para se opor às ações da prefeitura e do governo do estado que buscam expulsar a população mais pobre dos bairros da Luz, Campos Elíseos, Bom Retiro e Santa Ifigênia.

Baseado na ética da redução de danos, o coletivo tem usado de diversas estratégias para enfrentar as violações de direitos humanos e mostrar que existem caminhos para garantir a dignidade de quem está em situação mais vulnerável. Nesses anos fez inúmeras denúncias e diversas ações buscando levar cultura, lazer, alimentação e água para a região.

Finalmente, na aba CONTATO, apresenta-se um curto texto: “Para mais informações sobre o movimento e o dossiê envie mensagem nas nossas redes. Ou mande e-mail para cracoresiste@gmail.com”.

9.3. TÁTICAS MILITANTES

Estratégia tem a ver com o estabelecimento de um objetivo e a formação de esquemas. Táticas têm a ver com a execução de esquemas. A estratégia é abstrata, as táticas são concretas. Expressando-o de maneira popular: a estratégia requer *reflexão*, a tática requer *observação*⁹⁴. (EUWE, 1937, p. 2, minha tradução, itálicos do autor)

Neste subcapítulo, analisarei como a publicização do Dossiê *Não é Confronto, É Massacre* foi usado taticamente pelos militantes do coletivo A Craco Resiste (ACR).

Com esse intuito, prefiro começar explicitando o que eu entendo por “tática” para melhor clareza dos argumentos que seguirei.

Na década de 1970, Michel de Certeau, intelectual francês, ainda sob o choque do Maio de 68, realiza estudos sobre

[...] os problemas da escola, das universidades, das minorias lingüísticas, sobre aquilo que constitui a cultura numa sociedade. Seu pensamento procura achar seu próprio caminho e seu objeto, e já identificou a sua verdadeira questão: “a questão indiscreta”: Como se criar?, que toma o lugar daquela que fora a “imperiosa urgência: ‘criar o quê e como?’” Nesta pergunta eu reconheço a primeira forma de inversão de perspectiva que fundamenta *A invenção do cotidiano*, deslocando a atenção do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos para a criação anônima, nascida da prática do desvio no uso desses produtos. (DE CERTEAU, 1998, p. 12)

A partir da relevância alcançada por seus escritos e por sua inserção no debate público, é convidado pelo órgão federal de pesquisas e estudos a refletir mais detidamente acerca das questões culturais. De 1974 a 1979 ele desenvolve esse trabalho e em 1980 é publicado o livro *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer* (DE CERTEAU, 1998), no qual de Certeau vai refletir mais detidamente sobre a distinção entre “táticas” e “estratégias”. Como não poderia dizer melhor do que ele próprio, transcrevo abaixo sua definição inicial:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir

⁹⁴ Max Euwe foi campeão mundial de xadrez nos anos 30. Ainda hoje o debate sobre táticas e estratégias permeiam os estudos teóricos acerca desse jogo.

de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”. (DE CERTEAU, 1998, pp. 45–6)

Com essa definição em mente, podemos dizer que a publicação do Dossiê *Não é Confronto, É Massacre* pelo coletivo ACR, é uma ação tática. Analisemos mais detidamente como ela opera a partir daquilo que não lhe é “próprio”. Por meio de uso de uma linguagem própria às forças policiais (as produzidas pelas câmeras de monitoramento⁹⁵), o dossiê utiliza-se do mesmo tipo de enquadramento. Por utilizar da linguagem do outro para subvertê-la, me vêm à mente mais uma formulação de Michel de Certeau, em trecho de um capítulo intitulado *Uma “arte” brasileira*:

Uma maneira de falar essa linguagem recebida a transforma em um canto de resistência, sem que essa metamorfose interna comprometa a sinceridade com a qual pode ser acreditada, nem a lucidez com a qual, aliás, se vêem as lutas e as desigualdades que se ocultam sob a ordem estabelecida.

Falando de modo mais geral, uma maneira de utilizar sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas. Uma prática da ordem construída por outros redistribui-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. [...] O que aí se chama sabedoria, define-se como *trampolinagem*⁹⁶, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nessas estratégias de

⁹⁵ Para um aprofundamento da crítica em relação aos equipamentos de vigilância, ver o excelente artigo de Fernanda Bruno intitulado *Contra-Manual Para Câmeras Inteligentes: Vigilância, Tecnologia e Percepção* (BRUNO, 2012).

⁹⁶ Roberta Costa também pensou sobre essas “trampolinagens” em sua dissertação de mestrado, relacionando-as à categoria nativa de “mumunha” no contexto das táticas militantes do coletivo “Sem ternos”, formado majoritariamente por trabalhadores da região da *Cracolândia*. (COSTA, 2017, pp. 139–149)

combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma tecnicidade. Scapin e Fígaro são apenas ecos literários desse modo de agir. Como a habilidade do motorista nas ruas de Roma ou de Nápoles, uma mestria que tem seus peritos e sua estética se exerce no labirinto dos poderes, recria sem cessar opacidade e ambigüidade – cantos de sombras e astúcias – no universo da transparência tecnocrática, aí se perde e aí se encontra sem precisar assumir a gestão de uma totalidade. Até o campo da desventura aí é refeito por essa combinação do manipular e do gozar. (DE CERTEAU, 1998, pp. 73–4)

Esse jogo com a linguagem alheia operado no Dossiê produz um efeito de trazer ao reconhecimento vidas que antes era tidas como menos-que-humanas, como “zumbis”. Judith Butler, em diálogo com as categorias de “enquadramento” propostas por Goffman, escreve:

Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras. Por um lado, procuro chamar a atenção para o problema epistemológico levantado pela questão do enquadramento: as molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como perdida ou lesada (suscetível de ser perdida ou lesada) estão politicamente saturadas. Elas são em si mesmas operações de poder.

[...] A condição precária da vida nos impõe uma obrigação. Devemos nos perguntar em que condições torna-se possível apreender uma vida, ou um conjunto de vidas, como precária, e em que condições isso se torna menos possível ou mesmo impossível.

[...] A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida ou, melhor dizendo, como parte da vida. Desse modo, a produção normativa da ontologia cria o problema epistemológico de apreender uma vida, o que, por sua vez, dá origem ao problema ético de definir o que é reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação e a violência. [...] Os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o “ser” do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento. (BUTLER, 2015, pp. 12–16)

Essas reflexões me parecem fundamentais para entender a importância dessa tática, uma vez que vimos em outros pontos dessa dissertação o quanto a estigmatização em relação à população que frequenta assiduamente o *Fluxo* é fundamental para sua vilipendiação e a operação de violências simbólicas e físicas.

9.4. REPERCUSSÃO NA ARENA PÚBLICA

“uma arena pública é uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência.(CEFAÏ, 2017a, p. 200)”

Por meio de uma retomada das lições pragmatistas (que tem o filósofo John Dewey como seu nome mais célebre) Cefaï desenvolve uma “sociologia dos problemas públicos”, nos fornecendo categorias muito potentes para pensar, entre eles a de “arena pública”. Segundo Cefaï,

[...] o conceito de arena pública [...] começou a ser elaborado no final dos anos 1990. O que estava em jogo era, de um lado, reconectar o estudo dos problemas sociais com a história da filosofia pragmatista e da sociologia de Chicago, mostrando sua importância para uma pesquisa sobre a democracia; de outro, diferenciar-se dos enfoques em termos de esfera pública no sentido de Jürgen Habermas, mas também de mercado e de campo, retrabalhando a noção de “público” a partir de John Dewey, Robert E. Park e George H. Mead. Pouco a pouco, foi uma ecologia da experiência e da ação pública que se desenhou, como fundamento de uma democracia centrada na definição e na resolução de problemas públicos. Uma perspectiva pragmatista em contraponto às pesquisas realizadas em ciência política sobre a mudança institucional, o aprendizado evolutivo, a inclusão na agenda e a fábrica das políticas públicas. (CEFAÏ, 2017a, p. 188)

Ao analisar as contribuições do pragmatismo francês para as ciências sociais, Henrique Antunes escreve o seguinte sobre o conceito de arena pública:

De acordo com Cefaï, uma arena pública é configurada a partir das irregularidades e multiplicidades de interações, as quais culminam em processos de publicização, propiciando a produção de bens comuns ou causas públicas. Deste modo, argumenta o sociólogo, uma arena pública se desdobra dentro do quadro estabelecido por hierarquias de princípios constitucionais, dispositivos legais, marcos institucionais e lógicas organizacionais, em cenas políticas, administrativas, judiciais e midiáticas, assim como nas cenas do cotidiano dos cidadãos. Tais momentos, nos quais são frequentes processos de formação da opinião pública e do surgimento de normas éticas e legais de convivência, constituem o elemento central de uma análise que parte da noção de arena pública (CEFAÏ, 2002, p. 84). (ANTUNES, 2020, p. 71)

A partir dessa configuração, podemos dizer que a publicização do Dossiê provoca alguns deslocamentos na arena pública de apreciação do problema público *Cracolândia*. Essa dissertação não pretende fazer uma genealogia completa da gênese da *Cracolândia* enquanto problema público. No entanto, é possível descrever como se deram os fluxos de recepção do Dossiê por alguns “públicos”.

O Dossiê foi publicado no dia 05 de abril. Até o final do dia 06, quatro canais midiáticos de comunicação (Agência Brasil, Brasil OnLine, G1 e Rede Brasil Atual) já haviam dado destaque às denúncias contidas no Dossiê, o que indica uma articulação de bastidores prévia por parte do coletivo com ao menos alguns canais de notícias. Para além disso, a matéria do G1, publicada às 11h da manhã do dia 05, indica que Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP e a Defensoria Pública já reportavam terem recebido as denúncias⁹⁷.

Todas as reportagens repercutiram a parte do dossiê tratando dos vídeos, no entanto sem repercutir os dados referentes ao uso e o custo das munições utilizadas, o que indica uma hipertrofia do sentido visual em detrimento de outros.

A repercussão nos meios políticos institucionais teve seu primeiro capítulo na publicação no dia 31 de abril de uma petição⁹⁸ da Promotoria de Justiça e Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo, ajuizando uma ação civil pública indicando “abuso de poder e desvio de finalidade” por parte da GCM que precisavam ser corrigidos. A petição traz ainda um histórico da atuação violenta e com “desvio de função” por parte da GCM desde 2017. Transcrevo abaixo o trecho da petição que guarda relação com o Dossiê:

1.7 E segue a situação em 2021.

A Comissão de Direitos Humanos da Seção São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, em abril de 2021, protocolizou representação nesta Promotoria de Justiça, encaminhando imagens produzidas pela organização não governamental "A Craco Resiste", dando conta de ações violentas e truculentas da Guarda Civil Metropolitana em face de pessoas em situação de rua e usuários de drogas na cena de uso conhecida como Cracolândia, no bairro da Luz. Os vídeos vêm acompanhados de considerações jurídicas de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil e está igualmente juntada aos autos.

⁹⁷ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/05/craco-resiste-divulga-videos-com-acoes-violentas-da-gcm-na-cracolandia-durante-pandemia.ghtml> Acesso em 21/08/2021

⁹⁸ Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=2684088.PDF Acesso em 21/08/2021

São 12 vídeos sem edição e um vídeo editado, sendo que este foi composto com imagens extraídas dos outros e conta com sonorização; tem 3min11 de duração.

Os vídeos são datados e tem a seguinte duração:

- 31 de dezembro de 2020, 18h35, 5min52;
- 16 de janeiro de 2021, 19h48, 14min30;
- 20 de janeiro de 2021, 17h, 7min43;
- 29 de janeiro de 2021, 21h42, 2min54;
- 30 de janeiro de 2021, 7h06, 5min55;
- 20 de fevereiro de 2021, 17h15, 2min17;
- 05 de março de 2021, 11h04, 2min48;
- 09 de março de 2021, 6h18, 5min12;
- 12 de março de 2021, 17h16, 1min29;
- 16 de março de 2021, 10h18, 1min51;
- 27 de março de 2021, 15h06, 10min32
- 29 de março de 2021, 17h26, 16min17.

Os vídeos demonstram mais uma vez e de modo inquestionável, que ao contrário do que a Municipalidade costuma sustentar, as ações da Guarda Civil Metropolitana contra os usuários de drogas na região não acontecem em resposta às provocações e agressões destes. Como são filmagens protraídas no tempo, e não recortes que exibam apenas o exato momento do conflito, é possível perceber que em várias ocasiões a iniciativa das agressões é dos agentes da GCM. Sem qualquer provocação, passam a disparar bombas contra o “fluxo” e provocam grande correria e dispersão de pessoas, propiciando condições para mais violência e truculência.

Esses vídeos acima mencionados e que estão juntados a esta petição inicial são prova robusta do quanto aqui se alega, demonstrando a atuação habitualmente violenta e truculenta da Guarda Civil Metropolitana naquele deteriorado território da metrópole, e confirmando sua ilegal atuação com finalidade policial.

No dia 13 de maio, uma reunião extraordinária virtual da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania foi realizada com o tema da “violência policial na Cracolândia”. O vídeo publicado na página do *Facebook* foi exibido em sua íntegra e três militantes do coletivo ACR falaram nessa reunião.⁹⁹

⁹⁹ Fonte: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/comissao-de-direitos-humanos-discute-violencia-policial-na-cracolandia/> Acesso em 21/08/2021

No dia 11 de junho, o Sindicato das Guardas Civis Metropolitanas de São Paulo informou que ingressou como *Amicus Curiae*, na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de São Paulo contra a atuação da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo na região:

[...] O Sindguardas-SP concorda com o Ministério Público apenas no que se refere à retirada do policiamento da Guarda Civil Metropolitana daquele local de colapso social. Com isso estamos de pleno acordo: **NÃO HÁ RAZÃO PARA A MANUTENÇÃO DO POLICIAMENTO DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA NO LOCAL, SE OS DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS ABANDONARAM TAL DEMANDA!**

Assim, optamos pela condição de *Amicus Curiae*, onde poderemos enriquecer o debate litigioso, informando relevantíssimos fatos ao Juízo e opinando pela retirada do policiamento da Guarda Civil Metropolitana da Cracolândia. E assim o faremos.

100

No entanto, no dia 19 de julho o poder público municipal dobrou o efetivo da guarda que atua na *Cracolândia*, com objetivo declarado de intensificar a revista dos dependentes químicos que circulam na região, justamente um dos pontos que o Ministério Público listou em sua petição como “ação ilegal”. Esse descompasso entre o Sindicato e a Prefeitura demonstra ainda outras disputas políticas.

No dia 30 de julho, o Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, publicou no Diário Oficial um decreto em que libera o valor de R\$ 400 mil para a compra de 10 fuzis e 25 carabinas para a Guarda Civil Metropolitana (GCM), dobrando a aposta na lógica da militarização da GCM. A decisão teve repercussão na mídia, com “especialistas” se posicionando criticamente.¹⁰¹

A partir do dia 22 de julho a arena pública foi inundada por matérias¹⁰² a respeito da prisão de Lorraine Bauer, “Gatinha da Cracolândia”, deslocando o foco de atenção para

¹⁰⁰ Fonte: <http://www.sindguardas-sp.org.br/site/NoticiaInterna/1282/sindguardas-sp-ingressa-na-acao-do-ministerio-publico-que-trata-da-atuacao-da-gcm-na-cracolandia> Acesso em 21/08/2021

¹⁰¹ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/03/nunes-libera-r-400-mil-para-compra-de-fuzis-pela-gcm-especialistas-criticam-papel-da-guarda-esta-sendo-> Acesso em 21/08/2021 desvirtuado.ghtml?fbclid=IwAR3XaKnaPabf7Zl42ZrKjR78C3sxJYCPatUy-HNNN3qyMXzq3We99Fke3Kw Acesso em 24/08/2021

¹⁰² Numa pesquisa não exaustiva, encontrei 29 reportagens dos mais diversos meios de comunicação repercutindo a sua prisão.

curiosidades em relação à mesma e paralelamente às ações da polícia no “combate ao tráfico”. A personagem foi caracterizada pela polícia como “chefe do tráfico”, enquanto a mídia a dava outras alcunhas como “estudante de direito” e “influenciadora digital”.

No começo de agosto, no dia 1º, o *Fantástico* veiculou uma reportagem intitulada *Imagens exclusivas mostram operação policial que prendeu jovem na Cracolândia*¹⁰³, dando destaque à operação que levou à prisão de Lorraine Bauer, a famigerada “gatinha”, além de veicular um infográfico que corroborava a teoria sociológica policial a respeito do funcionamento do tráfico na *Cracolândia*. Roberto Monteiro, o delegado de polícia responsável pela operação, disse que os traficantes lucram R\$ 200 milhões por ano, sem, no entanto, mostrar mais dados que corroborassem a sua afirmação. Há também a justificativa para ações “mais duras” durante aos horários de limpeza, pois eles justificam que durante as limpezas as tendas, onde supostamente se venderiam as drogas, se locomoviam.

O coletivo ACR disputa as estimativas de lucro apresentadas em uma publicação no *Facebook*, do dia 09 de agosto intitulada *Cracolândia: a violência é cara, cega e não funciona:*

A história ameaça se repetir mais uma vez na Cracolândia. Aconteceu em 2012, em 2017 e já se fala abertamente de fazer de novo em 2021: gastar muito dinheiro para ferir e violentar centenas de pessoas em situação vulnerável no centro de São Paulo com o pretexto de acabar com o comércio ilegal de drogas. A sombra da mega operação policial está de novo nos discursos e ações das autoridades. Uma política que desperdiça muito dinheiro e não traz nenhum resultado positivo para a cidade. Afinal ninguém deixa de usar drogas ou sai da situação de rua porque sofreu violência. Na verdade, as diversas formas de violência são fatores que levam as pessoas à situação de vulnerabilidade.

Desde o início da pandemia, a Prefeitura abandonou completamente os serviços de atendimento e social na região da Luz e deixou como única política pública a pancadaria da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Supostamente, as bombas de gás e as balas de borracha disparadas cotidianamente na Cracolândia são um combate ao chamado tráfico de drogas. Mas a conta não fecha.

Gasta mais do que apreende

Em todo o ano de 2020 a GCM afirma ter apreendido R\$ 42,5 mil em dinheiro na Cracolândia. A informação faz parte da argumentação da Prefeitura de São Paulo contra a ação civil pública movida pelo Ministério Público para que a guarda deixe de

¹⁰³ Link para acesso: <https://globoplay.globo.com/v/9733695/> Acesso em 24/08/2021

atuar como polícia na região. Até o sindicato da GCM é a favor que a guarda saia da Cracolândia e entrou como parte nessa ação civil pública.

O valor apreendido em dinheiro em um ano é menor do que o gasto entre setembro de 2020 e março de 2021 só com bombas de gás e balas de borracha. Segundo informações levantadas via Lei de Acesso à Informação pela A Craco Resiste no dossiê Não é Confronto, É Massacre, a GCM gastou nesses sete meses mais de R\$ 60 mil reais com as chamadas munições menos letais. Isso sem contar os gastos com combustível das viaturas e o próprio salário dos guardas. É exatamente isso, a GCM muito gasta mais em bomba do que apreende em dinheiro nas ações na Cracolândia. E os gastos de uma mega operação policial tem cifras muito maiores do que estas ações cotidianas.

Em drogas, foram em todo o ano de 2020, apreendidos pela GCM 9,8 quilos de crack, 11,3 quilos de maconha e 2,3 quilos de cocaína. São 23 quilos de drogas em um ano. Mesmo nos cálculos da própria Polícia Civil sobre o faturamento no varejo do tráfico, esse volume de drogas ficaria em torno de R\$ 500 mil (valor que ainda segundo a polícia, uma única “traficante”, a chamada “Gatinha da Cracolândia” supostamente faturava em um mês). Só em uma mochila no avião da comitiva presidencial em 2019, a polícia espanhola achou quase o dobro - 39 quilos - de cocaína pura (droga de valor muito maior).

É preciso questionar que tráfico é esse que está sendo combatido com operações que podem gastar em um único dia mais de R\$ 14 mil só em bombas de gás e balas de borracha que atingem centenas de pessoas sem moradia e desamparadas de qualquer outro serviço público que não a violência. Só em 2020, ao menos duas pessoas perderam o olho nessas operações.

Apesar dos relatórios policiais recheados com imagens de drones e câmeras escondidas, os únicos milhões que aparecem são os gastos na repressão policial. As prisões dos ditos “líderes” do tráfico não parecem mudar a rotina do território. Mesmo com a completa falta de resultados práticos das ações da GCM na Cracolândia, a tropa de choque da corporação vai receber fuzis ao custo de R\$ 400 mil dos cofres da prefeitura.

Moradia primeiro

Voltamos a exigir uma política que tenha foco em ajudar as pessoas em situação vulnerável, estruturada centralmente na oferta de moradia social. Exemplos em diversas partes do mundo mostram que ao cuidar de problemas como a falta de moradia e a incapacidade de gerar renda, o próprio consumo de drogas tende a diminuir. É a porta para as pessoas se reorganizarem, com a oferta de serviços públicos que garantam o acesso à saúde e apoio social.

Não podemos aceitar que a prefeitura e o governo do estado continuem a disfarçar o processo de expulsão da população pobre do centro de São Paulo com um suposto combate ao tráfico de drogas. O dinheiro deve ser investido nas pessoas, não para garantir os lucros imobiliários de mega empresários.

A Craco Resiste¹⁰⁴

Outro assunto que ganhou destaque nacional envolvendo a *Cracolândia* foi o embate entre o padre Julio Lancelotti e a deputada federal por São Paulo, Janaína Paschoal. O padre

¹⁰⁴ Link para acesso: <https://www.facebook.com/ACracoResiste/posts/2878115039106524> Acesso em 25/08/2021

Julio é coordenador da Pastoral do Povo de Rua, que realiza ações de caridade no centro de São Paulo, por vezes na *Cracolândia*. No dia 07 de agosto ele postou em suas redes sociais que a Polícia Militar havia impedido voluntários ligados à Pastoral de distribuírem alimentos na região da *Cracolândia*. No *Twitter*, a deputada Janaína Paschoal comentou uma reportagem que noticiava a denúncia do padre com o seguinte texto:

“As pessoas que moram e trabalham naquela região já não aguentam mais. O Padre e os voluntários ajudariam se convencessem seus assistidos a se tratarem e irem para os abrigos. A distribuição de alimentos na Cracolândia só ajuda o crime. O tema precisa ser debatido com honestidade.”¹⁰⁵

O embate entre os dois gerou relevante cobertura midiática, posicionamentos em redes sociais, mobilizando diferentes públicos acerca do que seria o bem comum.

Levantei todos esses assuntos para mostrar como a Arena Pública é uma

[...] “constelação de cenas que se sobrepõem umas às outras, que abrem para bastidores de geometria variável, em que os graus de publicidade são determinados pelos enquadramentos dos atores e cujos auditórios mudam ao sabor das performances”. O estudo da constituição de uma experiência pública assume a forma de uma ecologia da atenção do público que pode ser estudada por ela mesma. [...] A atenção pública não apenas segue ciclos, mas se organiza mediante uma arquitetura de *implicações dominantes e subordinadas, principais e secundárias*. Às vezes, um problema público desaparece, outras vezes se institucionaliza, mas sempre articula novas situações de prova que são outras tantas implicações de disputas, de fixação de interesses e de produção de experiências. Em torno de cada problema estende-se um campo de problematização em que rosários de problemas se sobredeterminam uns aos outros, geram-se temporalmente ou se condicionam na prática – a não ser que façam obstáculo e se ocultem uns aos outros. A configuração do campo de atenção pública se transforma com sua estrutura organizada em torno de um tema, de seus horizontes e de suas margens. (CEFAI, 2017b, p. 137).

O campo de atenção pública, no caso da arena pública envolvendo a *Cracolândia* é lançado num caleidoscópio de fatos, narrativas, imagens que se sucedem umas às outras. Algumas “soluções”, no entanto, parecem persistir aos embates dos atores: por exemplo, a escalada militarizante da GCM patrocinada pela Prefeitura, apesar de embates contrários por uma gama muito diversificada de atores.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://twitter.com/JanainaDoBrasil/status/1424177654790504449?s=20> Acesso em 21/08/2021

Ao comparar o tempo e a extensão da captura da atenção pública, gerados pela publicação do Dossiê, com outros assuntos e ações relativos a problemas públicos concernentes à *Cracolândia*, desde abril até agosto de 2021, impressiona que essa ação tática ganhe destaque igual ou maior que outras organizações e instituições com mais recursos materiais.

Nos bastidores da cena jurídica (CEFAÏ, 2017b, pp. 137–8), opera-se desde o período eleitoral de 2020 uma ofensiva de cunho criminalizante contra alguns integrantes do coletivo ACR. O coletivo só toma conhecimento desses fatos alguns meses depois e a partir de maio de 2021 alguns integrantes passam a receber intimações do Departamento de Narcóticos (DENARC) da Polícia Civil. Isso gera uma movimentação intensa nos bastidores do coletivo, pois mais um problema público (ainda que não publicizado até então) que exige sua definição por meio de indagações, experimentações e discussões; formação de novos arranjos de ação tática, reconhecimento e definição de aliados e oponentes. Decisões e discussões a respeito da conveniência ou não de se publicizar a situação problemática, tornando-a assim efetivamente um problema público está na ordem do dia. Sobre esse estado de coisas prefiro não me alongar por questões éticas e por preocupações com relação a companheiros a quem aprendi a respeitar e com quem aprendo tanto.

A teoria dos problemas e arenas públicas é também uma teoria a respeito da formação de públicos em um ambiente de profundo *ethos* democrático, ainda que haja dissensos. No entanto, enquanto escrevo essas últimas linhas, leio a seguinte manchete: *PMs impulsionam atos para o 7 de Setembro com críticas ao STF e autoridades em pelo menos 6 Estados*¹⁰⁶. Lembro então do questionamento do filósofo e professor Marcos Nobre a Daniel Cefaï na

¹⁰⁶ Fonte: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pms-impulsionam-atos-para-o-7-de-setembro-com-criticas-ao-stf-e-autoridades,70003819428> Acesso em 25/08/2021

ocasião em que esteve último esteve no CEBRAP¹⁰⁷: “É possível fazer essa reconstrução do público sem o conceito de Democracia? Descritivamente, os processos de democratização que estamos vendo não são processos republicanos de democratização”. Penso então em tantas outras reconstruções que se farão necessárias, se serão possíveis ou não e se em algum momento um *ethos* efetivamente democrático se dará nessas terras. Penso então que de Certeau escreveu sobre os lavradores de Pernambuco em plena ditadura militar e neles reconheceu uma “arte” brasileira:

No que dizia respeito à relação efetiva das forças, o discurso de lucidez trapaceava com as palavras falsificadas e também com a proibição de dizer, para mostrar em toda a parte uma injustiça – não só a dos poderes estabelecidos mas, de modo mais profundo, a da história: reconhecia nesta injustiça uma ordem das coisas, em que nada autorizava a esperar a mudança. É sempre assim, é o que se via todo dia. Mas não se concedia nenhuma legitimidade a esse estado de fato. Pelo contrário, embora sendo uma realidade sempre repetida, esta relação de forças nem por isso se tornava mais aceitável. O fato não era aceitável como uma lei, mesmo sendo sempre um fato. Tomada numa dependência, obrigada a obedecer aos fatos, essa convicção opunha no entanto uma radical recusa ao estatuto da ordem que se impõe como natural e um protesto ético contra sua fatalidade. (DE CERTEAU, 1998, pp. 72-73)

Que mesmo no campo da desventura possamos manter a sabedoria, a *trapaçaria*, a astúcia e a esperteza.

¹⁰⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=cefai+cebrap Interação a partir de 1:11:40. Acesso em 25/08/2021

10 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa tentei mostrar por meio de uma etnografia “ao rés do chão” as diferentes maneiras como o poder público privatizado pode causar sofrimento, tanto se imiscuindo de suas responsabilidades de prover um cuidado em saúde verdadeiramente público, mas também por meio de ações repressivas diretas contra uma população já estigmatizada socialmente. Também trago uma reflexão a respeito de como cidadãos organizam-se para contraporem-se aos “problemas públicos” que definem por meio de uma série de ações e técnicas forjadas coletivamente.

O avanço de estratégias de privatização de bens públicos no geral e da saúde pública em particular, bem como suas consequências para o bem-estar de profissionais de saúde e da população atendida, encontram-se no centro dessas reflexões. Essa “gestão” privada dos bens públicos, no entanto, não impõe ao trabalho uma disciplina baseada em normas e procedimentos claros¹⁰⁸; em outras palavras, não se diz como realizar o trabalho (inclusive há falta de reflexão justamente nesse ponto), mas sim como “demonstrar o trabalho” – é esse afinal o sentido último dos indicadores “de produção” a que as equipes de saúde estão submetidas. Estudos sobre o “neoliberalismo” demonstram (CÔRTEZ, 2012; FOUCAULT, 2008; LAVAL; DARDOT, 2016; SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021) que as formas de governo e suas tecnologias contemporâneas passam menos por dizer como as coisas devem ser feitas, e mais por criar um

108 Distanciando-se, portanto, do tipo ideal burocrático analisado por Marx Weber em um dos textos da coleção *Ensaio de Sociologia*, por ir na direção contrária dos três pontos pelos quais o autor definiu o conceito, a saber: “A burocracia moderna funciona da seguinte forma específica:

I. Rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas.

1. As atividades regulares necessárias aos objetivos da estrutura governada burocraticamente são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais.

2. A autoridade de dar ordens necessárias à execução desses deveres. oficiais se distribui de forma estável, sendo rigorosamente delimitada pelas normas relacionadas com os meios de coerção físicos, sacerdotais ou outros. que possam ser colocados à disposição dos funcionários ou autoridades.

3. Tomam-se medidas metódicas para a realização regular e contínua desses deveres e para a execução dos direitos correspondentes; somente as pessoas que têm qualificações previstas por um regulamento geral são empregadas.” (WEBER, 1982, p. 229)

campo ideológico (subjetivo, sociológico) no qual as coisas devem ser feitas, pois não há alternativa possível¹⁰⁹.

A lógica do Estado enquanto “regulador” e não “provedor” dos bens públicos mostra-se em sua ponta, no Estado efetivamente percebido pelos cidadãos, como uma regulação frouxa e meramente quantitativa, no pior sentido do termo, “uma vez que dados numéricos só tem validade e pertinência conforme as condições de sua coleta” (DE CERTEAU, 1998, p. 15).¹¹⁰ Reflexões éticas e profundas sobre o que é o “cuidar”, tão necessárias em contextos de profunda desigualdade, indignidade e sofrimento produzidos política e socialmente são deixadas de lado em nome de uma “gestão” preocupada com o alcance de metas de produção que espolia os trabalhadores dos canais necessários à produção e escoamento da apreensão crítica de seu próprio trabalho. Ao ter que cumprir metas de produção quantitativas sem a reflexão necessária, atuando em contextos profissionais (“produção” da Saúde) e geográficos (*Cracolândia*) de grande complexidade, sem no entanto encontrar o apoio necessário (seja de formação, seja da organização coletiva, seja de condições não adoecedoras de trabalho), o trabalhador acaba alienado¹¹¹ de seu próprio trabalho, impedido de desempenhar a “destreza tática e alegria de

¹⁰⁹ Sobre a questão específica da falta de alternativa ver Realismo Capitalista de Mark Fisher, o capítulo A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral no livro *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021, pp. 17–46) e o artigo de Slavoj Žižek intitulado A Chantagem Liberal, disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/567374-a-chantagem-liberal>, data de acesso: 24/08/2021

¹¹⁰ Para uma reflexão original de Michel de Certeau acerca desse tema, ver os trechos intitulados *Trajetórias, táticas e retórica* e *A instituição do real* no livro *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer* (DE CERTEAU, 1998, pp. 259–62).

¹¹¹ O debate acerca do trabalho alienado começa com Karl Marx, no livro *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, onde encontramos a seguinte passagem: “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entiuserung*).

uma tecnicidade” (DE CERTEAU, 1998, p. 79) tão necessárias à realização humana potente e criativa. Assim, “problemas públicos” não são resolvidos, mas geridos por essa lógica privada e, por isso, podem até ter a capacidade de gerar lucro, claro está que para uma parcela mínima em detrimento de uma grande maioria que se vê privada (!) de bens públicos.

Em outro eixo, analisei algumas ações e táticas de luta de coletivos ou pessoas organizadas coletivamente que, na chave do ativismo e da militância, tentam resistir como podem às estratégias macropolíticas e econômicas que muito as transcendem, mas que, no entanto, produzem distúrbios ambientais que por uma série de operações são elevados à condição de problemas públicos concretos, produtores de sofrimento, injustiças e indignidade. Trago exemplos tanto de ações diretas quanto de emprego de táticas que visam a “publicização” de “problemas públicos” no âmbito de uma “arena pública” concernente à *Cracolândia* paulistana.

Espero ter alcançado o objetivo de contribuir para o entendimento desses temas prementes.

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (MARX, 2004, p. 80).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, R. DE C. F. A etnografia e o trânsito das vulnerabilidades em territórios de resistências, registros, narrativas e reflexões a partir da Cracolândia. **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change**, v. 4, n. 2, p. 21–31, 2013.
- AGIER, M. Between war and city: Towards an urban anthropology of refugee camps. **Ethnography**, v. 3, n. 3, p. 317–341, 2002.
- AGIER, M. **Antropologia da Cidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AGIER, M. **Borderlands: towards an anthropology of the cosmopolitan condition**. Malden: Polity Press, 2015.
- AGIER, M. Nova Cosmópolis: as fronteiras como objetos de conflito no mundo contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 91, 2016.
- AMPARO, A. G. Corpo e território: perspectivas de quilombo a partir da “cracolândia.” **Jornal USP**, p. 1- 3 (online), 17 nov. 2020.
- ANTUNES, H. F. Sobre momentos críticos, problemas públicos e arena pública. **Revista Aurora**, v. 13, 2, 53–76. 2020.
- ARANTES, A. A. A Guerra dos Lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 23, p. 191–203, 1994.
- BASTOS, F. I. P. M. et al. (EDS.). **III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira (III LNUD)**. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2017.
- BEY, H. **TAZ - Zona Autônoma Temporária**. [s.l.] BADERNA, 2013.
- BIONDI, K. Pesquisar (n)o crime: A transformação das dificuldades pragmáticas em prazer analítico. **Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)**, v. 26, n. 1, p. 294–308, 2017.
- BOURGOIS, P. **In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2006.
- BOURGOIS, P.; SCHONBERG, J. **Righteous Dopefiend**. Berkeley: University of California Press, 2009.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da reforma do Estado, Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1995.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. RESOLUÇÃO Nº 196, DE 10 DE OUTUBRO DE 1996. Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. 1996.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRETCH, B. **Poems: 1913-1956**. London: Methuen, 1967.
- BRUNO, F. Contra-Manual Para Câmeras Inteligentes: Vigilância, Tecnologia e Percepção. **Galáxia**, v. 12, n. 24, p. 47–63, 2012.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

- CALIL, T. G. **Condições do lugar: relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia**. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2015.
- CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, O. **Negro Drama – uma etnografia sobre famílias de usuários de substâncias tornadas ilícitas**. Tese (Doutorado). São Paulo. São Paulo, 2017.
- CEFAÏ, D. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 1, p. 187–213, 2017a.
- CEFAÏ, D. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 129–142, 2017b.
- CLASTRES, P. **A Sociedade Contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2003a.
- CLASTRES, P. Troca e poder: filosofia da chefia indígena. In: **A sociedade contra o Estado - pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2003b. pp. 43–64.
- CLASTRES, P. A questão do poder nas sociedades primitivas. In: **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. pp. 75-88.
- CLEMENTE, M. DOS S. **Cracolândia: dia a dia**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.
- CONTREIRAS, H.; MATTA, G. C. Privatização da gestão do sistema municipal de saúde por meio de Organizações Sociais na cidade de São Paulo, Brasil: caracterização e análise da regulação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 2, p. 285–297, 2015.
- CÔRTEZ, M. M. P. **Diabo e Fluoxetina: formas de gestão da diferença**. Tese (Doutorado). Campinas, 2012.
- COSTA, R. **Mil Fitas na Cracolândia: Amanhã é Domingo e a Craco Resiste**. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2017
- DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, 1999.
- DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DURKHEIM, É. **O Suicídio**. [s.l.] Presença, 1978.
- EUWE, M. **Strategy & Tactics in Chess**. New York: David McKay, 1937.
- FASSIN, D. Policing Borders, Producing Boundaries. The Governmentality of Immigration in Dark Times. **Annual Review of Anthropology**, v. 40, p. 213–226, 2011.
- FASSIN, D. **Enforcing Order: An Ethnography of Urban Policing**. Cambridge: Polity Press, 2013.
- FASSIN, D. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França. **Ponto Urbe**, v. 15, 2015a.
- FASSIN, D. Introduction: Governing Precarity. In: FASSIN, D. et al. (Eds.). **At the Heart of the State: The Moral World of Institutions**. London: Pluto Press, 2015b. p. 1–14.
- FELTRAN, G. D. S. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese (Doutorado) Campinas, 2008.

FELTRAN, G. D. S. Margens da Política, Fronteiras da Violência: Uma ação coletiva nas periferias de São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 79, p. 201–233, 2010.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREI, A. E. **Reinserções, inserções e deserções: cartografia do dispositivo “reinserção social” para adolescentes com histórico do uso abusivo de álcool e outras drogas**. Tese (Doutorado) São Paulo, 2019.

FROMM, D. **O “fim da Cracolândia”: etnografia de uma aporia urbana**. Dissertação (Mestrado). Campinas, 2017.

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Edusp, 2000.

FRÚGOLI JR., H. Ativismos Urbanos Em São Paulo. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, p. 75–86, 2018.

FRÚGOLI JR., H.; SKLAIR, J. O bairro da Luz em São Paulo: Questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrificação. **Cuadernos de Antropología Social**, v. 30, p. 119–136, 2009.

FRÚGOLI JR., H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 6, p. 1–25, ago. 2010.

GODINHO, A. M. **Mobilização do espaço e violência juridificada na área central de São Paulo: a incidência da PPP Habitacional sobre a região da Luz a partir da chamada Cracolândia**. Trabalho de Graduação Individual. São Paulo, 2020.

GOFFMAN, E. **Encounters: Two Studies in the Sociology of Interaction**. Middlesex: Penguin, 1961.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GRAEBER, D. **Direct Action: an ethnography**. Edinburgh: AK Press, 2009.

GUIMARÃES ROSA, J. A terceira margem do rio. In: **Primeiras Estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HARTMAN, D. M.; GOLUB, A. The Social Construction of the Crack Epidemic in the Print Media. **Journal of Psychoactive Drugs**, v. 31, n. 4, p. 423–433, 1999.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2016. **Contas Nacionais**, n. 63, p. 1–12, 2018.

INGOLD, T. Quando a formiga se encontra com a aranha: teoria social para artrópodes. In: **Estar Vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, T. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis: Vozes, 2019.

JONES, T.; GILLIAM, T. **The Meaning of Life**. England: Kentel Production, The Monty Python Partnership, Universal City Studios, 1983.

LARANJEIRA, R. et al. (EDS.). **II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD)**. São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), Universidade Federal de São Paulo, 2014.

- LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUSC, 2012.
- LAVAL, C.; DARDOT, P. **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LOPES, E. P. O tratamento ao usuário de crack nas páginas policiais dos jornais brasileiros. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 7, n. 3, 2013.
- MACRAE, E. J. B. DAS N.; VIDAL, S. S. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. **Revista de Antropologia**, v. 49, n. 2, p. 645–666, dez. 2006.
- MALLART, F.; RUI, T. **Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundo e os dispositivos de controle**. 39º Encontro Anual da Anpocs. GT34 - Sobre periferias: novos conflitos no espaço público. **Anais...Caxambu**, MG: 2015. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt34/9763-por-uma-etnografia-das-transversalidades-urbanas-entre-o-mundao-e-os-dispositivos-de-controle/file>>. Acesso em: 12 ago. 2020
- MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2009.
- MARTINEZ, M. M. **Redes do cuidado: etnografia de aparatos de gestão intersetorial para usuários de drogas**. Tese (Doutorado). São Carlos, 2016
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MAUSS, M. As técnicas do Corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 399–422.
- MELLO, D. Quem são os zumbis da cracolândia? **Quilombo Invisível**, p. 1- 3 (online), 15 nov. 2020.
- MELLO, G. A.; FONTANELLA, B. J. B.; DEMARZO, M. M. P. Atenção Básica e Atenção Primária à Saúde - Origens e diferenças conceituais. **Revista de APS**, v. 12, n. 2, p. 204–213, 2009.
- MILONOPOULOS, A. **MÁQUINA CRACK**. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2014.
- NASSER, M. M. S. **No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia**. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2016.
- NOGUEIRA, P. V. DE F. Transgressões compartilhadas no comércio e uso de drogas durante a Virada Cultural paulistana. **Ponto Urbe**, n. 25, p. 1–6, 2019.
- OLIVEIRA, L. Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos, in VICTORIA et al. (org.), **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, pp. 33-44, 2004.
- PERLONGHER, N. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PÉTONNET, C. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, v. N. 25, n. 2. sem./2008, p. 99–112, 2008.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. CONTRATO DE GESTÃO R023/2016- GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE DA REDE ASSISTENCIAL DA SUPERVISÃO TÉCNICA SÉ - CENTRO. 2016.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Portaria conjunta sgm/smads/sms/smdet nº 04, de 25 de junho 2019. Regulamenta o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica - SIAT no âmbito do Programa Redenção,

estabelece cooperação técnico- administrativa para sua implementação e governança compartilha. 2019.

RIBEIRO, M. et al. Causes of death among crack cocaine users. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, n. 3, p. 196–202, 2006.

RODRIGUES, T. F. C. DA S. et al. Aumento das internações por uso de drogas de abuso: destaque para mulheres e idosos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 68, n. 2, p. 73–83, 2019.

ROLNIK, R.; SANTORO, P. **Região Da Luz Em Disputa**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2017/08/1e64febe0dcf0aadb23afee2b197afa8.pdf>>.

RUI, T. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Tese (Doutorado). Campinas, 2012.

RUI, T.; MALLART, F. A Cracolândia, um potente conector urbano. **Le Monde Diplomatique Brasil**, jul. 2017.

SAFATLE, V.; JUNIOR, N. DA S.; DUNKER, C. (EDS.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SAFATLE, V.; JUNIOR, N. DA S.; DUNKER, C. (EDS.). **Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2018.

SCHRITZMEYER, A. L. P. **Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri - ritual lúdico e teatralizado**. Tese (Doutorado). São Paulo, 2002.

SHDAIOR, L. S. **Entre o emprego e a militância: ensaios sobre a atuação na rede pública de atenção ao usuário de drogas**. [s.l: s.n.].

SILVA, D. E. M. DA; SOUZA, L. C. DE; MELO, N. M. E. Internação para usuários de Crack: Um campo de disputa em construção. **Mosaico**, v. 5, n. 8, p. 46–65, 2014.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577–591, 2005.

SIMÕES, S. S. Observação flutuante: uma observação “desendereçada” (comentários a respeito da obra de Colette Pétonnet, especialmente ao método de trabalho de campo). **Antropolítica**, v. 25, n. 2. sem./2008, p. 193–196, 2008.

SOTERO, E. DE M.; LOTTA, G. S.; OLIVEIRA, E. M. M. O Programa “De Braços Abertos”: Um Olhar à Luz dos seus Arranjos Institucionais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 3, p. online, 2019.

SPIASSI, A. L. **Violência como fator de vulnerabilidade para a saúde de mulheres usuárias de drogas do centro do município de São Paulo**. [s.l: s.n.].

TALESE, G. Frank Sinatra Has a Cold. **Esquire**, n. April 1966, p. 1–26, 2016.

TEIXEIRA, L. DA S. Impacto econômico da legalização das drogas no Brasil. **Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados**, v. Agosto/201, p. 1–40, 2016.

UNITED NATIONS. **World Urbanization Prospects 2018: Highlights** Department of Economic and Social Affairs. **World Population Prospects 2018**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://population.un.org/wup/>>.

VIANA, F. L. E. INDÚSTRIA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS. **Caderno Setorial ETENE**, n. 117, p. 1–11, 2020.

WACQUANT, L. As Duas Faces do Gueto: construindo um conceito sociológico. In: **As Duas Faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 75–92.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ZANOTTO, D. F.; ASSIS, F. Perfil dos usuários de crack na mídia brasileira: Análise de um jornal e duas revistas de edição nacional. **Physis**, v. 27, n. 3, p. 771–792, 1 jul. 2017.